

RUI MIGUEL DE OLIVEIRA DUARTE

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

OS *EXERCÍCIOS PREPARATÓRIOS*
DE ÉLIO TÉON DE ALEXANDRIA

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
FUNCHAL

1995

Os Exercícios Preparatórios
de Élio Téon de Alexandria

875
DUA exa
T/P-7c

RUI MIGUEL DE OLIVEIRA DUARTE

OS EXERCÍCIOS PREPARATÓRIOS **DE ÉLIO TÉON DE ALEXANDRIA**

Estudo Introdutório e Tradução

Trabalho de síntese destinado à prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Área de Estudos Clássicos e disciplina de Literatura Grega, a apresentar à Universidade da Madeira, de acordo com o Artigo 58º nº 2 alínea b do Decreto-Lei nº 448/79 de 13 de Novembro, ratificado pela Lei nº 19/80 de 16 de Julho, sob a orientação do Sr. Professor Doutor Manuel Alexandre Júnior (Professor Associado do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

FUNCHAL

1995

À minha amantíssima família

TÁBUA DOS CONTEÚDOS

PREFÁCIO	IX
ESTUDO INTRODUTÓRIO	1
I. ÉLIO TÉON DE ALEXANDRIA: O HOMEM E O RETOR.....	3
1. O homem: elementos biográficos	4
2. O retor: sua bibliografia	9
II. A DOUTRINA PEDAGÓGICA DE ÉLIO TÉON NO MANUAL ΠΡΟΓΥΜΝΑΣΜΑΤΑ	13
1. Destinatários e objectivos da obra e do ensino retórico ..	13
2. Pressupostos programáticos do ensino	17
A. A recepção e a criação literárias.....	17
B. A planificação do ensino dos exercícios preparatórios	20
C. Propostas didácticas	25
3. Fontes teóricas e originalidade de Élio Téon	30
III. A PROBLEMÁTICA DO TEXTO DOS ΠΡΟΓΥΜΝΑΣΜΑΤΑ.....	37
1. Texto original e sua reconstituição	37
A. Divisão do capítulo V..	40
B. A ordenação original dos capítulos	43
C. O material perdido	45
2. História da crítica textual dos Προγυμνάσματα	46
A. As tradições do texto	47
<i>A tradição grega</i>	47
<i>A tradição arménia e sua importância</i>	49

B. Edições e traduções de Téon	51
<i>Da editio princeps ao séc. XX</i>	51
<i>A edição de Butts</i>	55
<i>Traduções</i>	58
 <i>EXERCÍCIOS PREPARATÓRIOS</i>	61
CAPÍTULO I: Prolegómeno	63
CAPÍTULO II: Da educação dos jovens	71
CAPÍTULO III: Da cria ..	79
CAPÍTULO IV: Da fábula	91
CAPÍTULO V: Da narração	99
CAPÍTULO VI: Do lugar comum	121
CAPÍTULO VII: Da descrição ..	125
CAPÍTULO VIII: Da prosopopeia	129
CAPÍTULO IX: Do encómio e da censura ..	133
CAPÍTULO X: Da comparação	139
CAPÍTULO XI: Da tese ..	143
CAPÍTULO XII: Da lei ...	155
 BIBLIOGRAFIA	159
 ÍNDICES ..	167
ÍNDICE DE AUTORES, OBRAS E PASSOS CITADOS POR TÉON	169
ÍNDICE TERMINOLÓGICO ...	171

PREFÁCIO

Era o mês de Julho de 1993 quando o Professor Manuel Alexandre Júnior, do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a quem eu pedira apoio e orientação, me sugeriu que traduzisse o manual escolar de exercícios de retórica Προγυμνάσματα do sofista alexandrino Élio Téon. Desde havia apenas muito pouco tempo (1986-1987) que se encontrava à disposição da comunidade científica o mais recente trabalho de edição crítica do texto de Téon, da responsabilidade de James R. Butts. Era um trabalho que merecia toda a atenção, por ser o primeiro a ser levado a cabo com resultados filologicamente credíveis. Nele se baseia a nossa Tradução. Havia em mente a publicação de um volume com a tradução dos Προγυμνάσματα não só de Téon (o mais antigo trabalho sobrevivente do género), mas de outros retores, como Hermógenes, Aftónio e Nicolau. A mim ficava entregue a responsabilidade de traduzir e estudar o livro de Téon: esta seria a minha contribuição para o empreendimento colectivo. De imediato me lancei, com entusiasmo, à tarefa.

O texto revelou-se demasiado técnico, seco, repetitivo e maçador para um simples leitor. É, no entanto, um documento importante seja para o estudioso da retórica e da literatura, seja para o historiador das ciências da educação. Acresce a isto que Élio Téon fundamenta o seu manual numa verdadeira doutrina pedagógica, que, em muitos aspectos, não parece acusar a erosão dos tempos, mantendo, pelo contrário, muita frescura e actualidade. Este é o resultado final desse labor: com ele pretendemos ajudar a rasgar caminhos, a abrir interessantes vias de investigação. Assim se justifica um trabalho cujo núcleo é tuma tradução: trata-se de lançar as primeiras pontes para um público, trazendo ao seu conhecimento os textos. Especificamente, destina-se a ser apresentado como trabalho de síntese na prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e

Capacidade Científica, na cadeira de Literatura Grega, integrado num ponto de um hipotético programa, intitulado "Oratória e Retórica".

A respeito, pois, da Tradução, foi nosso compromisso prévio, que procurámos cumprir até ao fim, guardar rigorosa fidelidade ao texto original, até mesmo, tanto quanto possível, à sintaxe da frase. Isso moveu-nos, aqui e ali, à busca de soluções na língua comum portuguesa que se adequassem à letra do sentido e à construção do texto grego, mas de molde a que daí não resultasse um português impossível. Procedimento muitas vezes utilizado foi o de decalcar directamente o termo grego para o português, como era prática corrente entre os autores latinos ao traduzirem do grego para a sua língua, procurando assim constituir um léxico técnico nacional. Apenas um exemplo: o particípio ὑποκείμενα era vertido pelo nosso adjectivo de origem participial "subjacentes". Por certo também um tradutor latino o haveria vertido pelo particípio "subjacentia". Se a letra do sentido podia ser também transposta correctamente, não havia hesitação.

Já quanto à versão de tecnologismos, de grande peso na economia de uma obra como esta, outras questões se levantaram. Se, por um lado, a língua técnica facilita o labor da tradução, ao impor-se a natural coerência de uma harmonização na versão das várias ocorrências de um dado termo, dificuldades podem surgir, por outro lado, na busca da solução conceptualmente mais precisa para ele. Aqui era mais uma vez seguido o princípio da harmonização, adoptando versões consagradas por tradição. De outras vezes, limitámo-nos a transliterar o termo.

Tal é o caso do exercício de composição literária designado pelo termo de χρεία, para o qual parece não haver equivalente satisfatório nas línguas modernas. Em vários autores latinos, aparece simplesmente transliterado para "chria". São exemplo Quintiliano (I, 9, 4), Séneca (Epistulae 33, 7) ou Santo Isidoro de Sevilha (Etymologiae II, 11, 1). A literatura crítica moderna vem transliterando o termo grego para as respectivas línguas. Exemplo disso, no que à portuguesa diz respeito, são os trabalhos do Professor Manuel Alexandre Júnior: veja-se a justificação da simples transliteração em

*"Importância da cria na cultura helenística", Euphrosyne 17 (1989), p. 31 n. 1. Deste modo, não houve dúvidas em seguir idêntico procedimento: *χρεῖα* seria "cria". O termo adquire enfim, isento de qualquer marca distintiva de nacionalidade estrangeira, como sejam os sublinhados ou os itálicos, direitos de cidadania na língua portuguesa e no léxico especializado da crítica e teoria literárias, tão plenos quanto os de outros termos como "prosopopeia" (de προσωποποιία), "paráfrase" (de παράφρασις), "metáfora" (de μεταφορά), etc..*

Em outros casos mais problemáticos, os léxicos de Lausberg, Handbuch der literarischen Rhetorik, e de Ernesti, Lexicon Technologiae Graecorum Rhetoricae, prestaram últimos esclarecimentos. A comparação dos termos gregos com os seus correspondentes latinos foi também de grande utilidade: a este título, além do léxico de Lausberg, foi consultado, também de Ernesti, o Lexicon Technologiae Latinorum Rhetoricae.

Deve ainda referir-se o apoio das outras duas traduções modernas existentes: a de Butts, em língua inglesa, a acompanhar o texto grego, e a castelhana, de María Dolores Reche Martínez, publicada em 1991 pela Editorial Gredos num volume juntamente com os Προγομνάσματα de Hermógenes e Aftónio. Não só porque são referências de base da bibliografia do meu trabalho como também pelo proveito que delas retirada para a nossa própria tradução. À medida que a preparávamos, íamos comparando em profundidade as duas traduções entre si e ambas, em conjunto, com a nossa. Procurámos sempre evitar que, consciente ou inconscientemente, esta se tornasse demasiado permeável à influência de uma ou de outra. Em um ou outro passo, de interpretação mais duvidosa, achámos avisado aceitar e seguir a solução de versão que parecia a mais razoável das duas, ou então, quando nenhum delas se revelava plenamente satisfatória, avançar em alternativa a nossa própria. Quanto ao mais, se semelhanças e coincidências são notórias com uma ou com outra, elas devem-se, por um lado, a que os três tradutores partem do mesmo texto e, por outro, à extrema fidelidade com que todos o vertem — sobretudo Butts.

Relativamente aos diversos passos de outros autores citados por Téon, a tradução proporcionada é de nossa inteira responsabilidade.

Quanto às notas com que provemos a tradução, houve o propósito de que elas não fossem excessivamente enciclopédicas, mas tão só explicativas. Deveriam tornar claro para o leitor o que se supusesse não o fosse em absoluto. Entre tais aspectos, contam-se: referências a autores, factos históricos, pessoas, lugares e às fontes das citações feitas por Téon; termos e conceitos técnicos gregos (dos quais se proporciona um índice terminológico no fim do trabalho), indicando os correspondentes latinos e remetendo para os tratados e léxicos em que eles são tratados, bem como soluções de interpretação e versão adoptadas em passos particulares também foram contempladas. Outras notas são de natureza meramente remissiva.

Em relação ao Estudo Introdutório, estruturámo-lo em três partes temáticas, dando um tratamento não demasiado exaustivo, mas em que os problemas nucleares dos estudos teonianos fossem, de forma breve mas substancial, devida e claramente equacionados nos seus pontos essenciais e em que se discutissem as soluções que têm sido apresentadas pelos estudiosos. Não abdicámos de avançar o nosso próprio ponto de vista, sempre que nos encontrássemos em condições de o fazer. Assim, na primeira parte, faz-se uma introdução às questões do homem e autor Élio Téon, da controvérsia sobre sua inserção num tempo histórico e da sua obra. Na segunda, são discutidos os pressupostos doutrinários do seu manual, com base nos dois primeiros capítulos da obra, de carácter introdutório. Na terceira, detemo-nos na fundamental e complexa questão do estabelecimento do texto da obra, que tem ocupado os filólogos desde o século passado.

Advertimos ainda para a referência em abreviatura a autores e títulos de obras. Quanto aos nomes de autores e obras antigos, tanto gregos quanto latinos, citamo-los segundo as normas de The Oxford Classical Dictionary (M. CARY, J. D. DENNISTON, J. WIGHT DUFF, A. D. NOCK, W. D. ROSS, & H. H. SCULLARRD edd., Oxford, Clarendon Press, 1970) e de A Greek-English Lexicon (H. G. LIDELL &

OTT, Oxford, Clarendon Press, 1977). As abreviaturas de títulos de periódicos e as colectivas modernas seguem as listadas em L'Année Philologique.

Por fim, cumpre-nos tributar as devidas palavras de gratidão para com aquelas pessoas e entidades que, de um ou de outro modo, nos serviram de apoio para o desenvolvimento e concretização do presente trabalho. Ao Professor Carlos García Gual ficamos duplamente gratos: primeiro, pela sua disponibilidade e cortesia em nos receber no Departamento de Filologia Grega da Faculdade de Filologia da Universidade Complutense de Madrid, de que é catedrático e pelas cartas de recomendação redigidas em nosso nome ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas (C.S.I.C.), aquando da nossa deslocação à capital espanhola, em Outubro de 1976; segundo, pela leitura do Estudo Introdutório e dos capítulos iniciais da Tradução. Ao nosso colega e amigo Dr. Jaime Becerra da Universidade da Madeira, desejamos também agradecer por haver conseguido obter, na Universidade de Salamanca, cópias de outras obras fundamentais da bibliografia do nosso trabalho. Também por nos haver enviado cópias de outras obras agradeceremos palavras de não menor gratidão à estudante da Universidade da Madeira, Márcia Leão, a beneficiar de uma temporada de estudos na Universidade de Würzburg, na Alemanha, com bolsa ERASMUS. Outras pessoas são-nos devedoras de todo o nosso apreço por nos haverem auxiliado na tradução dos textos em alemão da bibliografia. São elas: a nossa excelente e velha amiga Dra. Ana Catarina Frade, docente de Inglês e de Alemão na Escola Secundária de Cascais; os nossos colegas da Universidade da Madeira Dr. Mathias Langendorff, Dra. Anne Martina Emonts, e, em especial, pelas muitas horas que lhe ocupámos, a Dra. Marianne Kneisel. A outras, além do Professor Carlos García Gual, não podemos deixar de manifestar apreço por haverem lido partes do nosso trabalho, quer do Estudo Introdutório, quer da Tradução. Fizeram-no criticamente e dando-nos alguns preciosos conselhos e sugestões de redacção e versão. São eles os nossos colegas da Universidade da Madeira Mestre

Maria Luísa Leal, Dr. António Silva, Dra. Maria Paula Silva e Mestre José Sílvia Fernandes. Ao nosso colega Dr. Eleutério de Ornelas e, muito em particular, à Professora Maria de Fátima Silva, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é também grande a nossa dívida pela leitura que fizeram de alguns capítulos da nossa Tradução, não apenas per se, mas sobretudo pelo confronto com o original grego.

Desejamos ainda endereçar o nosso bem haja à instituição Universidade da Madeira, na pessoa do Professor António Augusto Marques de Almeida, enquanto seu Administrador e Coordenador da Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Sociais e Humanas, ao nos proporcionar apoio em deslocações a Lisboa para investigação e encontros de trabalho de orientação.

No entanto, especialíssimo testemunho de reconhecimento deve ser dirigido ao Mestre que orientou o nosso trabalho, o Professor Manuel Alexandre Júnior. Se a alguém se deve o nascimento, ou o despertar, do interesse em nós pelas matérias relacionadas com a retórica, já desde o tempo em que, estudante de Licenciatura, tivemos a imensa satisfação de o ter como professor, é a ele. Lembramos o seu saber, o seu atento sentido crítico. Reconhecemos a influência da sua lucidez científica e de metodologia de trabalho, mesmo do seu estilo de escrita, equilibrado, correcto e elegante, que diríamos de gosto isocrático. Mas não seríamos absolutamente justos se não relevássemos a solicitude com que ia acompanhando o nosso trabalho. Mais: entre os maiores estímulos que recebemos, conta-se o seu convívio cordial, humano e amigo.

Funchal, Agosto de 1995

ESTUDO INTRODUTÓRIO

I. ÉLIO TÉON DE ALEXANDRIA: O HOMEM E O RETOR

Há referência a vários Téons autores de tratados de retórica e originários de Alexandria. A grande fonte de informação da Antiguidade a este respeito é a *Suda*¹. De entre as notícias que aí figuram interessam-nos as relativas a três deles:

203: Θέων, Ἀλεξανδρεὺς, φιλόσοφος Στωϊκός, γεγονώς ἐπὶ Αὐγούστου μετὰ Ἀρείον, ἔγραψε τῆς Ἀπολοδόρου Φυσιολογικῆς εἰσαγωγῆς ὑπόμνημα, Περὶ τεχνῶν ῥητορικῶν βιβλία τρία.

206: Θέων, Ἀλεξανδρεὺς, σοφιστής, ὃς ἐχρημάτισεν Αἴλιος. ἔγραψε Τέχνην, Περὶ προγυμνασμάτων, ὑπόμνημα εἰς Ξενοφῶντα, εἰς τὸν Ἰσοκράτην, εἰς Δημοσθένην, Ῥητορικὰς ὑποθέσεις, καὶ Ζητήματα περὶ συντάξεως λόγου, καὶ ἄλλα πλείονα.

3215: Ἀπίων [...] γραμματικὸς [...] Διδύμου δὲ τοῦ μεγάλου θρεπτός. ἐπαίδευσεν δὲ ἐπὶ Τιβερίου Καίσαρος καὶ Κλαυδίου ἐν Ῥώμῃ. ἦν δὲ διάδοχος Θέωνος τοῦ γραμματικοῦ καὶ σύγχρονος Διονυσίου τοῦ Ἀλικαρνασέως [...]².

Com toda a evidência, o nosso Téon parece ser o referido em 206 como "sofista", ainda que seja omissa qualquer informação acerca da época em que terá vivido. Como se comprova, os dados disponíveis não são abundantes. Determinar elementos mínimos de uma biografia, pesquisar-lhe a identidade, situá-lo no tempo e estabelecer-lhe um currículo como professor e tratadista de retórica tem sido, desde sempre, um dos problemas mais complexos para os estudiosos de Téon. Como sinal das inúmeras dúvidas,

¹ Cf. *Suda Lexicon*, Ada Adler (ed.), Lípsia, Teubner, 1928-1938 (Estugarda, 1971) (Θέων s. v.). Vd. ainda a lista de vários Téons ligados à grande metrópole helenística egípcia em H. A. Musurillo, *The Acts of the Pagan Martyrs. Acta Alexandrinorum*, Oxford, Clarendon Press, 1954, p. 130.

² 203: Téon, alexandrino, filósofo estóico, nascido no tempo de Augusto depois de Ario, escreveu um *Comentário à Introdução à fisiologia de Apolodoro* e *Dos artifícios retóricos* em três livros.

206: Téon, alexandrino, sofista, que adoptou o prenome de Élio. Escreveu um *Tratado retórico*, *Dos exercícios preparatórios*, um *Comentário a Xenofonte*, *a Isócrates* e *a Demóstenes*, *Hipóteses retóricas*, *Pesquisas sobre ordenação do discurso* e muitas outras obras.

3215: Apíon, [...] gramático [...] adoptado pelo grande Dídimos. Exerceu o seu magistério no tempo de Tibério César e Cláudio em Roma. Era sucessor de Téon, o gramático, e contemporâneo de Dionísio de Halicarnasso [...].

refira-se que as conjecturas relativas ao seu *tempus vivendi* abrangem um espaço temporal muito vasto, desde a época de Augusto até 500 d. C..

Passemos brevemente em revista alguns pontos das discussões em torno destes problemas³.

1. O HOMEM: ELEMENTOS BIOGRÁFICOS

Na sua edição de 1670 dos Προγυμνάσματα de Téon, Johannes Scheffer propõe situá-lo antes de Aftónio⁴. Na *Bibliotheca Graeca* de Fabricius—Harles é dado como posterior a Aftónio e a Hermógenes⁵ e situado aproximadamente em 315 d. C.⁶ C. Westermann sugere, em 1833, a hipótese de uma data mais indeterminada entre 315 e 500 d. C., e também posterior a Aftónio⁷.

Em 1884, Oscar Philipp Hoppichler dá-o como provável contemporâneo de Teodoro de Gádara, mestre de retórica do futuro imperador Tibério⁸, cerca de 6 a. C., embora relativamente mais recente do que ele⁹, localizando assim a sua vida entre os tempos de Augusto e Marco Aurélio. Seria também contemporâneo de Dionísio de Halicarnasso e Cecílio de Calacte, pelo que Hoppichler pode, deste modo, situar o seu *floruit*, com maior precisão, na transição das eras¹⁰. Baseando-se em A. Brinkmann e em Hoppichler¹¹, Eduard Norden¹² considera Téon contemporâneo do autor do tratado

³ Para uma discussão mais completa e exaustiva, incluindo referências bibliográficas, vd. Willy Stegemann, "Theon (5)", in *RE V*, A 2 (1934), cols. 2037-2039.

⁴ *Apud* Christian Walz, *Rhetores Graeci I*, Estugarda e Tübingen, J. G. Cottae, 1832, pp. 138-139. Cf. infra neste Estudo Introd. III. 2. C. pp. 51 sqq. discussão das edições de Téon.

⁵ Vol. IV, c. XXXIII, nr. XIV, p. 97. As notícias relativas a Téon na *Bibliotheca Graeca* são reproduzidas por Walz na introdução da sua edição, *op. cit.*, pp. 137-138.

⁶ *Ib.*, p. 98 n. k.

⁷ *Apud* W. Stegemann, *op. cit.*, col. 2037.

⁸ Para mais informações sobre Teodoro de Gádara, cf. W. Stegemann "Theodoros", in *RE V*, A 2 (1934), cols. 1847-1848.

⁹ Oscar Philipp Hoppichler, *De Theone, Hermogene, Aphthonioque Progymnasmatum Scriptoribus*, Würzburg, C. J. Becker, 1884, p. 35.

¹⁰ *Ib.*, p. 39.

¹¹ A. Brinkmann, *Quaestiones de dialogis Platonis*, Diss. Bona, 1891, Thes. VI. O. Ph. Hoppichler, *op. cit.*, pp. 27 sqq.

¹² Eduard Norden, *Der antike Kunstprosa*, I B, Lipsia, Teubner, 1898, p. 267, n. 2.

Περὶ ὕψους, confirmando esta datação o facto de ele criticar as tendências da retórica asiânica (II, 156-157¹³).

Também Ulrich von Wilamowitz-Möllendorff, em 1900¹⁴, entende que a crítica de Téon ao asianismo e a sua inserção no movimento aticista, cujos preceitos estilísticos surgem triunfantes a cada página da sua obra, são importantes para uma datação segura. Segundo este estudioso, Téon situar-se-ia em meados do século I d. C., atravessado precisamente pela polémica entre estas duas escolas. No século seguinte, esta polémica pertencia já definitivamente ao passado e dos asiânicos restava apenas a sua menção. Este estudioso rejeita ainda a hipótese avançada por outros, baseado-se no seu prenome "Élio"¹⁵, segundo a qual Téon teria vivido no tempo de Adriano, ao demonstrar que este nome estava já muito difundido entre os cidadãos romanos antes do tempo deste imperador, mesmo em Alexandria¹⁶. Propõe ainda a correcção de uma citação que Téon faz de um tal Ἀρίων "Aríon" autor de uns Ἐλεγχοί (V, 460), sobre o qual não dispomos de qualquer outra informação, para Ἀπίων "Apíon"¹⁷. Segundo este estudioso, Téon situar-se-ia em meados do século I d. C.. Quintiliano, além disso, por duas vezes cita um Téon: III, 6, 48 e IX, 3, 76. Na última refere-se-lhe mais explicitamente como "Theo Stoicus": tratar-se-ia do nosso Téon. Wilamowitz-Möllendorff, no entanto, embora admita que designar Téon como um estóico não seja de todo incompatível com

¹³ Citamos da edição de James R. Butts, *The "Progymnasmata" of Theon: a new text with translation and commentary*, Ph.D. Diss., Claremont, Claremont Graduate School, 1987. A partir de agora, todas as citações do texto de Téon reportar-se-ão sempre à edição de Butts, com indicação do número do capítulo, seguido do da linha.

¹⁴ Cf. Ulrich von Wilamowitz-Möllendorff, "Asianismus und Atticismus", in *Hermes* XXXV (1900), pp. 6 sq. n. 2 e E. Norden, *loc. cit.*.

¹⁵ V. g. Wilhelm Christ, *Geschichte der griechischen Literatur*, p. 782 n. 12.

¹⁶ *Loc. cit.*

¹⁷ Walz, *op cit.*, p. 217 n. 7, pensa que seria um filósofo. Outros filólogos conjecturam outras leituras. Lederlin (*apud* C. E. Finckh, ed., *Theonis Sophistae Progymnasmata*, Estugarda, C. G. Löflundi, 1834, p. 90) propõe Ἀρίστωνος (de Ἀρίστων "Ariston"), mencionado em Diog. Laert. VII, 164 como autor de tratados de teoria retórica. Aceitando a leitura de Wilamowitz-Möllendorff, Apíon seria talvez, embora este estudioso não os relacione, o gramático a que se refere a notícia 3215 da *Suda* que citámos acima, filho adoptivo e discípulo do "grande" gramático Dídimos, cujo *floruit* se situou sob os principados de Tibério e Cláudio e que sucedeu, como director da escola alexandrina, a um outro Téon de Alexandria, o gramático. Para mais informações sobre Apíon (cognominado Πλειστονίκης e Μόχθος) e Dídimos (cognominado Χαλκέντερος ou Βιβιολάθης), cf. Cohn, os verbetes "Apion (3)" e "Didymos (8)", in *RE*, respectivamente I, 2 (1894), cols. 2803-2806 e I, 9 (1903), cols. 445-473.

o conteúdo dos Προγυμνάσματα, hesita em identificá-lo com o citado por Quintiliano, pois o nome Téon é muito comum¹⁸.

Vindo na esteira de Wilamowitz-Möllendorff, Georg Reichel, em 1909, traz mais luzes para a resolução desta questão. Evidências internas na própria obra de Téon permitem estabelecer limites temporais para a sua vida. Reichel nota que o Alexandrino cita um tal Apolónio de Rodes, Teodoro de Gádara e Hermágoras (respectivamente I, 81-82; XI, 7-8 e XI, 7)¹⁹. Se a identidade do segundo destes retores é bem conhecida, como notámos, Reichel pensa, seguindo Wilamowitz-Möllendorff, que no primeiro caso se tratará do retor Apolónio Mólon, que foi mestre de Cícero²⁰. O último parece ser indubitavelmente o filósofo e retor do século II a. C., natural de Temnos, cuja teoria retórica o estóico Posidónio de Apameia, segundo conta Plutarco, polemizou, embora tal identificação não seja certa²¹. Seguindo ainda Wilamowitz-Möllendorff, este estudioso aceita também a correcção da citação de Aríon para Apíon em Téon. Por outro lado, considera igualmente a crítica de Téon aos asiânicos e a defesa de preceitos aticistas, bem como a censura dos oradores seus contemporâneos pela descara de uma sólida formação em filosofia e numa ἐγκύκλιος παιδεία (ou ἐγκύκλια μαθήματα, como lhes chama aí Téon) de base (I, 2-11), defendendo pontos de vista idênticos aos de Quintiliano (I, 10, 1), elementos determinantes para uma datação segura²².

¹⁸ *Loc. cit.*

¹⁹ G. Reichel, *Quaestiones progymnasmaticae*, Lípsia, 1909, pp. 21 sq..

²⁰ U. Wilamowitz-Möllendorff, *loc. cit.* Para Walz, *op. cit.*, p. 151 n. 31, seria o Apolónio citado por Cícero, *Inv. Rhet.* I, 56, 109. Ora Cícero não esclarece o que quer que seja: apenas o menciona como Apolónio, sem qualquer referência nem à sua origem nem ao seu sobrenome.

²¹ *Pomp.* 42; cf. Reichel, *loc. cit.* e p. 101. Cf. infra a nossa tradução XI, 7, p. 173 n. 2 sobre a importância de Hermágoras de Temnos para a teoria retórica. Para outros críticos, o Hermágoras citado por Téon seria porém um outro, mais propriamente discípulo de Teodoro de Gádara e portanto mais recente, referido em Quint. III, 1, 18; cf. Hermann Throm, *Die Thesis. Ein Betrag zu ihrer Entstehung und Geschichte, Rhetorische Studien XVII*, Paderborn, 1932, p. 120. Stegemann, *op. cit.*, col. 2049, concorda com esta posição.

²² Este fora também o ideal de Isócrates no século IV a. C., que, no seu sistema pedagógico, procurou produzir oradores bem formados não só técnica mas também intelectual, literária e eticamente. Durante muito tempo, contudo, as escolas de retórica exerceram um magistério em que os preceitos e regras formais da τέχνη (ou *ars*) constituíam o único objecto de estudo. Cícero procura recolocar este debate no epicentro dos *curricula* escolares da formação de oradores. Este é o tema das suas três grandes obras de retórica: *De oratore* (c. 55 a. C.), o *Brutus* (c. 46 a. C.) e o *Orator* (c. 46 a. C.) Para o Arpinate, muito mais fundamental do que a iniciação nos *praecepta* da *ars* era dar livre curso aos talentos naturais e alimentar os espíritos com uma cultura geral, ética e humanística, contemplando todas as matérias das quais se reclamavam as escolas de dialéctica e filosofia e as disciplinas especializadas como a gramática (ou literatura), a astronomia, a aritmética, a música, a poética, a história, ou as ciências do direito, da

Reichel faz além disso a crítica das notícias da *Suda* a respeito dos vários Téons aí mencionados. A referência temporal μετὰ Ἀρείου "depois de Ario" reportar-se-ia ao Téon gramático. Por sua vez, o Élio Téon sofista e o Téon filósofo estóico do tempo de Augusto, ambos alexandrinos, seriam o mesmo homem, autor de um tratado περὶ τεχνῶν ῥητορικῶν em três tomos e de um outro περὶ προγυμνασμάτων²³.

A hipótese de Reichel fundamenta-se, por um lado, na admissão de que o Téon citado em Quintiliano IX, 3, 76 é efectivamente o nosso e, por outro, na confirmação de nítidas influências da retórica estóica nos Προγυμνάσματα, relevadas por meio de uma análise sistemática de vários passos da obra²⁴. Élio Téon seria, assim, um contemporâneo aproximado de Quintiliano²⁵.

Pouco mais se disse de novo a este respeito depois de Reichel. Hugo Rabe e K. Orinsky²⁶ assentem em situar Téon no século I da era cristã. Willy Stegemann explora a questão, retomando no essencial as razões de Reichel²⁷. As analogias entre os dois retores são, efectivamente, bastante fortes para admitir a sua contemporaneidade como provável. Aceita também a identificação do Téon "sofista" com o "estóico" da *Suda* e a deste com o citado por Quintiliano²⁸. Outros críticos, contudo, dissentem e pensam que Téon seria posterior a Quintiliano. É o caso de Radermacher²⁹, que o situa cerca do ano 100³⁰.

administração ou da guerra. Sobre o sistema da ἐγκύκλιος παιδεία através dos séculos vd. a tese de Henri-Irénée Marrou, *Saint Augustin et la fin de la culture antique*, Paris, de Boccard, 1937, pp. 211-235, e H. J. Mette, "Enkyklios paideia", in *Gymnasium* 67 (1960), pp. 300-307. Quintiliano e Téon, pois, compartilharão das preocupações de Cícero.

²³ *Op. cit.*, p. 23.

²⁴ *Ib.*, pp. 23-30.

²⁵ *Ib.*, p. 30.

²⁶ H. Rabe (ed.), *Hermogenis Progymnasmata*, série *Rhetores Graeci*, vol. VI, Lípsia, Teubner, 1913, praef. p. VI; K. Orinsky, *De Nicolai Myrensis et Libanii quae feruntur progymnasmatis*, Diss. Breslau, 1920, p. 18.

²⁷ Cf. Reichel, *op. cit.*, pp. 30 e 115-127.

²⁸ *Op. cit.*, cols. 2038-2039.

²⁹ L. Radermacher, "Hermogenes (22)" in *RE* VIII (1912), col. 877.

³⁰ São de idêntico parecer Christ—Schmid—Stählin, *Geschichte der griechischen Literatur*, II, 1⁶, Munique, Beck, 1924⁶, p. 460, ao situá-lo nos fins do século I ou começos do II.

Italo Lana, porém, em 1951, reactualiza a análise comparativa entre Quintiliano e os Προγυμνάσματα³¹. O estudioso italiano regista um grande número de analogias entre os dois autores, seja de conteúdo seja de simples pormenores de redacção. As suas conclusões apontam no sentido da dependência do retor latino face ao grego, na qualidade de fonte directa. Resulta assim reforçada novamente a convicção de que este será um pouco mais velho do que aquele.

Por exemplo, tanto Téon (I, 2-11) quanto Quintiliano (I, 10, 1) postulam, como notámos, a absoluta necessidade de uma sólida formação cultural e filosófica prévia para o futuro orador. Mas um dos pontos de contacto mais salientes entre os dois autores, segundo Lana, encontra-se num passo em que Quintiliano discute as três principais fontes de argumentação para uma *suasoria* ou discurso de tipo exortativo (III, 8, 22-25)³². São elas, por tradição: o *honestum*, o *utile* e o *necessarium*. As duas primeiras correspondem, na terminologia grega, respectivamente a *καλόν* e *συνφέρον*. Para Quintiliano, a última não é, porém, adequada, pois se toda a deliberação trata da discussão de dúvidas, quando uma determinada decisão deve ser "necessariamente" tomada, não há lugar para qualquer discussão. Então, Quintiliano, baseando-se em outros retóricos, propõe em alternativa *δυνατόν*, que verte em latim — embora toscamente, como confessa — por *possibile*. No parecer de Lana, Quintiliano estaria a referir-se a Téon, precisamente o primeiro a incluir, entre outras fontes para exortação (*προτρέπειν*), o *δυνατόν*, sem qualquer menção a *ἀναγκαῖον*.

James Butts, no entanto, coloca algumas reservas às induções que Lana faz da análise dos pontos de contacto entre os dois retóricos³³. Aceitando embora a sua evidência, não considera que, a partir dela, seja necessariamente possível inferir que Quintiliano se terá servido dos Προγυμνάσματα de Téon como fonte directa. Muitos desses pontos de contacto, muitas dessas ideias, definições e concepções partilhadas

³¹ I. Lana, *Quintiliano, Il "Sublime" e gli "Esercizi Preparatori" di Elio Teone*, Turim, Università di Torino, 1951, pp. 108-151.

³² *Op. cit.*, pp. 141-142.

³³ J. Butts, *op. cit.*, pp. 3-6.

ficar-se-ão amiúde mais a dever a um *Zeitgeist* comum e a tradições e fontes literárias também comuns do que a uma dependência directa de um em relação ao outro.

São muitas, em suma, as dúvidas a respeito da identidade e do *tempus vivendi* de Élio Téon. Existe, porém, um consenso geral entre os críticos em considerá-lo como tendo tido influências estóicas e em situá-lo no século I da nossa era, sensivelmente na sua segunda metade, como contemporâneo de Quintiliano³⁴. Admite-se também como verosímil, todavia ainda longe de ser provado de forma inequívoca, que o retor latino se possa ter servido da obra de Téon como fonte³⁵.

2. O RETOR: SUA BIBLIOGRAFIA

As informações fornecidas pela *Suda* a respeito das obras de Téon têm suscitado problemas de interpretação. Colocou-se, por outro lado, a questão de saber se o Alexandrino terá escrito ainda outras obras, sobre as quais não dispomos de qualquer informação. Estes problemas e questões mais se agudizam pelo facto de apenas uma obra ter sobrevivido, no todo ou em parte: o tratado *Περὶ προγυμνασμάτων* (ou simplesmente *Προγυμνάσματα*).

Quanto às duas primeiras, surge um problema com a pontuação de *τέχνην περὶ προγυμνασμάτων*. Se se ligar *τέχνην* a *περὶ προγυμνασμάτων*, teremos a referência a uma única *Arte retórica dos exercícios preparatórios*. Se, pelo contrário, se postular que

³⁴ Cf. v.g. A. Lesky, *História de la literatura griega* (trad. cast. do original *Geschichte der griechischen Literatur*), Madrid, Gredos, 4ª reimpr., 1989, p. 875; Donald L. Clark, *Rhetoric in Graeco-Roman Education*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1957, p. 179; G. Kennedy, *The Art of Rhetoric in the Roman World 300 b. C. — A. D. 300*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1972, p. 616; Robert W. Smith, *The Art of Rhetoric in Alexandria*, The Hague, Nijhoff, 1974, p. 133; Stanley F. Bonner, *Education in Ancient Rome. From the elder Cato to the younger Pliny*, Berkeley, University of California Press, 1977, p. 251; Butts, *op. cit.*, p. 6.

³⁵ Ronald F. Hock—Edward N. O'Neil, *The chreia in ancient rhetoric* vol. I: *The Progymnasmata*, Atlanta, Georgia, Scholars Press, 1986, p. 64, deixam esta forte advertência quanto à contemporaneidade dos dois retores e, mais particularmente, à hipótese de um ter citado o outro. No tocante, pelo menos, ao exercício da *χρεία*, Quintiliano não parece reflectir um qualquer conhecimento do tratamento que Téon dele faz (cf. também p. 134). Já antes F. H. Colson, "Quintilian 1.9 and the 'Chria' in Ancient Education", in *CR* 35 (1921), p. 152 n. 6, notara que o tratamento bastante mais desenvolvido da *χρεία* em Téon do que em Quintiliano seria um sinal de que a datação da vida e obra do retor alexandrino não seria tão antiga quanto geralmente se reputava, aludindo provavelmente às conclusões de Reichel e Stegemann.

uma vírgula aí deve ser colocada, duas serão as obras a distinguir: uma Τέχνη ou *Arte retórica* e uma outra Περὶ προοιμιασμάτων ou *Dos exercícios preparatórios*.

Durante muito tempo se pensou não fazer sentido tal distinção³⁶, sendo Reichel ainda deste parecer³⁷. A editora da *Suda*³⁸, por seu turno, introduz aí a vírgula, estabelecendo a distinção e também Stegemann, discutindo a questão, se decide por esta alternativa³⁹. Para este crítico, a obra intitulada Τέχνη identificar-se-ia com aquela atribuída pela *Suda* ao "Téon estóico" sob o título Περὶ τεχνῶν ῥητορικῶν em três tomos. As duas citações de Téon em Quintiliano teriam sido talvez extraídas desta obra: a primeira (III, 6, 48) referindo-se à teoria dos *status causae* (quatro *status*: *an sit?*, *quid sit?*, *quale sit?*, *quantum sit?*); a segunda, à noção de πάρισον (IX, 3, 76).

Para além dos tratados Τέχνη e Προοιμιάσματα, os Ζητήματα περὶ συντάξεως λόγου ou *Pesquisas sobre ordenação do discurso* constituiriam o terceiro e último de carácter propriamente técnico e teórico sobre matéria retórica.

Os três Ὑπομνήματα ou *Comentários* a Xenofonte, a Isócrates e a Demóstenes teriam sido provavelmente redigidos com um intuito pedagógico: proporcionar aos alunos de retórica modelos para cada um dos três tipos de estilo. Demóstenes é o representante do *grande*, Isócrates do *medium* e Xenofonte do *tenue*⁴⁰.

As Ῥητορικαὶ ὑποθέσεις ou *Hipóteses retóricas* seriam, como se pode inferir do próprio título, uma compilação de peças oratórias versando temas de âmbito particular e concreto⁴¹. Teriam sido compostas presumivelmente também com um intuito pedagógico: fornecer aos alunos exemplos para imitar das μελέται ou *declamationes*. As μελέται eram exercícios muito complexos, prescritos nos estádios finais da formação em retórica, no termo do ciclo dos προοιμιάσματα, em que se simulavam virtualmente os

³⁶ Assim Scheffer, *apud* Walz, *op. cit.*, p. 138; Fabricius—Harles, *op. cit.*, p. 97 n. g.; Finckh, *op. cit.*, *praefatio* p. XIII.

³⁷ *Op. cit.*, p. 20.

³⁸ Cf. referência supra n. 1.

³⁹ *Op. cit.*, cols. 2039-2040.

⁴⁰ Stegemann, *op. cit.*, col. 2040.

⁴¹ Opondo-se às θέσεις, ou temas de âmbito abstracto, universal e filosófico. Assim é segundo a distinção estabelecida por Hermágoras de Temnos, que Téon observa (I, 60-65). Cf. infra XI, 7, p. 173 n. 2 sobre Hermágoras e sua importância para a teoria retórica, entre outros aspectos, no tocante à noção de θέσεις e de ὑποθέσεις.

debates do consílio (ὑποθέσεις συμβουλευτικαί ou *suasoriae*) ou do foro (ὑποθέσεις δικανικαί ou *controversiae*)⁴². Para esta última fase da aprendizagem, Téon sugere nos Προγυμνάσματα a prática de dois exercícios preparatórios específicos: a ἐξεργασία (ou ἐργασία) e a ἀντίρρησις (I, 200-201).

No trabalho já citado de 1951⁴³, Italo Lana propõe-se uma hipótese arrojada: a de que o anónimo autor do célebre Περί ὕψους seria Élio Téon de Alexandria, autor dos Προγυμνάσματα. Como prolegómeno à demonstração desta hipótese, esta obra constitui toda ela um estudo comparativo de conteúdos teórico-programáticos e da linguagem e estilos de redacção entre as obras de Quintiliano, de Téon e do Anónimo. Os paralelos evidentes entre os Προγυμνάσματα e o Περί ὕψους⁴⁴ permitiriam concluir pela probabilidade da identificação de Téon com o Anónimo. Lana nota que este último nos informa de uma outra obra escrita anteriormente por si, dedicada a Xenofonte, o que pensa ser uma clara alusão ao ὑπόμνημα sobre o historiador ateniense atribuída ao retor alexandrino. Esta sua hipótese, como veremos mais adiante, ficou por demonstrar⁴⁵.

Não são, pois, apresentadas razões de fundo para confutar a autenticidade de qualquer das sete obras que, entre muitas outras, a *Suda* (notícias 206 e 203) atribui a Élio Téon.

⁴² Os primeiros preferidos entre os gregos, os segundos entre os romanos. Cf. sobre a prática destas μελέται ou *declamationes* na escola de retórica D. L. Clark, *op. cit.*, p. 65 e sobretudo 213-261; vd. também H.-I. Marrou, *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, vol. I: *Le monde grec*, Paris, Seuil, 1981, p. 302.

⁴³ Vd. referência supra n. 31.

⁴⁴ A comparação entre as duas obras encontra-se no capítulo IV, pp. 152-172.

⁴⁵ Vd. infra Estudo Introd. III. 2. B. pp. 54 sq.

II. A DOUTRINA PEDAGÓGICA DE ÉLIO TÉON NO MANUAL ΠΡΟΓΥΜΝΑΣΜΑΤΑ

O manual Προγυμνάσματα de Élio Téon de Alexandria surge, nas palavras entusiasmadas de Robert Smith¹, como "...one bright ray of sunligh in an otherwise shadowy city (...)". Para este autor, tratar-se-ia da mais importante obra de retórica de quantas se produziram nesta cidade. Por nossa parte, podemos amplificar este elogio, partindo apenas da verificação de alguns factos. Efectivamente, se este manual não foi porventura o primeiro a ser escrito sobre os "exercícios preparatórios" de retórica, como o próprio autor o reconhece (I, 15-16 e 18)², é pelo menos o mais antigo de quantos chegaram até nós. Além disso, é um trabalho único no género, quando comparado quer com os que o precederam (*loc. cit.*), quer com os que lhe sucederam (Hermógenes, Aftónio, Nicolau e mesmo Libânio): ao contrário destes outros, que se limitam praticamente a indicar os modos de utilização de cada exercício e a exemplificá-los com alguma abundância, Téon faz doutrina pedagógica e apela activamente à investigação literária e didáctica, pouco se preocupando, todavia, em fornecer exemplos ilustrativos dos fundamentos teóricos. É a doutrina pedagógica de Téon, que ocupa a totalidade dos dois capítulos introdutórios, que se vai nas páginas seguintes discutir, analisando-a em três perspectivas: os destinatários e os objectivos da obra e do ensino retórico dos exercícios preparatórios; os pressupostos programáticos desse ensino; finalmente, a questão das fontes teóricas de Téon e a problemática da sua originalidade face a essas fontes.

1. Destinatários e objectivos da obra e do ensino retórico

¹ *Loc. cit.*

² Já no século II a. C., ao que parece, tinham surgido obras dedicadas aos προγυμνάσματα: cf. Barwick, in *Hermes* LXIII (1928), p. 283 (*apud* Stegemann, *op. cit.*, col. 2048 "Vorgänger und Quellen").

Téon destina a sua obra aos professores de retórica, não aos alunos. O próprio claramente no-lo diz no início do capítulo *Περὶ παιδων ἀγωγῆς ἐν ᾧ καὶ περὶ τῆς παρὰ τοῖς παλαιοῖς χρήσεως τῶν προγυμνασμάτων* (II, 5): *χρὴ τὸν διδάσκαλον...* "deve o professor...". O tom de todo este capítulo, pleno de conselhos à investigação e recomendações de didáctica, bem como o do capítulo I, que compreende uma teoria geral da utilidade dos exercícios preparatórios e da planificação do seu ensino, em função de critérios vários e dos objectivos a atingir, comprovam-no. Trata-se, pois, de uma obra a ser manuseada por mestres na preparação dos seus cursos de retórica.

No que respeitá aos propósitos da obra e do ensino dos exercícios preparatórios, Téon começa por lamentar a prática oratória e a formação escolar que era proporcionada no seu tempo aos futuros oradores (I, 1-11), em contraste com as dos antigos. Com efeito, era hábito corrente dos seus contemporâneos lançarem-se *ex abrupto* na prática dos discursos em público, passando à margem de tudo quanto deveria estar na base da sua formação: a cultura liberal e a filosofia (os *ἐγκύκλια μαθήματα*), que alimentam os espíritos e os ensinam a reflectir, e os rigorosos exercícios, que os preparam para a *praxis* do foro e do conselho. Por outras palavras, começava-se pelo fim e não pelo princípio. Perante este estado de coisas e mostrando uma aguda consciência da importância extrema desta questão, Téon assume pessoalmente a intenção de expor tudo quanto é necessário o orador saber e exercitar antes de começar a pronunciar discursos (I, 11-19).

Este é o propósito mais restrito e mais imediato da obra, porquanto há um outro mais amplo, que corresponde a uma visão mais lata e elevada dos objectivos que, em seu entender, deve a formação retórica perseguir. De facto, a escola de retórica não prepara estudantes exclusivamente para a actividade oratória, mas também de um modo geral para as intelectualmente mais elevadas³: para a historiografia (I, 27-29), a poesia (I, 47), a dialéctica (*ib.*), a escrita em prosa e a literatura em geral (II, 138-143). O co-

³ Cf. Stegemann, *op cit.*, col. 2047 "Zweck des Buches".

nhecimento e a prática dos exercícios preparatórios, como conclui aqui Téon, constituem, οἷονεῖ, θεμέλια πάσης τῆς τῶν λόγων ἰδέας (*ib.* II, 142-143). Cada exercício poderá revestir-se também de uma especial utilidade na preparação para cada um destes ofícios especializados: por exemplo, ο μῦθος e ο διήγημα para os oradores do foro, mas também para os historiadores (I, 26-30); ο τόπος e a ἔκφρασις, em todas as circunstâncias (I, 46-45); a προσωποποιία é de enorme utilidade tanto para historiadores quanto para oradores, dialécticos ou poetas, mas também na vida quotidiana e nas relações humanas em geral, ou ainda nas partes dialogadas das obras literárias (I, 46-49); a σύγκρισις, por seu turno, para os oradores forenses (I, 53-59); e ο ἐγκώμιον, evidentemente, nos discursos encomiásticos (I, 73-80).

Retomando o que Téon diz a respeito da προσωποποιία, por outro lado, como sendo proveitosa na vida quotidiana e nas relações humanas em geral, encontramos aqui um outro propósito da retórica na educação: o aperfeiçoamento moral do indivíduo e a regulação das relações deste com o meio social. Já antes deixara explícito ser esta a função essencial da χρεία (I, 41). Este exercício, com efeito, ao pôr o estudante em contacto com os ditos dos sábios, torna-se especialmente indicado não apenas para o desenvolvimento da capacidade para a composição de discursos como também para a formação de um χρηστὸν ἦθος "um carácter virtuoso"⁴.

Ou seja, a retórica não se limita a ser a arte e um conjunto de preceitos técnicos que habilitam um indivíduo a falar em público. Como Élio Téon a concebe, pelo contrário, torna-se a organizadora de uma formação técnica, cultural, moral e cívica globais, preparando-o não só para os *negotia* e para os compromissos profissionais e a vida em sociedade, (a política, a administração pública, as magistraturas, a advocacia), como também para os *otia* e os tempos livres (a dedicação à actividade intelectual, à cultura e à filosofia, ao estudo e à leitura, à produção literária em geral). Dito de modo mais sintético: torna-se a reguladora e a unificadora de todos os aspectos do carácter e da vida

⁴ Cf. também III, 19-20. Uma das justificações para o nome χρεία assenta na sua etimologia: a χρεία é "útil" à vida (χρησιώδης τῷ βίῳ).

humanos. Nas palavras de Robert Smith⁵, a retórica e a formação que proporciona "...when rightly conceived dealt with more than simply talking with people. (...) when correctly understood, was more an attitude, a way of looking at life, a manner of treating people". Este alto ideal do lugar da retórica na educação é também aquele que partilham Isócrates, Quintiliano e Cícero⁶.

Sendo tais a concepção do Alexandrino e os fins que persegue com a sua obra, pode, no entanto, perguntar-se até que ponto ele é capaz de os cumprir. Com a reivindicação do tratamento de *θέσεις*, que a filosofia reclamava como seu privilégio, para a retórica, a par do tratamento de *υποθέσεις*, parece em grande medida consegui-lo. A retórica deve assim dotar os indivíduos da capacidade de reflectir sobre os grandes temas que interessam ao homem como ser social, político, moral e religioso, tais como: *εἰ γαμήτέον* "se se deve casar", *εἰ παιδοποιητέον* "se se deve procriar", *εἰ θεοὶ εἰσι* "se existem deuses" (XI, 3-4), *εἰ πολιτεύεται σοφός* "se um sábio se dedica à política" (XI, 88 sqq.), *εἰ προνοοῦσι θεοὶ τοῦ κόσμου* "se os deuses exercem providência sobre o mundo" (XI, 177 sqq.). Contudo, na opinião de alguns críticos, Téon fica longe de os cumprir. Para Stegemann⁷, tais exemplos de temas de teses, bem como a história das cinquenta filhas de Téspio, citada como exemplo de *διηγήματα μυθικά* (II, 42-44), não servem os objectivos de educação moral dos jovens e são inadequados à sua faixa etária. Segundo Wilamowitz-Möllendorff⁸, um tema filosófico de tese como o último dos que enumerámos acima pode mesmo conduzir a um debate fútil, além de prejudicar a verdadeira religião. Butts⁹, por outro lado, censura o facto de Téon, partindo embora de uma tão elevada concepção de retórica, compor uma obra de características, ao fim e ao cabo, tão "sofísticas", isto é, tão técnicas quanto aquelas que ele criticava. Como

⁵ *Op. cit.*, p. 135.

⁶ Cf. supra Estudo Introd. I. p. 6 n. 22. Vd. também D. L. Clark, *op. cit.*, pp. 264-265. Stegemann, *op. cit.*, col. 2050, nota que a função da criação de formar e desenvolver um *χρηστὸν ἥθος*, que referimos acima, corresponde à definição estóica do orador como *uir bonus dicendi peritus*, consagrada desde Catão (Quint. XII, 1, 1).

⁷ *Ib.* "Theon als Pädagog".

⁸ *Der Glaube der Hellenen*, vol. II, Berlim, 1932, p. 451 (*apud* Stegemann, *loc. cit.*).

⁹ *Op. cit.*, p. 23 e cap. I, p. 97 n. 3.

haveremos de deixar claro mais adiante, ao falarmos das propostas didácticas de Téon, não fazemos nossa a crítica de Butts.

2. Pressupostos programáticos do ensino

Analisar-se-ão de seguida os alicerces em que Téon baseia a sua doutrina pedagógica, incidindo em três aspectos: a recepção e a criação literárias, a planificação do ensino dos exercícios preparatórios e as propostas de estratégias didácticas concretas.

A. A recepção e a criação literárias

O primeiro e, a nosso ver, mais importante dos pressupostos programáticos da doutrina pedagógica de Téon vem em perfeita consonância com os objectivos primordiais que, como se viu, ele entende serem os de toda a educação dos jovens: uma ampla formação técnica, cultural e moral. Deve partir-se de um alargado contacto com a produção literária antiga. Desde o início e ao longo de todos os ciclos de ensino dos exercícios preparatórios, esta deverá ser uma preocupação constante.

Recordem-se as palavras iniciais do capítulo II (II, 5-7):

Πρῶτον μὲν ἀπάντων, χρή τὸν διδάσκαλον ἐκάστου γυμνάσματος εἶ
ἔχοντα παραδείγματα ἐκ τῶν παλαιῶν συγγραμμάτων ἀναλεγόμενον
προσάγειν τοῖς νέοις ἐκμανθάνειν¹⁰.

É neste património que o professor deverá investigar e seleccionar um *corpus* de textos para utilização nas aulas, como exemplos para cada exercício. Para tanto, Téon coloca à sua disposição as referências de um grande número de fontes literárias que considera as melhores, com o que ocupa a maior parte do capítulo (II, 7-137). O mesmo

¹⁰ Cf. infra a nossa tradução do cap II, pp. 71-78.

já fizera, também demoradamente, no capítulo precedente, a propósito da παράφρασις (I, 93-171). Levando pois os alunos a contactar de forma intensa com a boa literatura antiga, o professor procurará inculcar nos seus espíritos cultura, filosofia, impressões, pensamentos elevados (I, 4-5: μεγαλόνοια; I, 93-98). Há um apelo claro à utilização dos recursos da memória e à exploração das capacidades intelectivas dos alunos para adquirirem, assimilarem e, por consequência, compreenderem (no sentido etimológico do termo) conhecimentos, ideias e noções. Neste enquadramento teórico, ganha importância o conceito de φαντασία "fantasia", de proveniência estóica¹¹, que Téon invoca a respeito da παράφρασις (I, 97 e 101: τὸ φαντασθέν), e sobre o qual se falará mais adiante.

Para que haja conformidade entre os textos a seleccionar e os objectivos da educação, os professores deverão estabelecer previamente os critérios gerais de escolha. Ou seja, deverão exercer competências de críticos literários.

Devem, por um lado, ter em consideração, mais restritamente, a especificidade dos ofícios literários para os quais a escola de retórica proporciona formação. Os textos a utilizar em aula como modelos serão, por conseguinte, selectos das obras dos mais estimados representantes de cada um desses ofícios. Assim, os oradores mais citados são Demóstenes, Lísias, Ésquines e, mais raramente, Isócrates, Hipérides, Licurgo e Iseu. Dos historiadores, são citados Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Filisto, Teopompo, Éforo e Ctésias. Dos poetas, por seu turno, os mais citados são: Homero, sobretudo, e também Hesíodo, Arquíloco de entre os líricos, e, dos dramáticos, o cómico Menandro.¹² De poetas trágicos, não há uma única citação¹³. De filósofos, mais precisamente de autores de dialéctica, é citado Platão.

¹¹ Reichel, *op. cit.*, p. 27. Cf. Diog. Laert. VII, 49. Sobre a φαντασία καταληπτική na gnoseologia estóica, vd. John M. Rist, *Stoic philosophy*, Cambridge, University Press, 1977 (1969¹), pp. 133-151, ou F. H. Sandbach, *The stoics*, Londres, Chatto & Windus, 1975, pp. 85-91. Sobre a φαντασία como elemento vivificador da memória, cf. Heinrich Lausberg, *Handbuch der literarischen Rhetorik. Eine Grundlegung der Literaturwissenschaft*, Munique, Max Hueber, 1960¹ (trad. cast. de José Pérez Riesco, *Manual de retórica literaria. Fundamentos de una ciencia de la literatura*, Madrid, Gredos, 1990), § 1089.

¹² Cf. Wilamowitz-Möllendorff, *loc. cit.*; Reichel, *op. cit.*, pp. 40-43; vd. também Stegemann, *loc. cit.*

¹³ A não ser de Eurípides (I, 51-52, p. 65), como exemplo negativo. Eurípides é ainda citado como exemplo de χρεία (III, 203-204, p. 87), bem como Sófocles (II, 9-13, p. 71). Esta última citação é, mais

Por outro lado, em que se fundamenta a competência de crítica literária a exercer pelo professor? Com base em que critério — ou critérios — se deve avaliar a qualidade dos textos e dos autores a seleccionar, o que se entende por εἶς ἔχοντα παραδείγματα "bons exemplos" de autores? A apreciação crítica positiva de uns autores implica também, naturalmente, a apreciação negativa de outros. Mesmo alguns dos citados como exemplos positivos são uma ou outra vez censurados, por um ou outro defeito no uso dos vários exercícios¹⁴. Entra-se aqui já em linha de conta com as metodologias, com as propostas didácticas concretas de Téon, que serão objecto de análise mais adiante.

Todavia, o contacto com os "bons exemplos" de composição nos exercícios e, de forma mais geral, de virtudes literárias e morais, através da sua ἀνάγνωσις "leitura" e ἀκρόασις "audição", de nada aproveitará à educação se não for articulado e conjugado com a produção individual assídua de escrita. Só assim se faz um orador e um escritor, do mesmo modo que não se faz um pintor apenas a partir da contemplação das obras dos mestres desta arte mas também do exercício de pintar (I, 85-92). Este é o segundo alicerce da sua doutrina de ensino. A produção individual, a criação, processa-se segundo os preceitos hauridos nos mestres: a criação em Téon é, essencialmente, μίμησις "imitação", como o é em toda a teoria literária antiga.

Uma excelente estratégia a que Téon aconselha o professor a recorrer, para estimular os alunos à criação, será levá-los a praticar a recitação oral (ἀπαγγελία), por exemplo, de algumas refutações e confirmações que ele próprio componha e que resultem especialmente perfeitas, podendo, portanto, servir como modelos (II, 144-149). Deste modo, como se disse atrás, o professor conseguirá inculcar nos espíritos dos alunos "bons exemplos", de cultura, filosofia, impressões e pensamentos elevados. Procurará assim levá-los a criar literariamente e, de um modo geral, a comportar-se na vida pelo modelo desses "bons exemplos", isto é, a fazer como eles fizeram, a imitá-los. Daí que Téon sugira também como muito mais proveitoso que, primeiramente, o professor prescreva

propriamente, de Platão, *Rep.* 329b, cf. infra cap. II. Em todo o caso, não é a obra do autor Sófocles que é citada, mas um dito do homem Sófocles.

¹⁴ Assim v. g. Tucídides, V, 63-65, p.101 e V, 129-130, p. 104; Teopompo, V, 80, p. 102.

aos alunos dissertações sobre problemas já tratados pelos antigos com base nos vários exercícios preparatórios, como o *τόπος*, a *διήγησις*, a *ἐκφρασις*, entre outros, e que só depois lhes mostre o que aqueles fizeram, para comparação (II, 183-188). Em suma, como pressupostos gerais, a preocupação com a aprendizagem, a aquisição de conhecimentos e de cultura, isto é, com a recepção, deve ser acompanhada pela preocupação com a produção original, ou seja, com a criação. Entramos também aqui, e mais profundamente, nas propostas didáticas de Téon. É sobre elas que vamos, de seguida, fazer incidir a nossa análise.

B. A planificação do ensino dos exercícios preparatórios

Notou-se no parágrafo precedente que, para Téon, se deveria prescrever aos alunos quer a recitação oral quer a redacção de dissertações pelo modelo dos autores antigos. Ora, para tanto, o professor deverá organizar e planificar de forma cuidada o programa do ensino. Trata-se, pois, de saber como conseguir que os alunos se tornem capazes de dissertar. Qual será então essa planificação e como deverá ela ser feita?

Em dois passos, Téon discute alguns dos critérios de que ela poderá partir: I, 25-174 e I, 175-201. No primeiro, apresenta os exercícios segundo a "utilidade" prática (*ὠφέλημα*) de que se revestem especificamente para o ofício de orador. De acordo com este critério, vem à cabeça o *διήγημα* (I, 26-39), uma vez que um bom treino neste exercício proporciona ao futuro orador competência na composição de uma parte essencial das *δικανικαὶ ὑποθέσεις*, denominada precisamente *διήγημα*, aquela em que se expõem os factos (I, 26-33). Em I, 175-201, por seu turno, sugere uma planificação um tanto diferente, correspondente, como se verá mais adiante, ao plano original de ordenação dos capítulos da obra. Téon relaciona o critério da "utilidade" (*χρησις*) dos exercícios com um outro: o da sua "natureza" (*φύσις*). De acordo com este dois critérios, a *ἀπόδειξις* "demonstração" precede num discurso a *αὔξησις* "amplificação" (I, 182-

184)¹⁵. Todavia, sente que planificar o ensino dos exercícios em função destes dois critérios pode comprometer o sucesso pedagógico. Assim, é mais fácil αἰετῆν algo evidente do que ἀποδεικνύναι algo que não o seja (I, 185-188). O critério cuja adopção Téon aconselha parece, por conseguinte, ser o único pedagogicamente razoável: o professor deverá começar por iniciar os alunos nos exercícios mais elementares e assim, gradual e sucessivamente, até aos mais complexos (I, 187), tirando proveito das capacidades individuais (I, 189).

Definido o critério da planificação do ensino, o professor ordenará os exercícios pelo que chamámos ciclos de ensino, em função das suas características de forma e de conteúdo, como nota Stegemann¹⁶.

Assim, como observa ainda este crítico, os exercícios preparatórios em Téon classificam-se em duas categorias essenciais: uns possuem uma ὅλη precisa, isto é, um conteúdo material, ao passo que outros são puramente formais. Por outras palavras, uns são sobre πράγματα, outros sobre ὀνόματα. Na segunda categoria contam-se a ἀνάγνωσις, a ἀκρόασις, a παράφρασις, a ἐξεργασία e a ἀντίρρησις, pertencendo os restantes dez à primeira: χρεῖαι, μῦθος, διήγημα, τόπος, ἔκφρασις, προσωποποιία, ἐγκώμιον, σύγκρισις, θέσις e νόμος.

Quanto ao plano a seguir no ensino dos exercícios, como sugere Téon (I, 199-200), desde os níveis mais elementares se devem habituar os alunos a três dos meramente formais: a ἀνάγνωσις, a ἀκρόασις e a παράφρασις. Os dois primeiros, como se notou acima, destinam-se a fazer o espírito dos alunos assimilar os modelos literários de composição de χρεῖαι, μῦθοι, διηγήματα, τόποι, etc., de entre as obras e os discursos dos bons oradores e escritores. Especificamente a ἀνάγνωσις, diz Apolónio Ródio, citado pelo Alexandrino, é o alimento do nosso estilo, pois proporciona-nos os “bons exemplos” (καλὰ παραδείγματα) de modelos para moldar o espírito na imitação (I, 81-82). Trata-se pois de exercícios de natureza meramente receptiva.

¹⁵ Vd. Butts, *op. cit.*, p. 14 n. 37.

¹⁶ *Op. cit.*, cols. 2043-2044 e o esquema comparativo de organização dos προγυμνάσματα em Téon, Hermógenes, Nicolau e Aftónio.

A παράφρασις, por seu turno (I, 93-171), é aquele em que se articula a componente receptiva do ensino na produtiva. A assimilação das palavras e ideias contidas no texto modelo configura uma φαντασία (I, 97), "imagem" ou "impressão", no espírito. Esta, por sua vez, motiva uma transfiguração, uma reformulação, uma reenunciação dessas palavras e ideias por meio de variegados τρόποι "modos". A παράφρασις aparece, desta maneira, como o alicerce formal e técnico da μίμησις e, por extensão, de toda a criação literária¹⁷. Os exemplos de παράφρασις que Téon apresenta (I, 103-171), recolhidos de poetas e oradores antigos, são bem ilustrativos disto mesmo. Talvez a consciência desta sua natureza e deste seu papel tão nuclear na educação justifique a abundância com que Téon a exemplifica.

Para já, poder-se-á concluir do uso da παράφρασις, segundo Téon, que os futuros oradores, historiadores, poetas, filósofos ou prosadores em geral, que, desde muito cedo, tiverem sido iniciados na prática deste exercício, de certa forma não a abandonarão nunca: pelo contrário, é a ela que recorrerão sempre que tiverem que compor as suas χρεῖαι, μῦθοι, διηγήματα, τόποι, ιστορίαι, ἐγκώμια, defesas de θέσεις, ἀντιθέσεις, ἀνασκευαὶ καὶ κατασκευαὶ οὐ ὑποθέσεις. No fundo, e ainda que já apenas de forma intuitiva e progressivamente mais complexa, elaborada e, por isso mesmo, mais livre e competente, continuamente lançarão mão dos procedimentos técnicos da παράφρασις, ou seja, da reformulação de esquemas de raciocínio e de composição que foram intelectualmente assimilando como modelos, superando-os em cada nova criação. Tal liberdade e competência só serão possíveis graças à experiência paulatinamente adquirida, que se traduz no pleno domínio da autonomia criadora individual. Deve notar-se que alguns teóricos não vêem qualquer utilidade neste exercício, asseverando que jamais se pode reformular um texto original. Tal posição, todavia, é censurada por Téon (I, 93-95): segundo o Alexandrino, os "modos" de o fazer, e com resultados esteticamente tão belos, são, bem pelo contrário, ilimitados (I, 98-102). Basta, para tanto, variar simplesmente o "modo" de enunciação, seja através de um enunciado meramente declarativo, seja através de

¹⁷ Vd. sobre o valor da παράφρασις na μίμησις D. L. Clark, *op. cit.*, pp. 169 e 173-175.

uma interrogação, de uma inquirição, de uma súplica, etc.¹⁸ A configuração intelectual de uma φαντασία e, por extensão, o bom desempenho no exercício da παράφρασις exigem já uma certa competência criadora.

Sendo assim, outra conclusão que do pensamento de Téon se deve extrair é esta: as potencialidades da παράφρασις são ilimitadas e, por consequência, também as da criação literária mimética o são¹⁹.

Relativamente aos dez exercícios com conteúdo material (I, 175-198), por sua vez, Téon determina três níveis pedagógicos, pelos quais eles são classificados segundo o critério "do mais fácil para o mais difícil". Os primeiros exercícios em que o professor deve iniciar os alunos, fazendo-os exercitar em todos os seus τρόποι τῆς γυμνασίας ou "modalidades de execução" são a χρεία, o μῦθος e o διήγημα (I, 175-179), aqueles que se encontram na transição entre a escola do γραμματικός e a do ῥήτωρ. Estes três exercícios, efectivamente, apresentam ainda marcas de um tratamento gramatical²⁰. A χρεία é colocada em primeiro lugar por ser um exercício breve e fácil de memorizar: mais uma vez, dá-se o privilégio aos recursos da μνήμη no ensino. Reservado, todavia, para níveis mais avançados fica o τρόπος da ἀνασκευή καὶ κατασκευή destes três exercícios, dada a

¹⁸ Cf. como se poderá variar tais τρόποι enunciativos por exemplo no exercício do διήγημα, V, 271-372, pp. 110-114. Cícero, *De Orat.*, I, 34, 154, pela boca de Licínio Crasso, coloca-se um tanto ao lado daqueles que recusam à παράφρασις tão grandes virtualidades. Quintiliano, X, 5, 4-8, no entanto, refuta tais objecções, fazendo uma entusiástica defesa da prática deste exercício, em tudo coincidente com a de Téon.

¹⁹ Desafortunadamente, porém, o capítulo dedicado por Téon a este exercício é um dos cinco perdidos na tradição manuscrita grega. Por isso, tudo quanto conhecemos da sua teoria e todas e quaisquer conclusões que dela possamos extrair se restringem e fundamentam em exclusivo nesta longa passagem do capítulo I. Sobre o material perdido vd. infra Estudo Introd. III. 1. C. pp. 45 sq..

²⁰ Butts, *op. cit.*, p. 15 e Stegemann, *op. cit.*, col. 2038. Existia efectivamente um conflito de competências opondo as duas escolas, quanto a se saber a qual delas caberia o ensino dos vários exercícios preparatórios. Tal competência pertenceria totalmente, a princípio, ao retor. No entanto, com o nível de exigência crescente na escola de retórica superior, progressivamente a prática destes exercícios foi sendo delegada na escola de gramática. Esta tendência encontrou, porém, fortes resistências entre os retores gregos, que os mantiveram nos seus programas de ensino. Os retores latinos, pelo contrário, com grande displicência foram abandonando esta prática, que foi sendo apropriada pelos gramáticos na sua quase totalidade, autolimitando assim o seu papel de mestres de futuros oradores. Esta irresponsabilidade dos latinos é censurada por Quintiliano I, 9, 6 e II, 1, 1, em contraste com o bom senso dos gregos. De um modo geral, de toda a série de exercícios preparatórios, sob a alçada dos gramáticos ficaram os exercícios mais elementares (a χρεία, o μῦθος, o διήγημα, a γνώμη e a ἀνασκευή καὶ κατασκευή). Os demais (o τρόπος, o ἐγκόμιον, etc.) seriam da responsabilidade dos retores. Em Téon, este conflito de competência reflecte-se na tentativa de recuperar para estes a prática dos três primeiros exercícios, continuando porém a submetê-los a τρόποι τῆς γυμνασίας puramente gramaticais: a ἀπαγγελία e a κλίσις. Sobre toda esta questão, cf. S. Bonner, *op. cit.*, pp. 250-253; H.-I. Marrou, *op. cit.*, vol. I, p. 258.

sua dificuldade. Em seguida, como é mais fácil o tratamento de questões que gozam de acordo geral (τὰ ὁμολογούμενα) do que o das que suscitam controvérsia (τὰ ἀμφισβητούμενα), recomenda que se aprenda primeiro tudo quanto diga respeito àquelas. Fica assim estabelecida a seguinte planificação: em primeiro lugar, exercícios sobre τὰ ὁμολογούμενα: τόπος, ἔκφρασις, προσωποποιία, ἐγκώμιον, σύγκρισις (I, 190-193); em segundo, exercícios sobre τὰ ἀμφισβητούμενα: ἀνασκευή καὶ κατασκευή de χρεῖα, μῦθος e διήγημα; θέσις e νόμος (I, 194-198).

Os exercícios da ἐξεργασία e da ἀντίρρησις, ambos puramente formais, são os últimos a aprender. São os mais difíceis e pressupõem que os alunos tenham já exercitado a sua competência criadora o bastante para serem capazes de produzir trabalho próprio, satisfatória e autonomamente (I, 199-201). Encontramo-nos já no domínio da ὑπόθεσις, o grau mais complexo da prática retórica²¹.

Quanto à ἐξεργασία, encontra-se também, como a παράφρασις, na articulação entre recepção e criação²². Tem utilidade directa (I, 172-173) para a δευτερολογία ou "segunda intervenção" do orador sobre a mesma causa, em réplica às intervenções dos adversários. Para Reichel²³, deve ser identificada com a ἐργασία τῆς χρεῖας de Hermógenes e Aftónio²⁴, bem como com a *expolitio* da *Rhetorica ad Herennium*²⁵. Efectivamente, a ἐργασία é nestes dois retores o principal τρόπος de exercício sobre a χρεῖα e consiste na elaboração de uma autêntica peça oratória em várias partes²⁶ que toma a χρεῖα como proposição da tese a desenvolver e reflecte uma estrutura formal de um discurso ou da argumentação de um tema. Há que notar que em Téon, no entanto, os pares tecnicamente mais exigentes de τρόποι τῆς γυμνασίας da χρεῖα (sc. ἐπιφώνησις e ἀντιλογία e

²¹ Butts, *op. cit.*, pp. 18-19.

²² Vd. ainda o esquema de Stegemann, *loc. cit.*.

²³ *Op. cit.*, pp. 14-15.

²⁴ Respectivamente 7, 10-8, 14 e 4, 13-6, 19 Também Nicolau a desenvolve (24, 4-25, 3), preferindo porém a esta uma outra designação: a de διαίρεσις.

²⁵ Ou mais propriamente com uma das suas espécies, a *tractatio*, cf. *Rhet. Her.* IV, 54 sqq. sobretudo 56-58. Citamos da ed. Guy Achard, Paris, "Les Belles Lettres", 1989.

²⁶ São oito partes em Hermógenes e Aftónio. Cf. Manuel Alexandre Júnior, "Importância da criação na cultura helenística", *Euphrosyne* 17 (1989), pp. 43-46, e também id., *Argumentação retórica em Filon de Alexandria*, Lisboa, I. N. I. C./ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 1990, pp. 112-116 e o quadro sinóptico comparativo dos esquemas formais de argumentação segundo os principais tratados de teorização retórica.

ἀνασκευή καὶ κατασκευή, enumerados em III, 130-142), e por isso reservados para um nível avançado de alunos, constituirão já como que precursores muito próximos do modelo mais elaborado da ἐργασία de Hermógenes²⁷.

O exercício preparatório da ἐξεργασία de Téon seria pois como que um ensaio final da composição de discursos completos. Ultrapassado este último ciclo da escola de retórica, os alunos estariam, finalmente, diplomados para as carreiras de orador ou escritor.

O mais difícil dos exercícios preparatórios é a ἀντίρρησις, de natureza exclusivamente criativa. A sua utilidade é manifesta nas ἀντιγραφαί ou "contraditas", discursos de carácter refutativo (I, 173-174).

C. Propostas didácticas

Vejamos agora que conselhos práticos fornece Téon aos professores sobre as estratégias e técnicas didácticas a utilizar, analisando-as sem seguir necessariamente a ordem pela qual Téon os propõe, mas em função da lógica do seu conteúdo.

As duas primeiras destas recomendações prendem-se com a progressão do ensino, em níveis crescentes de dificuldade, da recepção para a criação. A primeira é a da prática da ἀπαγγελία ou recitação oral (II, 144-149). Já ficou claro qual a sua importância e objectivos: promover a recepção, familiarizando os alunos com os modelos literários de composição. Notou-se também que, como τρόπος τῆς γυμνασίας elementar e puramente gramatical, é por ele que os alunos devem ser iniciados na aprendizagem dos três primeiros exercícios: a χρεία, o μῦθος e o διήγημα²⁸. A segunda, por seu turno, pressupõe que eles tenham já adquirido competência prática em composição. Aqui o

²⁷ Cf. M. Alexandre Júnior, "Importância da criação...", p. 22 e Burton L. Mack, *Patterns of persuasion in the Gospels*, Sonoma CA, Polebridge, 1989, pp. 42-43. Existem semelhanças muito mais estreitas, de resto, entre a *tractatio* da *Rhet. Her.* e a ἐργασία de Hermógenes do que entre qualquer destas duas e a ἐξεργασία de Téon. Os pormenores do tratamento deste exercício deveriam já ter sido havia muito estabelecidos por retóricos gregos antigos. A *Rhet. Her.* e Hermógenes ter-se-iam baseado pois nestas fontes comuns, que Téon, porém, não segue. Cf. Bonner, *op. cit.*, p. 259 e Hock — O'Neil, *op. cit.*, pp. 161-162.

²⁸ Vd. supra n. 20. Cf. sobre a natureza da ἀπαγγελία III, 143-145.

professor deve, por um lado, ensinar-lhes, no discurso, qual a disposição (τάξις) dos tópicos e dos argumentos e a ocasião própria para operações retóricas como a digressão ou a amplificação e, por outro, esclarecer o carácter do problema em discussão (II, 149-153). Se, numa primeira fase, os alunos aprendem a compor de uma forma simples e eminentemente prática, por meio da imitação dos modelos, nesta segunda são iniciados na teoria e nos preceitos técnicos da composição. Este mesmo percurso, a seguir pelo professor, é redefinido por Téon mais abaixo, num passo também já citado (II, 183-188). Recomenda ele que, primeiramente, se prescreva aos alunos que dissertem sobre matérias já tratadas pelos autores antigos, e que, mais tarde, lhes seja dado observar comparativamente o que estes fizeram e como fizeram.

Parece-nos ser este um aspecto de extrema importância na pedagogia de Téon. Obriga a invocar os grandes pressupostos que, para ele, devem ser os da educação em geral, e da retórica em particular. Para o Alexandrino, recorde-se, o essencial da educação encontra-se na ampla formação literária e cultural que ela proporciona ao indivíduo. Só assim, como ele entende, é possível preparar os jovens para um exercício competente na grande diversidade dos altos ofícios espirituais e intelectuais como a oratória, a historiografia, a poesia, a reflexão filosófica e a literatura em geral. Para tanto, trata-se, em primeiro lugar, de levá-los à aquisição dessa cultura; mais: à sua assimilação. De seguida, trata-se de confiar em absoluto nas capacidades intuitivas dos futuros oradores, historiadores, poetas, filósofos e escritores para a criação individual e autónoma, com base nos modelos intelectualmente assimilados. E os exercícios preparatórios, ainda que de natureza "sofística", como diz Butts²⁹, ou seja, fundados em esquemas técnicos de argumentação lógica e de composição, são essencialmente uma questão de prática. Ensinar a teoria e os preceitos, como ponto de partida e como fins em si mesmos, pode inibir e embotar essas capacidades.

Com efeito, Téon não consegue libertar-se por completo da tradição do ensino escolar da retórica, que se constituía fundamentalmente como *ars* ou τέχνη: assim se

²⁹ *Op. cit.*, p. 23 e cap. I, p. 97 n. 3.

entende a crítica de Butts. Não o consegue ou talvez não o pretenda: a retórica não pode abjurar do seu património de regras e preceitos técnicos, pois é primordial e tradicionalmente uma τέχνη, uma metalinguagem da composição e da comunicação. Assim é desde o ensino da Primeira Sofística e assim ficou definida *per saecula saeculorum* com Aristóteles. No entanto, não partilhamos de todo desta crítica. Téon parece ter a absoluta consciência dos excessos a que se pode chegar com uma formação exclusivamente técnica. Aos professores, os destinatários da sua obra, cabe a responsabilidade de os prevenir, de não serem, por sua vez, demasiado "sofistas" no seu ensino, de estimular à recepção literária e à prática e não ao domínio da teoria.

Que o professor deve fundamentar o seu ensino na confiança nas capacidades dos alunos já Téon o tinha dito, de passagem, no capítulo anterior (I, 189). No presente, torna ainda a esta questão, de forma mais explícita e desenvolvida. As propostas que Téon aqui avança revelam uma consciência muito profunda da eficácia relativa dos métodos pedagógicos a utilizar e da importância dos factores psicológicos e emocionais para o bom sucesso da educação. Em primeiro lugar, aconselha o professor a usar brandura e a evitar excessivo rigor na διόρθωσις ou correcção dos erros dos alunos (II, 178-182). Somente se lhes deverão apontar um pequeno número deles, os grandes e mais evidentes; os demais deverão ser relevados. Se o professor levar o rigor ao extremo, a consequência será o desespero dos alunos, que se convencerão de que, de tudo quanto fizerem, resultará sempre o erro, o fracasso. O seu espírito bloqueará na antecipação das aporias crescentes que terão que enfrentar nos níveis mais elevados do ensino, ou, como dissemos atrás, embotará. O professor deve procurar, pois, estimulá-los à criação e não desanimá-los. E apenas atinge este desiderato com brandura, explicando bem em relação a quê eles erraram e apontando-lhes os caminhos para realizarem um trabalho mais perfeito. O padrão de correcção e do trabalho perfeito, mais um vez, são os autores modelo. Incentivados a contactar com eles e a compulsar e a avaliar o seu trabalho pelo paradigma deles, através dos meios que já vimos, acabarão por ser os próprios alunos, intuitivamente, a se autocorrigirem (II, 183-188).

Posteriormente, Téon recomenda ao professor que tenha muito bem em conta quais são realmente as capacidades e os talentos naturais e inatos de cada indivíduo (II, 189-197). Nem todos nascem com aptidões para todas as coisas, como verifica Téon. Se uns revelam naturalmente a sua habilidade no tratamento de emoções (πάθη), outros, por seu turno, mostram-se mais aptos na delineação de caracteres (ῥήθη) e outros ainda em argumentar lógica e dedutivamente (ἐνθυμήματα). Ora tais capacidades inatas devem ser estimuladas e desenvolvidas pelo professor, progressiva e sistematicamente, por meio do exercício. Onde, pelo contrário, os alunos tiverem deficiências, a sua tarefa será a de lhes proporcionar todo o apoio necessário para as colmatar. Deste modo, os futuros oradores, historiadores, poetas, filósofos e escritores tornar-se-ão competentes num vasto campo de matérias e no tratamento de qualquer género de problemas, seja, mais restritamente, no dos grandes, a exemplo de Ésquines, ou no dos pequenos, a exemplo de Lísias, seja, como é mais desejável, no de ambos, a exemplo de Demóstenes.

Em suma, a missão educativa do professor, para Téon, aparece como uma missão elevada: promover o gosto e o prazer na formação cultural e técnica, em função do natural *ingenium* dos jovens. O pensamento do Alexandrino apresenta-se, assim, em toda a sua pujante clareza.

Finalmente, vejamos outros princípios de que o professor deve partir para a educação literária dos jovens. Prendem-se estes com os critérios em que se deve fundar a competência de crítico literário que Téon lhe atribui e que já evidenciámos. A selecção do "círculo de leituras" a recomendar na aula, como lhe chama Wilamowitz-Möllendorff³⁰, que pressupõe a distinção entre bons e maus autores, tem sobretudo por base, além das qualidades particulares de cada exercício preparatório, as qualidades gerais do estilo. Estas são em Téon em número de três: a σύνθεσις τῶν ὀνομάτων ou organização das palavras no texto em prosa (II, 154-169); εὐπρέπεια ou propriedade na escolha dos termos adequados (II, 170-173); a ἐρμηνεία σαφῆς καὶ ἐναργῆς ou clareza e vividez de expressão (II, 174-177).

³⁰ *Loc. cit.*

A primeira destas qualidades reporta-se à composição do discurso, estruturado e organizado numa correcta "arrumação" e disposição sintáctica das palavras entre si, em frases e períodos. A designação correspondente para ela em latim é *compositio uerborum*. Este labor transcende os preceitos elementares do *recte loqui* da gramática para aspirar à ambição artística do *recte* e também do *bene dicere* da retórica³¹. Téon cinge-se aqui a um dos seus aspectos particulares: o problema do ῥυθμός ou *numerus*, isto é, do ritmo do discurso em prosa. No essencial, segue a linha de Aristóteles, que admite para ele um ritmo natural, mas nunca submetido ao rigor das regras métricas à maneira do discurso poético³². Para Téon, exemplos negativos desta virtude são os chamados oradores "asiânicos", como Hegésias, e Epicuro³³, que cultivam uma ἔμμετρος καὶ εὐρυθμός λέξις "ou estilo métrico e rítmico" (II, 154-163). A referência ao estilo asiânico faz pressupor em Téon, ainda que não o confesse explicitamente, uma filiação nas correntes estéticas do Aticismo³⁴.

Erro tolerável até certo ponto é, apesar de tudo, que se caia ocasionalmente no uso dos ritmos similares aos do discurso em prosa, como é o caso do iambo, considerado o mais próximo do registo discursivo oral corrente, isto é, de um registo neutro, por oposição a outros, artificiais, literários ou poéticos³⁵. Parece até, por este motivo, de certo modo inevitável que tal suceda: todos os prosadores acabam por, inadvertidamente, cair neste género poético. O exemplo deste erro citado por Téon é um passo da obra Περὶ λέξεως *Sobre o estilo* de Éforo. Téon censura este autor particularmente, por, no preciso passo em que dissuade do uso de linguagem rítmica, se exprimir em ritmo de verso, mais propriamente num trímetro iâmbico (II, 164-169)³⁶.

³¹ Cf. Lausberg, *op. cit.*, §§ 18, 32 e 911.

³² Como assevera o Estagirita, *Rhet.* III, 8, 1-3 1408b: ῥυθμόν δεῖ ἔχειν τὸν λόγον, μέτρον δὲ μή ποιεῖν γὰρ ἔσται.

³³ H. Usener, *Epicurea*, Roma, "L'Erma di Bretschneider, 1963, frgs. 131 e 105.

³⁴ Cf. Wilamowitz-Möllendorff, *loc. cit.*. Vd. supra neste Estudo Introd. I. pp. 5 sq. e n. 14.

³⁵ É precisamente por este mesmo motivo que Aristóteles, *loc. cit.*, desaconselhava o seu uso, achando-o demasiado vulgar para a dignidade e a capacidade de excitar emocionalmente que, em seu entender, o discurso oratório deve possuir. Cf. Cícero, *De Or.* III, 47, 182 e *Orat.*, 56, 189 e 57, 191.

³⁶ Felix Jacoby (ed.), *Die Fragmente der Griechischen Historiker*, II A 70 frg. 6. Cf. infra a tradução do cap. II.

Relativamente à segunda das qualidades gerais de estilo, Téon aconselha o decoro na selecção dos termos para o discurso. Para o Alexandrino, quando temos que expor vícios alheios, não o deveremos fazer directa e abertamente, mas de forma velada ou, por assim dizer, eufemística. "Bom exemplo" de εὐπρέπεια é Ésquines, que, para acusar Demóstenes de actos infames, diz que ele não cuida da higiene corporal, nem sequer do órgão da fala³⁷.

A acrescentar a tudo isto, Téon recomenda a clareza e a vividez na expressão. No capítulo Περὶ διηγήματος (V, 57-153) desenvolverá a clareza, virtude particular essencial de todo o discurso ou texto narrativo e expositivo de factos, discutindo exaustivamente como se pode incorrer em erro contra ela e as formas de o evitar. Todavia, não é suficiente que um discurso ou texto seja claro. Deve também procurar-se, como complemento, que ele tenha vividez, ou seja, que ele torne mais evidente e manifesto o que porventura já for claro. Só através desta virtude se consegue que a mente dos auditores se consinta permeável à recepção e à influência intelectual do discurso, fazendo com que o retenham na sua memória. Trata-se, como diz Homero, citado por Téon³⁸, de tornar uma palavra acessível ao seu entendimento e de depositá-la no seu espírito. A vividez é mesmo uma característica fundamental da ἔκφρασις (VII, 2-3).

3. Fontes teóricas e originalidade de Élio Téon

Questão complexa é a das fontes teóricas de Élio Téon e da sua originalidade relativamente a essas fontes. O Alexandrino raramente cita, de forma expressa, um autor, limitando-se, as mais das vezes, a inserir no seu texto ideias e material de outrem, sem atribuir a sua proveniência. Apesar disso, os críticos que se têm debruçado sobre esta questão conseguiram determinar algumas das fontes em que ele se terá baseado, concluindo que, de um modo geral, não terá realizado um trabalho absolutamente original em nenhum dos conteúdos teóricos e doutrinários do seu manual. É, pois, com base nas

³⁷ *De F. Leg.* II, 23.

³⁸ *Od.* XI, 146.

conclusões desses críticos, bem como naquelas a que nós próprios chegámos, que vamos de seguida discutir, de forma breve, esta questão³⁹. Trataremos, em primeiro lugar, dos exercícios já existentes e daqueles que poderão ter sido criação de Téon; em segundo, dos domínios técnicos e terminológicos da sua teoria retórica; em terceiro, dos juízos críticos que formula a respeito dos escritores que cita; finalmente, das suas recomendações de natureza pedagógica.

Relativamente à instituição escolar dos exercícios preparatórios, não se pode, em primeiro lugar, falar em absoluta originalidade de Téon. Ele próprio confessa, como já notámos, que outros tratamentos teóricos sobre o seu uso tinham precedido o seu (I 15-16 e 18-19). Já no século II a. C., ao que parece, teriam surgido manuais a ele dedicados⁴⁰. Isto mesmo no-lo reafirma a respeito de alguns exercícios particulares, como a παράφρασις (I, 93-95) e a ἑκφρασις (VII, 60). A prática dos exercícios, já atestada em Cícero e inclusive antes dele⁴¹, remontaria mesmo à mais antiga retórica sofística⁴². Tal não o impede, no entanto, de assumir a diferença face aos seus predecessores, procurando com isto imprimir uma certa marca de originalidade no seu tratamento teórico dos exercícios. A sua originalidade consistiria, assim, em ter criado (ἐπεξευρεῖν) exercícios novos em complemento aos já existentes, em fornecer uma definição específica para cada um, em estabelecer as diferenças relativas entre eles e em apresentar as fontes de argumentação e a forma de manusear cada um deles (I, 18-24).

São seis os novos exercícios que Téon inclui entre o número dos προγυμνάσματα: ο ἑγκώμιον e aqueles a que se referem os cinco capítulos finais perdidos da sua obra: ἀνάγνωσις, ἀκρόασις, παράφρασις, ἑξεργασία e ἀντίρρησις⁴³. Também aqui, porém, não há trabalho absolutamente original da sua parte. Efectivamente, todos estes exercícios já existiam antes. O ἑγκώμιον já era praticado na escola de retórica, como ele próprio refere (I, 76-78). Prova de que também a παράφρασις já o era é o facto de Téon se insurgir,

³⁹ Para uma discussão mais completa e exaustiva, vd. Stegemann, *op. cit.*, cols. 2048-2051.

⁴⁰ Cf. *supra* n. 2.

⁴¹ Em Cícero, *Inv. Rhet.* e *De Or.* e na *Rhet. Her.*: cf. Reichel, *op. cit.*, pp. 12-19.

⁴² Segundo Mutschmann, *apud* Stegemann, *op. cit.* col. 2048.

⁴³ Cf. Reichel, *op. cit.*, p. 32. Sobre o material perdido da obra vd. *infra* Estudo Introd. III. 1. C. pp. 45 sq.

no passo para o qual se chama novamente a atenção (I, 93-95), contra as opiniões peregrinas daqueles que advogavam a sua inutilidade. A *ἐξεργασία*, por seu turno, como se notou acima, já aparece na *Rhetorica ad Herennium* sob a forma de *expolitio*. Deste modo, não se pode considerar Téon o *εὐρετής* destes exercícios. De outra parte, também as definições que dá para cada exercício não são trabalho próprio⁴⁴.

Com tudo isto, como conclui Stegemann⁴⁵, a originalidade de Téon na instituição dos *προγυμνάσματα* residirá em ter utilizado exercícios já existentes e em tê-los coligido num manual oficial de ensino, elevando à categoria de *προγυμνάσματα* o que antes seriam talvez meros *τρόποι τῆς γυμνασίας*. O mesmo viriam a fazer, de resto, os seus sucessores, ao tratarem a *ἀνασκευή καὶ κατασκευή*, que em Téon não passava de um dos vários *τρόποι τῆς γυμνασίας*, como um *προγύμνασμα* autónomo. H. Mutschmann⁴⁶ chama mesmo a Téon o autor da "edição melhorada e alargada" de um livro escolar de larga circulação. O seu grande contributo teria sido a sistematização que fez do ensino de exercícios já existentes e praticados, tal como Hermágoras fora o renovador da teoria dos *status* ⁴⁷. Em nossa opinião, existe ainda, no entanto, uma outra originalidade em Téon face aos seus predecessores. Para aquilo em que ela assenta já se chamou a atenção no início do presente capítulo do Estudo Introdutório. O nosso autor, além de um editor e sistematizador do ensino dos exercícios preparatórios, teria sido talvez o primeiro a enquadrar essa sistematização num plano mais alargado de uma verdadeira doutrina pedagógica.

Mais difícil é determinar quais os *τεχνογράφοι* utilizados directamente por Téon como fonte, de forma a se poder avaliar quanto devem a essa utilização os aspectos mais propriamente técnicos e terminológicos da sua teoria retórica.

Como já foi referido, o Alexandrino cita Apolónio de Rodes (Mólon), Teodoro de Gádara e Hermágoras (respectivamente I, 81-82; XI, 7-8 e XI, 7). Reichel nota haver concordâncias entre as suas fontes e as de Anaxímenes, de Isócrates, de Cícero, da

⁴⁴ Cf. Stegemann, *op. cit.*, col. 2049.

⁴⁵ *Ib.*

⁴⁶ *Apud* Stegemann, *loc. cit.*

⁴⁷ Cf. Ammon Bursian, *apud* Stegemann, *loc. cit.*

Rhetorica ad Herennium, de Quintiliano e de outros tecnógrafos latinos, que proporcionam a teoria de Hermágoras⁴⁸.

Também relativamente à defesa de uma sólida e ampla formação cultural e ética para o futuro orador, haurida na leitura e frequência das escolas de filosofia e de estudos literários, as semelhanças com Cícero e Quintiliano são notórias, como já se assinalou. Para Téon, tal como para estes autores, tal formação deve preceder a meramente teórica e técnica. A ênfase nos estudos literários direccionados para a formação ética do indivíduo é mesmo uma tónica entre os eruditos e os teóricos da educação do século I d. C.. Séneca, por exemplo, nas suas *Epistulae morales*, por diversas vezes aconselha o seu amigo Lucílio a manter *conuersationes* com os ditos e as máximas dos sábios e dos homens de boa reputação, lendo-os e ouvindo-os, a fim de extrair deles bons modelos de virtude moral a imitar⁴⁹. Um outro bom exemplo desta convicção do poder que a literatura tem de afectar e formar o carácter, é o ensaio Πῶς δεῖ ποιημάτων ἀκούειν, de cerca do ano 80, consagrado ao ensino da poesia aos jovens por Plutarco⁵⁰.

Inúmeros são também os pontos de contacto entre Téon e Aristóteles, seja directa, seja indirectamente, através de um qualquer outro tecnógrafo que reflecta uma influência do Estagirita, como assinala *passim* J. Butts ao longo dos vários capítulos dos Προγυμνάσματα⁵¹. Esses pontos de contacto são especialmente visíveis nos capítulos V Περί διηγήματος, VI Περί τόπου e X Περί συγκρίσεως. Por exemplo, em X, 8-12, Téon cita, sem menção de proveniência, *Topica* III, 1, 116a de Aristóteles. É ainda evidente, por outro lado, que Téon conhecia bem a *Rhetorica*⁵².

As influências estóicas em Téon, a que já se aludiu no capítulo precedente deste Estudo Introdutório, são também dignas de nota. O estudo sistemático fundamental a

⁴⁸ *Op. cit.*, p. 131.

⁴⁹ Cf. *Ep.* 11, 8 e 52, 8. Outra *Epistula* interessante a este propósito é a VI. Nela o Cordovês dá conta a seu amigo de uma profunda transformação sentida no seu carácter graças à leitura de obras de filósofos, prometendo enviar-lhas, de sorte que também ele possa beneficiar com tão salutares ensinamentos.

⁵⁰ Cf. B. L. Mack, *op. cit.* pp. 42 sq. e Butts, *op. cit.*, I, 81-83, p. 105 n. 28. A respeito da data atribuída a esta obra de Plutarco, cf. K. Ziegler, *RE*, XXI 1 (1951), col. 709.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 6 nn. 17 e 18.

⁵² Cf. por exemplo Butts, *op. cit.*, cap. V, p. 295 n. 14.

este respeito deve-se a Reichel⁵³. Por exemplo, a Escola do Pórtico designa o γένος ἐπιδεικτικόν aristotélico (I, 74-76) por γένος ἐγκωμιαστικόν. Outro exemplo é a divisão das interrogações por Téon (III, 37-40) em simples ἐρώτησις e em πύσμα. Também o tratamento da ἀμφιβολία, resultante da coincidência fonética das palavras indivisas ou divididas (V, 107-112 e XI, 53-60), ou, como já se referiu, a noção de φαντασία (I, 97) são de proveniência estóica. Os temas propostos por Téon para discussão de tese, a que já aludimos (“a necessidade de o sábio de dedicar à política”, “a existência de uma providência divina”, “a necessidade de contrair matrimônio e gerar filhos”), constituem também princípios doutrinários básicos da ética e física estóicas. Sintomático é que, a respeito do segundo dos temas, Téon cite, a par de Platão e Aristóteles, o fundador do estoicismo, Zenão de Cício (XI, 190)⁵⁴.

Também os juízos críticos que Téon tece dos autores que cita e os princípios em que tais juízos se baseiam não são de todo originais. Já se notou que o Alexandrino, na sua reprovação liminar da λέξις asiânica, segue tacitamente os preceitos gerais da retórica aticista a respeito das virtudes do estilo literário, apresentando-se, assim, como escrupuloso adepto desta escola e dos seus mandamentos estéticos. Do mesmo modo, quanto à apreciação de aspectos particulares no estilo de alguns desses autores, Téon mais não faz do que reportar opiniões comuns e alheias sobre eles⁵⁵. A propósito do uso adequado da προσωποποιία, refira-se, por exemplo, o elogio de Homero (ἐπαινοῦμεν “nós elogiamos”: I, 50), por colocar as palavras apropriadas na boca de cada uma das suas personagens. Contrariamente, Eurípides é censurado (I, 51-52: καταμεμφόμεθα “nós censuramos”), por, em alguns passos dos seus dramas, pôr Hécuba a discorrer como um filósofo, sem qualquer sentido de oportunidade⁵⁶. O mesmo se poderia dizer a respeito das críticas a Tucídides: pela sua divisão do ano em Verão e Inverno e por narrar os acontecimentos sucedidos numa estação antes de passar aos sucedidos na outra, quebrando assim a sequência lógica desses acontecimentos e obscurecendo com isso a

⁵³ *Op. cit.*, pp. 23-30.

⁵⁴ Vd. em particular *ib.*, pp. 27-29.

⁵⁵ Cf. Stegemann, *op. cit.*, col. 2048.

⁵⁶ Cf. por exemplo *Hec.*, 251-295. Cf. Reichel, *op. cit.*, p. 87.

sua narração (V, 63-65: *ἄπερ ἐγκαλοῦσιν τινες* "o que alguns criticam"); e pelo seu uso dos hipérbatos (V, 129-130). Também a sua crítica da autenticidade de obras atribuídas a outros desses autores não se deve a um trabalho próprio de investigação. Citem-se os exemplos de Lísias (II, 99 *Λυσίου μὲν οὐ φασιν εἶναι τούτους τοὺς λόγους* "contestam que estes discursos sejam de Lísias") ou de Epicuro (*τὰ περιφερόμενα δ' ὥς ἐκείνου* "os escritos que circulam como seus" II, 159). Alguns destes juízos poderão ter sido tomados de outros críticos literários como Dionísio de Halicarnasso ou Cecílio de Calacte⁵⁷.

Finalmente, também quanto às suas recomendações de natureza pedagógica, as propostas de Téon não parecem ser absolutamente originais. Na escola grega e, pelo modelo desta, na romana, a intransigência colérica dos mestres e a violência física e moral sobre os alunos eram prática corrente. Várias escolas filosóficas e pedagógicas se manifestaram contra este estado de coisas⁵⁸: assim Platão⁵⁹ e Aristóteles e, posteriormente, os estóicos. Será, no entanto, o período helenístico e romano a registar uma evolução positiva mais notória, como é patente em alguns juízos de Sêneca⁶⁰. Cresceram as preocupações com os métodos pedagógicos, não só por princípios de humanidade, mas também pela eficácia educativa deles resultante. Tais preocupações não se teriam devido, no entanto, a uma presumível maior sensibilidade entre os Romanos para estas questões do que entre os Gregos. Não surgiram de um espírito de lugar, mas de um espírito de época, de modernidade⁶¹. Deste modo, não é difícil encontrar em tratados do mesmo século sobre temática educativa preocupações semelhantes às de Téon, ainda que discutidas com muito maior desenvolvimento.

Uma dessas obras é o *Περὶ παιδων ἀγωγῆς* de Plutarco⁶². Aconselha-se aqui o recurso preferencial à admoestação verbal, apontando as faltas dos alunos de forma a que

⁵⁷ Cf. Wilamowitz-Möllerndorff, *loc. cit.*, e Butts, *op. cit.*, cap. V, p. 299 n. 20 e p. 309 n. 36.

⁵⁸ Cf. H. C. Kemper, *Die im Corpus der Moralia des Plutarch überlieferte Schrift Περὶ παιδων ἀγωγῆς*, Diss. Münster, 1971, p. 143 sq. (*apud Plutarche. Oeuvres morales*, Tomo I, 1ª parte, texto, tradução, introdução e notas por Jean Sirinelli, Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1987, p. 19).

⁵⁹ Cf. *Leg.* 730 b, 823 d, 829 c.

⁶⁰ Cf. *De ira* I, 6, 1-3 e *De clem.*, I, 2, 14, 17, 24.

⁶¹ Cf. H.-I. Marrou, *op. cit.*, vol. I, pp. 238-240 e vol. II, pp. 71-73. Para uma ideia mais substancial das influências do modelo helenístico de educação na escola latina, vd. ainda vol. II, pp. 29-46.

⁶² Ou no título latino *De liberis educandis*, 8f-9a.

estes se sintam envergonhados perante elas. Em alternância, recomenda-se que se encoraje os seus espíritos, para que se possam sentir estimulados a proceder correctamente. O castigo físico é, para o autor deste ensaio, absolutamente de reprovar.

Outro tratado em que ideias análogas às de Téon são defendidas é precisamente a *Institutio oratoria* de Quintiliano⁶³. Mais uma vez, muito têm em comum os dois retóricos. Também o Caliguritano recomenda que se preste uma cuidada atenção às aptidões naturais (*ingenium*) dos alunos. Perante os erros dos alunos, aconselha a correcção com moderação, de sorte a estimular e não a acabrunhar os seus ânimos, gerando neles a aversão aos estudos, a contumácia no erro e o sentimento da revolta. O seu aluno ideal é aquele que se alimenta da ambição, que acusa ferida no seu brio quando censurado e se sente provocado e compelido a avançar mais além e a fazer melhor diante do elogio e do senso da honra. A pedagogia da violência é aí liminarmente repudiada, como em Plutarco. Não nos parece provável que também estas analogias entre o pensamento de Téon e o de Quintiliano se devam à dependência do latino em relação ao grego como fonte directa. Este, de resto, desenvolve muito mais estas questões do que aquele. Também aqui um e outro parecem reflectir mais uma vez um espírito de época ou *Zeitgeist* comum e a utilização de fontes teóricas também comuns⁶⁴.

⁶³ Quint. I, 3, 6-7, 14 e II, 2 5-7.

⁶⁴ Vd. supra neste Estudo Introd. I. p. 8 e n. 33.

III. A PROBLEMÁTICA DO TEXTO DOS ΠΡΟΓΥΜΝΑΣΜΑΤΑ

É assaz complexo o problema da fixação do texto dos Προγυμνάσματα¹ de Élio Téon. Inúmeras foram, por um lado, as vicissitudes por que passou a sua transmissão até aos nossos dias: a estrutura e a organização interna que nós conhecemos não são as originais. Reflexo disso, por outro lado, tem sido a história da crítica textual de Téon, desde as tradições manuscritas aos esforços que se foram desenvolvendo para o estabelecimento de uma edição crítica credível e séria.

A discussão que se segue assenta nestes dois pontos essenciais.

1. Texto original e sua reconstituição

É com grande segurança que se pode afirmar que a estrutura e a organização interna originais da obra de Téon sofreram diversas alterações editoriais e subversões de fundo e, em sentido inverso, conjecturar o sentido da sua reconstituição.

Essas alterações são de três tipos¹. Enumeremo-las. Em primeiro lugar, foi dividido o capítulo V Περί διηγήματος (o mais extenso) em dois distintos: Περί διηγήματος (V, 1-441) e Περί ἀνασκευῆς καὶ κατασκευῆς (V, 442-547). Em segundo, houve inversões na ordenação de capítulos vários: o capítulo Περί χρείας, que precedia os capítulos Περί μύθου e Περί διηγήματος, foi ordenado depois deles; o capítulo Περί ἐκφράσεως trocou de lugar com o Περί προσωποποιίας; finalmente, este último, que precedia os capítulos Περί ἐγκωμίου καὶ ψόγου e Περί συγκρίσεως, foi ordenado depois deles. Em terceiro, foi

¹ Vd. como discussões de conjunto: G. Reichel, *op. cit.*, pp. 30-39; W. Stegemann, *op. cit.*, pp. 2040-2042; e sobretudo I. Lana, *I Progimnasmata di Elio Teone*, vol I: *La storia del testo*, Turim, 1959, pp. 156-172; vd. também J. Butts, *op. cit.*, pp. 8-22.

suprimido material no fim da obra: o capítulo *Περὶ νόμου* está incompleto e faltam os cinco finais (do XIII ao XVII).

Podem sintetizar-se numa perspectiva de conjunto o que foram essas alterações através do seguinte quadro comparativo do plano da sequência dos capítulos, tal como era originalmente (A) e tal como nos foi transmitida (B):

nº dos capítulos	A	B
I	<i>προλεγόμενον</i> ²	<i>προλεγόμενον</i>
II	<i>Περὶ παίδων ἀγωγῆς</i>	<i>Περὶ παίδων ἀγωγῆς</i>
III	<i>Περὶ χρείας</i>	<i>Περὶ μύθου</i>
IV	<i>Περὶ μύθου</i>	<i>Περὶ διηγήματος</i>
V	<i>Περὶ διηγήματος</i>	<i>Περὶ χρείας</i>
VI	<i>Περὶ τόπου</i>	<i>Περὶ ἀνασκευῆς καὶ κατασκευῆς</i>
VII	<i>Περὶ ἐκφράσεως</i>	<i>Περὶ τόπου</i>
VIII	<i>Περὶ προσωποποιίας</i>	<i>Περὶ ἐγκωμίου καὶ ψόγου</i>
IX	<i>Περὶ ἐγκωμίου καὶ ψόγου</i>	<i>Περὶ συγκρίσεως</i>
X	<i>Περὶ συγκρίσεως</i>	<i>Περὶ προσωποποιίας</i>
XI	<i>Περὶ θέσεως</i>	<i>Περὶ ἐκφράσεως</i>
XII	<i>Περὶ νόμου</i>	<i>Περὶ θέσεως</i>
XIII	<i>Περὶ ἀναγνώσεως</i>	<i>Περὶ νόμου</i>
XIV	<i>Περὶ ἀκροάσεως</i>	
XV	<i>Περὶ παραφράσεως</i>	
XVI	<i>Περὶ ἐξεργασίας</i>	
XVII	<i>Περὶ ἀντιρρήσεως</i>	

Desconhece-se quem tenha sido o editor responsável por estas adulterações ao texto, a quem Hoppichler³ se refere como um *ineptus homo*; também não estamos certos se essa responsabilidade deverá ser antes atribuída, não a um, mas a vários editores. É-nos porém possível, com satisfatório rigor, localizá-las já consumadas por volta de

² Referiremos nesta análise os capítulos da obra de Téon pelos seus títulos convencionais em grego, excepto o primeiro, o qual, por não lhe ser atribuído pela tradição um título preciso, designaremos, como Butts, *op. cit.*, p. 17, por *προλεγόμενον*, dado o seu carácter introdutório.

³ *Op. cit.*, pp. 47 e 49.

começos do século V⁴: Hermógenes⁵ ainda o haveria conhecido na sua estrutura original, mas já não Nicolau⁶. Quanto aos motivos por que foram feitas, ter-se-iam ficado a dever a um critério de uniformização da estrutura e organização internas do seu tratado pelo modelo dos que eram então de maior aceitação. Esse modelo é seguido e representado pelos tratados de Hermógenes, Aftónio e Nicolau⁷.

Assim nos foi transmitida, conforme o plano adulterado da coluna **B** é sem a menor crítica, a obra de Téon pela tradição manuscrita grega e por todas as edições críticas⁸ até ao nosso século.

Vários são os testemunhos de outros autores que leram a obra de Téon na sua forma original que nos confirmam que tais adulterações houveram efectivamente assento. A existência de um capítulo especificamente dedicado ao exercício da ἀντίρρησις, no fim da obra, é certificada pelos escólios do retor Aristides do século II a Téon (3.437)⁹. Hermógenes, por seu turno, ao referir no início do seu capítulo Περὶ διηγήματος que "outros" ordenaram a χρεία antes deste exercício, aludirá presumivelmente a Téon¹⁰. E que Téon (bem como outro autor, Harpocrácio) seguiu esta ordenação comprova-o uma referência explícita no Codex Vaticanus 901¹¹.

Mas os documentos de longe mais preciosos para a reconstituição do texto de Téon são os dois códices com tradução arménia¹². Enquanto às mãos dos copistas e editores helenos o texto era adulterado, era fielmente transmitido nesta tradução. De facto, são preservadas em absoluto a estrutura e organização interna originais. Quatro dos cinco capítulos finais sobrevivem mesmo, faltando apenas o último.

⁴ Como demonstra J. Butts, *op. cit.*, pp. 21-22.

⁵ Vd. infra n. 10.

⁶ Butts, *loc. cit.*

⁷ Lana, *op. cit.*, pp. 165-166. Cf. também C. E. Finckh, *op. cit.*, *praefatio*, p. XVI; Hoppichler, *op. cit.*, p. 42.

⁸ Vd. infra "História da crítica textual". A única excepção a esta regra é a edição de Spengel, *Rhetores Graeci* II, Lípsia, Teubner, 1854, pp. 57-130, que no entanto apenas corrige uma das alterações à organização e estrutura originais, como veremos mais abaixo.

⁹ Citados por Hugo Rabe (ed.), *Aphthonii Progymnasmata (Rhetores Graeci X)*, Lípsia, 1926, p. 58.

¹⁰ Hugo Rabe (ed.), *Hermogenis Progymnasmata (Rhetores Graeci VI)*, Lípsia, Teubner, 1913, p. 4, 7-8.

¹¹ Citado por H. Rabe (ed.) no aparato crítico, *loc. cit.*

¹² Vd. infra discussão pp. 49-51 sobre os MSS arménios e sua importância para a crítica textual de Téon.

Todos estes testemunhos, apesar do seu grande valor documental, vieram tão só confirmar as conjecturas dos filólogos, fundadas na análise crítica do texto. Na verdade, o próprio texto de Téon contém evidências internas suficientemente poderosas para, só por si, provar com segurança tais conjecturas.

É o que se vai pois em seguida discutir com minúcia, partindo do confronto e da síntese das conclusões desses filólogos, sobretudo de Lana, com as nossas próprias.

A. Divisão do capítulo V

Em toda a história da crítica textual de Téon, apenas uma das adulterações que a obra sofreu, a da distinção de um capítulo autónomo *Περὶ ἀνασκευῆς καὶ κατασκευῆς* (V, 442-547) pelo exemplo de Hermógenes e Aftónio¹³, foi corrigida, e apenas uma vez. O responsável por tal correcção foi Leonard Spengel¹⁴, que, não obstante, inseriu o material *Περὶ ἀνασκευῆς καὶ κατασκευῆς* no local errado do capítulo *Περὶ διηγήματος*¹⁵. E, na verdade, todos os indícios internos dados no próprio texto de Téon apontam para duas certezas: primeira, tal material é parte integrante do capítulo *Περὶ διηγήματος*; segunda, e consequência lógica da primeira, a *ἀνασκευή καὶ κατασκευή* não é, na concepção do Alexandrino, um exercício preparatório ou *προγύμνασμα* que mereça um tratamento autónomo num capítulo a ele especialmente dedicado, antes deve ser entendida como uma modalidade específica de exercício, um procedimento ou operação retórica, um *τρόπος τῆς γυμνασίας*.

Em fundamento da primeira, um indício encontra-se já nos prolegómenos da obra, em I, 19. Aí Téon promete formular uma definição para cada exercício — o que ele sempre cumpre, no início do capítulo que dedica a cada um. Ora falta em V, 442-547 uma definição de *ἀνασκευή καὶ κατασκευή*.

¹³ Aftónio tem mesmo dois capítulos distintos, um *Περὶ ἀνασκευῆς* e outro *Περὶ κατασκευῆς*.

¹⁴ Vd. supra referência n. 8. Spengel aproveita a intuição de C. E. Finckh, *op. cit.*, *praef.*, p. XVII (vd. infra discussão desta edição), que, no entanto, não alterara o texto. Cf. Hoppichler, *op. cit.*, pp. 51-52; Lana, *op. cit.*, pp. 156-158 e Reichel, *op. cit.*, pp. 34-35.

¹⁵ A seguir a V, 440, transpondo V, 441 para o fim do capítulo. Vd. Butts, *op. cit.*, p. 11 n. 29.

Outro indício é a existência no início deste presumível capítulo de uma partícula δέ. Em nenhum outro lugar Téon assinala o início de um novo capítulo com a utilização desta partícula, nem é sequer prática habitual entre os escritores gregos. Além disso, em V, 440 há um μέν que, a ser assinalado nesse ponto um fim de capítulo, ficaria sem o seu contraponto, que só pode ser este δέ.

Em terceiro lugar, em V, 226-234 Téon apresenta o plano da discussão que vai empreender a seguir sobre a γυμνασία do διήγημα. São nove os exercícios que enumera e prevê, dos quais o último é precisamente o da ἀνασκευή καὶ κατασκευή. Se o material V, 442-547 não fosse parte do capítulo Περί διηγήματος, Téon não teria previsto neste o tratamento da ἀνασκευή καὶ κατασκευή do διήγημα. Deve acrescentar-se que todos os oito precedentes exercícios da γυμνασία são amplamente desenvolvidos em V, 245-441, na ordem exacta por que foram enumerados em V, 226-234. Naturalmente, será de esperar que se siga o tratamento de ἀνασκευή καὶ κατασκευή.

A última prova que encontramos da primeira proposição é o objecto da discussão de V, 442-547. Téon trata aí, em exclusivo, da ἀνασκευή καὶ κατασκευή do διήγημα¹⁶.

Parece, pois, não se justificar o material V, 442-547 Περί ἀνασκευῆς καὶ κατασκευῆς como um capítulo distinto.

De que ἀνασκευή καὶ κατασκευή não constitui em Téon um προγύμνασμα autónomo, a primeira comprovação pode ser encontrada no já comentado passo V, 226-234. Nele Téon trata-a como τρόπος τῆς γυμνασίας, isto é, como procedimento ou operação retórica.

Relativamente, pois, ao διήγημα, essas operações são em número de nove, como dissemos, entre as quais, além da ἀνασκευή καὶ κατασκευή, a ἀπαγγελία, a κλίσις, etc. A γυμνασία do διήγημα, nota Téon (V, 226-227), processa-se tal como a do μῦθος. Ora das seis operações de que se compõe o γύμνασμα (sinónimo de γυμνασία) do μῦθος, enumeradas em IV, 37-42 — e a última das quais é a ἀνασκευή καὶ κατασκευή, tratada em IV,

¹⁶ Curioso será notar que os exemplos aduzidos para ilustrar ἀνασκευή e κατασκευή por Hermógenes e Aftónio, que tratam delas como exercícios preparatórios autónomos, são todos, sem excepção, διηγήματα.

100-163 — cinco são comuns ao διήγημα, incluindo precisamente a ἀνασκευή καὶ κατασκευή¹⁷.

Também o γύμνασμα da χρεία se compõe de seis operações (enumeradas em III, 138-142). Delas, a última a ser tratada é mais uma vez a ἀνασκευή καὶ κατασκευή (III, 241-282). Além desta, quatro outras são também comuns ao διήγημα¹⁸.

Explorando como se processa internamente esta operação, nota-se que assenta num determinado número de τόποι. Em V, 442-443 e IV, 170-171 Téon diz que são os mesmos os τόποι para a ἀνασκευή καὶ κατασκευή do διήγημα e do μῦθος (IV, 100-163). As afirmações de Téon, contudo, não são rigorosas em absoluto, mas apenas na generalidade. Efectivamente, os τόποι são naquele em número de dez e, neste, de onze. Nove são comuns a ambos¹⁹. Os τόποι para a ἀνασκευή καὶ κατασκευή da χρεία (III, 241-282), por sua vez, são nove, e sete os comuns ao διήγημα²⁰.

Que a ἀνασκευή καὶ κατασκευή é em Téon uma operação à qual se podem submeter os exercícios preparatórios da χρεία, μῦθος e διήγημα, já ficara claro em I, 175-179 e I, 195-197. As possibilidades da sua aplicação, porém, não se limitam a estes três exercícios. Em I, 197-198, com efeito, prevê-se a sua extensibilidade também aos exercícios da θέσις e do νόμος, com tratamento mais desenvolvido, respectivamente, em XI, 36-73 (quatro ἀνωτάτω κεφάλαια e vinte e seis τόποι) e XII, 15-78 (oito τόποι). A ἀνασκευή constitui mesmo o essencial do exercício do νόμος, pelo que todo o capítulo XII se ocupa do seu tratamento, como Téon adverte (XII, 11-12). A ἀνασκευή καὶ κατασκευή

¹⁷ As restantes são ἀπαγγελία, κλίσις, τὸ συμπλέκειν μῦθον/διηγήματι, τὸ συστήλλειν καὶ ἐπεκτείνειν.

¹⁸ São elas ἀπαγγελία, κλίσις, ἐπιφάνησις, τὸ συστήλλειν καὶ ἐπεκτείνειν. Sobre as semelhanças e diferenças entre estes três exercícios quanto às operações (ou "fases", como aí são chamadas) de que se compõe o seu γύμνασμα e sobre como de tais semelhanças e diferenças se podem extrair conclusões claras a respeito da natureza e papel que estes exercícios desempenham na composição retórica e literária em geral, vd. o recentíssimo artigo de Carmen L. Acosta González, "Los tres primeros ejercicios de los *Progymnasmata* de Elio Teón: μῦθος, διήγημα, χρεία", *Habris* 25 (1994), pp. 309-321.

¹⁹ São eles τὸ ἀσαφές, τὸ ἀπίθανον, τὸ ἀπρεπές, τὸ ἐλλείπον, τὸ πλεονάζον, τὸ μαχομένον, ἡ τάξις, τὸ ἀσύμφορον, τὸ ψευδές. Nos τόποι enumerados devem também entender-se os seus contrários: aqueles de uso na ἀνασκευή, estes na κατασκευή.

²⁰ São eles τὸ ἀσαφές, τὸ πλεονάζον, τὸ ἐλλείπον, τὸ ἀδύνατον, τὸ ἀπίθανον, τὸ ψευδές, τὸ ἀσύμφορον. Nos τόποι enumerados devem também entender-se, mais uma vez, os seus contrários: vd. nota precedente.

da ἔκφρασις (VII, 60-67), por seu turno, não assume forma particular, mas vem incluída na espécie do διήγημα.

Outros exercícios ainda admitem ἀνασκευή καὶ κατασκευή: γινῶμαι, ἀποφάσεις, etc. (II, 34-38).

B. A ordenação original dos capítulos

Fortes são também os indícios que nos permitem formular um juízo acerca das inversões na ordenação dos capítulos e da sua correcta reordenação.

Primeiramente, existe um complexo jogo de referências cruzadas, sobretudo nos capítulos dedicados aos três primeiros exercícios (III a V), mas também aos dedicados a outros, que nos permite estabelecer uma ordenação relativa entre eles²¹. Assim, sobre a forma da ἀπαγγελία "recitação" no exercício do μῦθος (IV, 43-44) Téon diz que já foi tratada ἐν τῷ Περὶ χρείας (III, 143-145). No capítulo Περὶ διηγήματος, diz (V, 338-340) que o modo (τρόπος) de produzir um enunciado na προφορὰ προσαγορευτική "entoação interpelativa" já fora tratado anteriormente (πρότερον), na discussão da declinação segundo o caso vocativo (sc. III, 196-197). Ao discutir a κλίσις no exercício precedente, o μῦθος (IV, 50-72), Téon começa por dizer muito genericamente que ela deve ser exercitada tal como na χρεία, o que, a nosso ver, indicaria um seu tratamento prévio exaustivo, que seria dispiciendo repetir em cada novo capítulo. Além disso, só refere aí explicitamente os casos nominativo e acusativo. Ora esse tratamento exaustivo é feito precisamente no capítulo Περὶ χρείας, contemplando também o caso vocativo. Tudo isto, em suma, só faz sentido se o capítulo Περὶ χρείας preceder os outros dois e, por conseguinte, o passo V, 338-340 apenas se pode referir a III, 196-197. Por fim, ao tratar a σαφήνεια "clareza" no μῦθος (IV, 124-125) remete para um seu mais acrimonioso desenvolvimento no capítulo seguinte Περὶ διηγήματος (sc. V, 57-153). Como se pode ver, a conclusão necessária a extrair da consideração de todo este jogo de referências

²¹ Cf. Lana, *op. cit.*, pp. 160-163.

cruzadas é a de que a ordenação relativa destes três capítulos é, efectivamente, a apresentada acima no plano da coluna A.

Também no capítulo dedicado à *ἐκφρασις* (VII, 32-40), Téon aponta as suas diferenças face ao exercício do *τόπος*, que refere como "tratado acima" (*προειρημένος*). Esta indicação obriga a ordenar a *ἐκφρασις* imediatamente a seguir ao *τόπος*, nunca três capítulos mais adiante.

Em segundo lugar, há três passos em que a ordenação dos exercícios é objecto de discussão. Em cada um desses três passos os exercícios apresentados numa ordenação diferente, cada uma segundo um critério também diferente. Contudo, o cruzamento das três mostra que existe uma grande concordância entre elas, permitindo, a partir daqui, conjecturar um plano de ordenação dos capítulos absolutamente concordante com o que apresentámos acima na coluna A.

A dois deles já se fez referência²². A primeira (I, 25-174) obedece ao critério da "utilidade". Estabelece assim a seguinte ordenação: *διήγημα*, *μῦθος* e *χρεία*; *τόπος*, *ἐκφρασις*, *προσωποποιία*, *σύγκρισις*, *θέσις*, *νόμος*, *ἐγκώμιον* (I, 25-80); *ἀνάγνωσις*, *ἀκρόασις*, *παράφρασις*, *ἐξεργασία*, *ἀντίρρησις* (I, 81-174) 175-201; e II, 7-136. Todos eles, como se pode comprovar, são apresentados segundo o plano original da obra na coluna A, à excepção do *ἐγκώμιον* (I, 73-80). Em I, 18-19, Téon adverte que na sua obra incluiu alguns exercícios novos. Esses exercícios são precisamente aqueles a que se reportam os capítulos perdidos e, além destes, o *ἐγκώμιον*. Sendo um exercício novo, resolveu remeter para o fim a sua discussão, de sorte a justificar mais demoradamente o seu propósito (I, 73-80)²³.

A ordenação dos exercícios em I, 175-201, por seu turno, obedece ao critério "do mais fácil para o mais difícil". Com base nele, fica estabelecida a seguinte ordenação, que apresentámos atrás: *χρεία*, *μῦθος* e *διήγημα*; *τόπος*, *ἐκφρασις*, *προσωποποιία*, *ἐγκώμιον*, *σύγκρισις* (*τὰ ὁμολογούμενα*); *ἀνασκευή* καὶ *κατασκευή* de *χρεία*, *μῦθος* e *διήγημα* (*τὰ ἀμφισβητούμενα*); *θέσις* e *νόμος* (I, 175-198); *ἀνάγνωσις*, *ἀκρόασις* e

²² Vd. *supra* Estudo Introd. II pp. 20 sq..

²³ Lana, *op. cit.*, pp. 163-164.

παράφρασις; ἐξεργασία e ἀντίρρησις (I, 199-201). Téon em momento algum desta passagem afirma explicitamente que está a expor o plano ou índice, a *tabula rerum* da ordenação dos exercícios por capítulos da obra, mas sim o plano a seguir pelo professor no seu ensino²⁴. A ordenação dos exercícios nela apresentada, no entanto, aproxima-se muito do plano original da obra.

No terceiro passo (II, 7-137), Téon fornece uma série de exemplos para cada um dos vários exercícios para utilização em aula, referindo as fontes literárias de onde o professor os poderá ir colher. A ordem por que os vários exercícios são aqui apresentados é a seguinte: χρεία, μῦθος, διήγημα; ἀνασκευή καὶ κατασκευή de χρεία, γνώμη, ἀπόφασις, etc., e também de διήγημα; τόπος, ἔκφρασις, προσωποποιία, ἐγκώμιον, σύγκρισις, θέσις e νόμος (II, 7-112); παράφρασις, ἐξεργασία, ἀντίρρησις (II, 113-137). A ἀνάγνωσις e a ἀκρόασις, dada a sua natureza intrínseca, são obviamente excluídos desta enumeração. A inclusão de ἀνασκευαί e κατασκευαί obedece também, como anteriormente, a razões pedagógicas²⁵. Se as retirarmos da lista, por não constituírem exercícios autónomos que mereçam um tratamento num capítulo especial, temos uma correspondência quase perfeita com o plano original da obra.

Em conclusão, em cada um destes três passos os vários exercícios são ordenados segundo um critério preciso, gerando-se consequentemente três ordenações diferentes. Todavia, se as cruzarmos umas com as outras, são muitas as analogias. Confrontando-as com o jogo de referências cruzadas analisadas acima, torna-se possível aprovar o plano da obra da coluna A como o original²⁶.

C. O material perdido

O material perdido do fim da obra compreende, como dissemos, a maior parte do capítulo XII Περὶ νόμου e os cinco finais (do XIII ao XVII).

²⁴ Cf. Lana, *op. cit.*, p. 158. Vd. também Reichel, *op. cit.*, p. 32.

²⁵ Butts, *op. cit.*, p. 15.

²⁶ E este é o plano que a tradução arménia guarda, como foi dito acima.

Em XII, 15-18 Téon enumera os oito τόποι para a ἀνασκευή do νόμος: τὸ ἀσαφές, τὸ ἀδύνατον, τὸ οὐκ ἀναγκαῖον, τὸ ὑπεναντίον, τὸ ἄδικον, ἡ ἀξία, τὸ ἀσύμφορον, τὸ αἰσχροῦν. Só resta o tratamento (XII, 19-72) do primeiro deles, e mesmo assim incompleto, pois o texto termina abruptamente na discussão da oitava de nove fontes de argumentação ἐκ τοῦ ἀσαφοῦς (XII, 19-24)²⁷.

Da confirmação da existência dos capítulos XIII a XVII e do lugar que lhes cabia no plano da obra, já apresentámos testemunhos externos bem como as evidências internas. Nas três passagens em que Téon discute a ordenação dos exercícios, aqueles a que se reportam os capítulos perdidos são referidos sempre em último lugar²⁸.

2. História da crítica textual dos Προγυμνάσματα

É longa a história da crítica textual dos Προγυμνάσματα de Élio Téon. Há já relativamente muito tempo estão estabelecidos os textos críticos considerados como padrão e geralmente aceites pela comunidade científica dos outros três retores habitualmente inseridos na mesma tradição de autores de Προγυμνάσματα: Hermógenes, Aftónio e Nicolau²⁹. Relativamente ao nosso autor, pelo contrário, só muito recentemente viu a luz uma edição crítica de carácter definitivo da sua obra, fundada no estudo rigoroso, aturado e exaustivo de todas as tradições e edições existentes, sob a responsabilidade de James Butts³⁰.

²⁷ São elas περὶ τὴν προφορὰν, περὶ τὸ ὄνομα ἢ τὴν προσῳδίαν, περὶ τὴν ὁμωνυμίαν, περὶ πολωνυμίαν ἢ συνωνυμίαν, περὶ σύνταξιν, περὶ τὴν σύνθεσιν καὶ διαίρεσιν, περὶ πλεονασμόν, περὶ ἔλλειψιν, περὶ τὴν μάχην.

²⁸ Sobre a natureza destes cinco exercícios cf. Reichel, *op. cit.*, pp. 111-113.

²⁹ Todos editados na série *Rhetores Graeci* para a Teubner: de Hermógenes e Aftónio: ed. Hugo Rabe, respectivamente vol. VI, Lípsia, 1913 e vol. X, Lípsia, 1926; de Nicolau de Mira: ed. Joseph Felten, vol. XI, Lípsia, 1913. Devem ainda mencionar-se os de Libânio, editados por R. Foerster também na mesma série, vol. VIII, Lípsia, 1915 (reimpr. Hildesheim, Olms, 1963) Todas as citações destes autores que fizemos ao longo do presente trabalho se reportarão a estas edições.

³⁰ Mais abaixo fazemos uma apreciação deste trabalho.

É pois esta história, em que têm alternado projectos de edição prematuramente abortados com outros, concluídos mas científica e metodologicamente imperfeitos³¹, que se vai de seguida expor nos seus aspectos mais relevantes. Passaremos em revista, primeiramente, as tradições manuscritas do texto teoniano e, em segundo lugar, os vários projectos de edição crítica e de tradução elaborados até ao presente³².

A. As tradições do texto.

O texto de Téon chegou até aos nossos dias através de duas tradições manuscritas bem distintas: a grega e a arménia. Distinta foi também a sorte do texto em cada uma destas tradições, como veremos.

A tradição grega

Os MSS da tradição grega que directamente no-lo transmitem são quatro (por ordem cronológica): o codex Mediceus Laurenzianus plut. LV 10, da Biblioteca Medicea—Laurenziana de Florença (L), do século XIII, que apresenta, no texto de Téon, sinais de anotações marginais e correcções por duas caligrafias diferentes, além da do copista; o codex Parisinus 2918, da Bibliothèque Nationale de Paris (P), do século XIV, redigido a uma só mão e com correcções feitas por uma segunda; o codex Estensis 116 (=α.P.5.14), da Biblioteca Estense de Modena (M), da segunda metade do século XV, também com anotações e *signa* críticos marginais e correcções introduzidos por uma segunda mão, no capítulo sobre a cria; o codex Marcianus gr. cl. X.1 (=1374), da Biblioteca Marciana de Veneza (Ma), da primeira metade do século XVI, descoberto em 1907 por Hugo Rabe, com vestígios de uma só mão. Há ainda um quinto, o

³¹ Esta história de insucessos motivou a Butts, *op. cit.*, p. 49, o seguinte comentário: "With only one exception [sc. Christian Walz, vd. infra] this series of productions provides a most instructive example of one of the most destructive tendencies of the scholarship of that time [sc. séculos XVI a XIX]."

³² Para uma visão mais completa da história da crítica textual de Téon — à excepção da tradição arménia, estudada por Giancarlo Bolognesi (vd. infra) —, vd. I. Lana, *op. cit.*, pp. 112-155 (e também J. Butts, *op. cit.*, cap. II da sua introdução "The *Progyrnasmata*: a critical analysis", pp. 8-70.) Tudo o que sobre ela dissermos resume as suas conclusões.

Scorialensis T. II. 9 (E), da Biblioteca de El Escorial, c. séc. XVI, com os Προγυμνάσματα de Téon, mera cópia da *editio princeps* ³³.

Existem ainda uns escólios ao texto de Téon, que acompanhavam o texto nos vários MSS e que foram compilados no codex Oxoniensis auct. F.1.6., Bodl. 373 (O), da Bodleian Library, em Oxford, do século XVI³⁴.

O cuidado exame comparativo das relações entre estes documentos proporcionou a I. Lana³⁵ a conclusão segura de que o MS P, o mais maculado de erros, representa um ramo da tradição unitária distinto de um outro ramo representado por L e M. Dos três MSS, L seria o códice que, pela sua maior antiguidade, proporcionaria as melhores variantes, além de ser o único copiado directamente do arquétipo comum perdido, que designa por γ , datado entre os séculos X-XIII³⁶. Ma deriva de P, e o texto dos *scholia* compilados em O é por sua vez copiado de Ma.

Mais recentemente, foi descoberto um fragmento de papiro datado de cerca dos séculos IV-V por M. Gronewald, que também o editou, contendo pequenos excertos do capítulo I de Téon (I, 139-146, 175-181 do texto crítico de Butts)³⁷.

Quatro outros documentos codicológicos essenciais constituem a tradição grega indirecta do texto teoniano. Trata-se de comentários, citações e escólios. São eles (pela mesma ordem): os comentários e os escólios aos Προγυμνάσματα de Aftónio respectivamente por João de Sardes (S), do século IX³⁸, João Doxapatres, do século XI³⁹, e

³³ M^a Dolores Reche Martínez, a tradutora espanhola (*Teón, Hermógenes, Aftónio. Ejercicios de retórica*, Madrid, Gredos, 1991) menciona (p. 47 n. 18 à introdução) a existência de outros MSS em Espanha, além do E: o Ms. Gr., BN. 4579 (Olim N-43), da Biblioteca Nacional de Madrid, c. sécs. XIII-XIV, com os Προγυμνάσματα de Hermógenes e Aftónio; o Scorialensis I. 4 (182), da Biblioteca de El Escorial, c. séc. XVI inc., contendo os Προγυμνάσματα de Hermógenes e Aftónio, além dos de Téon.

³⁴ Walz fornece a *editio princeps* destes *scholia* (vd. infra). Lana estuda-os e edita-os criticamente, com base nos três MSS M, L e P (*op. cit.*, em apêndice ao cap. VII, pp. 90-111; *Atti dell'Accademia delle Scienze di Torino* 92, 1957-1958, pp. 3-32).

³⁵ Lana, *op. cit.*, 150-154.

³⁶ *Ib.*, p. 154. O arquétipo será necessariamente posterior a João de Sardes (vd. infra). Vd. o *stemma* completo da tradição do texto de Téon na p. 155.

³⁷ M. Gronewald, "Ein Fragment aus Theon, *Progymnasmata* (P. Cairo temp. inv. no. 26/6/27/1-41)", c. sécs. IV-V, *ZPE* 24 (1977), pp. 23-24. Butts, *op. cit.*, pp. 40-42, faz a colação deste frg. com os quatro MSS, encontrando nele onze variantes e aproveitando de entre elas dez lições.

³⁸ Vd. H. Rabe (ed.) *Iohannis Sardiani Commentarium in Aphthonii Progymnasmata*, na série *Rhetores Graeci*, vol. XV, Lipsia, Teubner, 1928.

³⁹ Vd. C. Walz (ed.) *Homiliae in Aphthonii Progymnasmata, Rhetores Graeci* II, Estugarda e Tübingen, 1835, J. G. Cottae, pp. 81-564.

Máximo Planudes, do século XIII⁴⁰; por fim, uma miscelânea de textos gregos (codex 2773, folio 253a, da Hof-Bibliothek, Darmstadt), dos séculos XIV-XV, contendo uma paráfrase do texto de Téon⁴¹.

O texto de S é de grande interesse para a crítica textual de Téon. Constitui um ramo paralelo, mais antigo e, em muitos pontos, melhor na tradição do texto do que aquele que viria a ramificar nos quatro MSS gregos⁴². Muitas das leituras que nos proporciona são mesmo confirmadas pela tradução arménia⁴³. Um exame mais profundo permitiu concluir que as suas citações de Téon provêm de pelo menos duas fontes distintas, das quais uma é melhor do que aquela que originou os quatro MSS⁴⁴. Torna-se assim imprescindível uma apreciação caso a caso do mérito de cada uma das suas variantes⁴⁵.

A tradição arménia e sua importância

A tradição arménia compreende dois manuscritos: os códices 8371, do século XVII e o 3466, do século XIII (ambos do Matenadaran, de Erivan) e descobertos, respectivamente, em 1925⁴⁶ e 1969, contendo uma tradução arménia dos Προγυμνάσματα da segunda metade do século VI. O primeiro contém vários erros corrigidos graças a conjecturas por comparação com o texto grego e sobretudo com o cod. 3466, o que levou G. Bolognesi a concluir que este seria o original e aquele um seu derivado⁴⁷.

⁴⁰ *Ib.*, pp. 1-168 e 565-684.

⁴¹ Vd. C. Walz (ed.), *Rhetores Graeci* I, Estugarda e Tübingen, J. G. Cotta, 1832, pp. 141-143.

⁴² Vd. a análise as citações de Téon por S em Lana, *op. cit.*, pp. 129-149 e o *stemma* da p. 155.

⁴³ Cf. o estudo de Bolognesi "La traduzione armena dei Progymnasmata di Elio Teone", *Accademia Nazionale di Lincei, RAL* 17 (1962), *passim*, e o de Valentina Calzolari, "La versione armena di Theon, Progymn. IV Spengel", *RIL* 123 (1989), pp. 216 sqq.

⁴⁴ Cf. Lana, *op. cit.*, sobretudo pp. 132-133, 137-138 e 141-144.

⁴⁵ Cf. Bolognesi, *op. cit.* (1962), p. 242 e Butts, *op. cit.*, p. 64.

⁴⁶ A sua descoberta deve-se a N. Akinean, que sobre ele publicou o primeiro estudo num artigo de 1934: "T'eovneay Yalags cartasanakan krt'ut'eanc", *Handes Amsoreay. Zeitschrift für armenische Philologie* 48, cols. 197-212. Publicou-o com aparato crítico, acompanhado do texto grego de Spengel, Hacob Manandian, *T'eovneay Yalags cartasanakan krt'ut'eanc*, Erivan, Inst. Hist. et Lit. SSR Armen, 1938. A data da tradução é proposta por G. Bolognesi, *op. cit.*, pp. 87-88, baseando-se no tratamento da questão nas obras de Akinean e Manandian acima citadas, respectivamente, col. 204 e pp. XIII-XIV.

⁴⁷ Cf. G. Bolognesi, *op. cit.*, pp. 86-125 e 211-257; id., "Nuovi contributi allo studio del testo armeno dei Progymnasmata di Elio Teone", *Athenaeum* 47 (1969), pp. 32-38, estudo preliminar de comparação entre os dois códices arménios; id., "La tradizione manoscritta del 'Yalags cartasanakan krt'ut'eanc' alla luce di un nuovo documento", *Handes Amsoreay*. 90 (1976), coll. 319-338, estudo mais completo sobre o MS

Não houve, inicialmente, por parte da generalidade dos estudiosos, interesse pelo estudo destes documentos. Depois de um reconhecimento preliminar pelos especialistas arménios N. Akinean e H. Manandian⁴⁸ da sua importância para a crítica textual de Téon, foi G. Bolognesi quem verdadeiramente fez renascer tal interesse. Com efeito, a tradução arménia provém de uma época muito particular da literatura arménia (séculos V-VI), de características relativamente homogéneas, a chamada *yunaban d'proc'n* ou "Escola Helenizante", caracterizada por um profícuo labor de tradução de obras gregas de gramática, retórica e estilística, filosofia e ciência. Como o próprio nome deixa claro, a língua arménia de tais traduções, artificial e forjada para o efeito, foi muito influenciada, impregnada mesmo, pelo léxico e pela sintaxe do grego⁴⁹.

No caso particular a Téon, a tradição arménia do texto é, além de mais antiga⁵⁰, filologicamente superior à tradição grega. Em muitos pontos, é muito mais fiável a aproximação ao texto arquetípico através da tradição arménia do que da grega. A primeira foi directa e escrupulosamente fiel ao texto grego, ao passo que, por meio da segunda, o texto, quer o do próprio Téon quer o de outros autores que ele insere em citação, sofreu sucessivas modificações, adulterações e supressões. Se a segunda introduz desarranjos, alterações e transposições na estrutura de cada capítulo bem como na ordenação dos mesmos, a primeira preserva-as completamente. Mais ainda: a tradução

3466, e que demonstra a relação de dependência do MS 8371 em relação a este. Vd. também Butts, *op. cit.*, pp. 65-70. A discussão que de seguida apresentamos acerca dos documentos arménios baseia-se nas conclusões de Bolognesi.

⁴⁸ Vd. supra referências completas n. 46.

⁴⁹ Sobre esta "escola helenizante", sua inserção no contexto da literatura arménia antiga e, mais particularmente e como nos interessa mais directamente, as suas traduções de textos gregos, vd., além da bibliografia referenciada por Valentina Calzolari na n. 3 do seu artigo, *op. cit.*, pp. 193-219, entre outros estudos: G. Bolognesi, "Traduzioni armene di testi greci. Problemi di critica testuale e di interpretazione linguistica" *Studia Classica et Orientalia Antonino Pagliaro oblata* I (1969), pp. 219-291; Ch. Mercier, "L'École Hellénistique dans la littérature arménienne", *Revue des études arméniennes* XIII (1978-1979), pp. 59-75, bem ilustrativo de processos, metodologias e estratégias utilizados pelos arménios; Gabriella Ulohogian, "Sur l'onomastique des oeuvres de traduction: la version arménienne des *Progymnasmata* de Théon", *Studi italiani di linguistica teorica e applicata* anno XV, 1-3 (1986), pp. 97-106.

⁵⁰ Bolognesi, *op. cit.* (1962), p. 257, retoma o *stemma* da genealogia e da relação entre os documentos da tradição grega, incluindo a *editio princeps*, estabelecido por Lana, *op. cit.*, p. 155, acrescentando-lhe a tradução arménia. Como podemos concluir por esse *stemma*, a tradução arménia constitui, na história do texto de Téon, uma tradição separada do conjunto de toda a tradição grega, cujo directa ou indirecta. O arquetipo dos quatro MSS datar-se-á de c. séc. IX.

ESTUDO INTRODUTÓRIO: A PROBLEMÁTICA DO TEXTO DOS ΙΠΟΓΥΜΝΑΣΜΑΤΑ

arménia conserva quatro dos cinco últimos capítulos, omissos na tradição grega, à excepção do capítulo sobre a ἀντίρρησις.

Em geral, a versão arménia veio a confirmar quase totalmente as correcções conjec-turalmente sugeridas aqui e ali pelos filólogos⁵¹ para a reconstituição do texto original de Téon. Há ainda, apesar de tudo, muito por descobrir e revelar de quanta importância se pode revestir a tradução arménia para tal tarefa. É um trabalho que ainda apenas deu alguns frutos⁵².

B. Edições e traduções de Téon

Da editio princeps ao séc. XX

A editio princeps viu a luz do dia, no ano de 1520, em Roma. Responsável por ela foi Angelo Barbato. Dois dos quatro exemplares actualmente remanescentes desta edição representam, presumivelmente, uma tiragem posterior, uma vez que, além dos Προγυμνάσματα, contêm ainda em anexo uns Παραδείγματα, atribuídos também a Téon, quando se trata, na verdade, dos Προγυμνάσματα de Libânio⁵³. Filologicamente, a *princeps* constitui um mau trabalho de edição, pelos inúmeros erros de que está repleto, como deixa claro o estudo de Lana. Quanto às suas fontes, apesar das fortes analogias entre o texto estabelecido por Barbato e o do cod. M, há também um número suficiente de dissemelhanças (em quarenta e seis pontos) para que se possa admitir que a base para

⁵¹ Cf. Bolognesi, *op. cit.* (1962), *passim*.

⁵² Tal obra ingente, feita pelo confronto frase a frase, palavra a palavra, partícula a partícula, parte de palavra a parte de palavra, só é possível graças a uma íntima junção de esforços entre armenistas e helenistas. O mais recente contributo nesta linha de que temos conhecimento é o artigo citado de V. Calzolari, que restringe a sua análise especificamente ao capítulo V Περί διηγήματος (cap. IV na ed. Spengel, cujo texto é compulsado com o da ed. Butts). Outros estudos são pela estudiosa italiana citados na iminência de produção ou publicação: um estudo da própria com propostas de melhoramento da ed. de Manandian com base no cod. 3466 e num terceiro MS arménio descoberto, o cod. 9826 do Matenadaran de Erivan, do séc. XVII, inédito, por ela colacionados na parte respeitante ao referido capítulo; dois estudos de G. Ulohogian, "Ricerche filologiche-linguistiche su antiche traduzioni di testi greci" e "La versione armena di Teone, miniera per il recupero di testi classici". Aguardamos com expectativa poder conhecer os resultados destes trabalhos.

⁵³ Estes dois exemplares encontram-se, juntamente com uma terceira, na Bodleian Library, em Oxford; o quarto exemplar encontra-se na Bayerische Staatsbibliothek, em Munique. Sobre a atribuição deste texto a Téon, vd. Butts, *op. cit.*, p. 44, n. 112.

a sua edição haja sido directamente este MS. Daí que, com toda a probabilidade, Barbato tenha utilizado um outro MS intermédio, baseado neste⁵⁴.

As edições que se lhe seguiram em muito pouco melhoraram a crítica textual de Téon. Com efeito, nenhum dos editores compulsou directamente qualquer dos MSS, com a excepção de Christian Walz⁵⁵. Cada edição limitava-se a aproveitar o texto estabelecido por uma anterior, e assim sucessivamente, introduzindo apenas correções. Em 1541, em Basileia, na tipografia de J. Oporini, publica Joachim Kämmerer (conhecido mais geralmente pelo seu nome latino Camerarius) a sua edição dos Προγυμνάσματα. O texto grego é retirado da tiragem de Barbato que contém os pretensos Παραδείγματα: Kämmerer também os inclui na sua edição. A acompanhar o texto original grego, fornece uma sua tradução latina. Todavia, embora se servindo do texto da *princeps* e de não ter lido directamente os códices, o seu trabalho filológico, segundo Lana⁵⁶, é meritório. De facto, procurou recompor e corrigir os erros e lacunas que achou nela, introduzindo também anotações de carácter crítico e exegético.

No século XVII, surgem duas edições: a de Daniel Heinsius, publicada em Leiden, em 1626; e a de Johannes Scheffer, de Uppsala, de 1670. A edição de Heinsius reproduz os textos grego e latino de Kämmerer, apenas com revisões. Idêntico procedimento adopta Scheffer, que reproduz, por sua vez, os textos de Heinsius. De seu, Scheffer quase só acrescenta algumas breves anotações⁵⁷. Ambas as edições são de importância filológica pouco significativa.

Já no século XVIII, um professor de Estrasburgo, Johannes E. Lederlin, prepara uma edição⁵⁸, mas faleceu antes de a publicar. Para o seu trabalho, compulsou o cod. P bem como todas as edições anteriores, que passámos em revista. Apesar da sua morte, o seu trabalho deixaria frutos, como veremos mais adiante.

⁵⁴ Vd. a análise e comentário de Lana a esta edição, *op. cit.*, pp. 62-72.

⁵⁵ Vd. *infra* p. 53.

⁵⁶ *Op. cit.*, pp. 81-82.

⁵⁷ *Apud* C. Walz, *op. cit.*, p. 144. Walz, de resto, cita muito desta edição de Scheffer. Porém, nenhum dos editores e críticos seguintes localizou qualquer exemplar dela, pelo que se encontra desaparecida (cf. Finckh, *op. cit.*, *praefatio*, p. XXI e Lana, *op. cit.*, p. 83 n. 13). Assim, tudo quanto dela sabemos é por meio de citações de Walz.

⁵⁸ Vd. referência na *Bibliotheca Graeca* de Fabricius-Harles, vol. IV, c. XXXIII, p. 98.

Em 1832, em Estugarda, Christian Walz edita, no volume I na série *Rhetores Graeci*⁵⁹, os Προγυμνάσματα de Téon, Hermógenes e Aftónio. Téon ocupa as pp. 137-144 (os *scholia*) e 145-262 (o texto dos Προγυμνάσματα). Trata-se de uma das edições de Téon de maior importância de quantas se produziram: por um lado, porque Walz foi o primeiro editor, depois de Barbato, a ler e compulsar directamente um dos quatro MSS gregos e, no entanto, apenas um: o L; por outro, porque se tornou a mais citada das edições de Téon. A sua importância, contudo, é inversamente proporcional à qualidade filológica que possui⁶⁰. Conhecendo outros MSS — o M e o P⁶¹ —, a consulta de somente um — e mesmo assim de forma muito superficial —, é apenas um dos defeitos. Muitos são também os erros no texto e no aparato crítico. O manuseio do material que tinha em mãos — edições precedentes e anotações dos editores⁶² — é displicente e incompetente, na opinião de Lana. Com tudo isto, o seu trabalho trouxe maiores prejuízos do que proveitos para os estudos de Téon⁶³.

Dois anos depois, também em Estugarda, publica Christoph E. Finckh a sua edição de Téon. Como explica no prefácio, a história da sua edição começa com o trabalho de Lederlin, a que fizemos referência acima. Com a morte deste erudito, todo o material científico por si compilado é herdado por Johannes Veesenmeyer, um professor de Ulma, que na altura estava a preparar uma edição de Hermógenes, Aftónio e Téon. Efectivamente, acabou por publicar os Προγυμνάσματα do primeiro, em Nuremberga, em 1812, e enviou uma cópia do material de Lederlin a Walz, que, no entanto, o tratou com indiferença. Walz já tinha tido oportunidade de compulsar o aparato de Lederlin num livreiro de Paris⁶⁴. E foi finalmente Finckh quem dele tirou proveito: nele se baseia a sua edição. Serviu-se também das edições e anotações de Kämmerer, Scheffer e Walz e dos comentários e escólios de Doxapatres e Planudes aos Προγυμνάσματα de Aftónio.

⁵⁹ Vd. referência completa supra Estudo Introd. I. p.4 n. 4.

⁶⁰ Vd. a análise de Lana, *op. cit.*, pp. 84-87.

⁶¹ Cf. Walz, *op. cit.*, pp. 139-141. O Marcianus, relembramos, só viria a ser descoberto setenta e cinco anos depois.

⁶² V.g. de Lederlin, vd. infra.

⁶³ *Op. cit.*, p. 87.

⁶⁴ Cf. Walz, *op. cit.*, p. 144.

Todavia, não compulsou directamente qualquer dos códices. No parecer de Lana⁶⁵, não obstante, esta edição teve o mérito de ter melhorado o texto em diversos passos.

Em Lípsia, em 1854, sai para a Teubner⁶⁶, sob a responsabilidade de Leonard Spengel, o volume II da série *Rhetores Graeci*, que inclui, além dos Προγυμνάσματα de Téon, os de Hermógenes e Aftónio. O texto é reproduzido da edição de Finckh, com escassas alterações, e não tem um vero aparato crítico, mas um prefácio (pp. V-VII) em que regista algumas variantes e justifica algumas das lições que adoptou. Os erros e lacunas são também muitos, repetindo os das edições anteriores⁶⁷, corrigindo somente a divisão do capítulo V Περί διηγήματος⁶⁸.

Já no século XX, é anunciada por Willy Stegemann, no verbete "Theon" que assina na *RE*⁶⁹, em 1934, a iminência de uma nova edição para a série *Rhetores Graeci* da Teubner, sob a responsabilidade de Hans Herter. Tal projecto, porém, não chega a ser concluído: o material entretanto reunido, no qual estavam incluídas anotações de Hugo Rabe, perdeu-se com os bombardeamentos da II Guerra Mundial⁷⁰.

Em 1951, Italo Lana propõe-se a hipótese, a que aludimos acima, de que Élio Téon seria o autor do Περί ὕψους⁷¹. O profundo estudo comparativo entre as duas obras que se propunha fazer e que lhe permitiriam comprovar tal hipótese somente poderia ser viável tendo à mão um texto crítico seguro dos Προγυμνάσματα. Como nenhum dos anteriores o fosse, eis a primeira tarefa que se impõe a si próprio.

Assim, publica em 1959, em Turim, a sua obra *I Progimnasmi di Elio Teone*, vol I: *La storia del testo*⁷². É o primeiro trabalho consistente de crítica textual, o primeiro estudo filológico descritivo e comparativo exaustivo, profundo e completo dos manuscritos gregos, de todas as edições, dos comentários e escólios de Téon e da tradição indirecta. Não só a tradição grega é contemplada, mas também se previa um

⁶⁵ *Op. cit.*, pp. 87-88.

⁶⁶ Vd. referência completa supra n. 8. Existe uma reedição de Francoforte, Minerva, 1966.

⁶⁷ Vd. a análise de Lana, *op. cit.*, pp. 88-89.

⁶⁸ Vd. supra o tratamento esta questão Estudo Introd. III. 1. A. pp. 40-43.

⁶⁹ W. Stegemann, *op. cit.*, col. p. 2053.

⁷⁰ Cf. a recensão ao estudo de Lana de A. E. Douglas in *CR* 11 (1961), p. 164.

⁷¹ Cf. supra Estudo Introd. I. p. 8.

⁷² Vd. supra referência n. 1.

volume II sobre a arménia: recorde-se que havia já uma vintena de anos que o primeiro dos MSS arménios havia vindo a lume. Finalmente, a coroar todo este trabalho, esperava-se a sua edição crítica dos Προγυμνάσματα.

As reacções da comunidade científica foram muito favoráveis e grandes as expectativas que gerou⁷³. Nunca passou, contudo, do volume I: em grande medida pela crescente importância que vinha sendo atribuída à tradução arménia e por lhe ser impossível apreciá-la como ela merecia⁷⁴.

A edição de Butts

Na década de 80, James R. Butts tinha as condições mais favoráveis de sempre para levar a cabo a edição crítica há muito esperada. Depois do trabalho de Lana, haviam já sido descoberto o segundo dos manuscritos arménios e publicados os estudos de Bolognesi sobre eles. Havia também já sido descoberto e publicado o fragmento do papiro Cairo, datado dos séculos IV-V, com um excerto de Téon⁷⁵. Embora beneficiando de todo o trabalho e material já compilado em torno de Téon ao longo dos séculos, compulsou pessoalmente todos os documentos, tradições e estudos.

Como fruto deste trabalho, desenvolvido para dissertação de doutoramento apresentada à Claremont Graduate School, da Califórnia, resultou o primeiro trabalho concluído com sucesso de um texto crítico de Téon, acompanhado da respectiva tradução inglesa profusamente anotada e de uma boa introdução ao autor, às influências no seu magistério e à análise crítica do texto de Téon, em que se desenvolvem as questões da ordenação original dos capítulos da obra, da finalidade desta e da história do texto, quer através de toda a tradição grega quer através da arménia. Data de 1987 e tem o título de *The "Progymnasmata" of Theon: a new text with translation and commentary*⁷⁶.

⁷³ Leiam-se as seguintes recensões (por ordem cronológica): Aristide Collona in *Paideia* 15 (1960) pp. 124-126; R. Johnson *CPh* 55 (1960) pp. 194-195; Jean Irigoin in *RPh* 35 (1961) pp. 152-156; E. W. Bower in *JHS* 81 (1961) pp. 175; Martin Sicherl *Gnomon* 33 (1961); A. E. Douglas, *op. cit.*, p. 164; Davison in *Erasmus* 15 (1963) pp. 358-360; Jacques Bompaire in *REG* 79 (1966) pp. 556-557.

⁷⁴ Lana, embora não conhecendo o idioma arménio, debalde tentou obtê-la. Cf. Butts, p. 62 e notas 149 e 150.

⁷⁵ Cf. supra n. 37.

⁷⁶ Vd. referência completa supra Estudo Introd. I, p. 5 n. 13.

É de grande importância este trabalho para a crítica textual de Téon. A fixação do texto resulta, efectivamente, imensamente beneficiada. As subversões na estrutura e organização originais da obra são reconstituídas, em definitivo, pela primeira vez desde o início do século V. Mas não só: inúmeros outros erros e lacunas da tradição directa grega são cuidadosa e sistematicamente corrigidos. A este respeito, quer a tradição indirecta (sobretudo S), quer a tradução arménia proporcionam lições de confiança. Do fragmento do Papiro Cairo, por outro lado, são aproveitadas dez lições.

Apesar desta sua tão grande importância e mérito, reputamos necessário, porém, apontar a ocorrência de gralhas e lapsos de revisão e de incongruências lexicais, além de outros erros. Uns são facilmente superáveis pelo leitor atento: tratam-se de gralhas e lapsos de revisão, inclusive no texto grego. É pois dispiciendo determo-nos neles de forma exaustiva. Apresentamos a título de exemplificação apenas alguns dos que afectam o texto grego: II, 145, τὰ κατὰ ταῦτα por τὰ μετὰ ταῦτα; III, 167, εἰπόντες por εἰπόντος; V, 31, διὰ γυναῖκαι por διὰ γυναῖκα; VI, 38, ἐπιθέρουσιν por ἐπιφέρουσιν; VI, 90, διφράσμεν por διφράσομεν.

As gralhas e lapsos de revisão não se traduzem em prejuízos de maior. Já quanto ao que consideramos incongruência lexical na fixação do texto, pelo contrário, dificuldades diversas e bem mais sérias nos são colocadas à leitura e interpretação do texto. É o caso da lição ἔκθεσι no cap. IV, 167 Περὶ μύθου "Da fábula".

No aparato crítico, Butts regista a distribuição das lições variantes adoptadas: ἥθεσι "caracteres", em todos os MSS e nas edições *princeps*, Camerarius, Finckh e Spengel; ἔθεσι "costumes", nas edições Heinsius e Walz. A edição de Scheffer, por seu turno, tem a lição ἔκθεσι. É daqui que Butts retira a sua, e justifica a sua opção citando o próprio Scheffer.

Neste passo, Téon aconselha o uso de ἰδέαι λόγων "formas específicas de composição" na peroração de um discurso baseado numa fábula, quando não se pode dispor em abundância e força de refutações e confirmações. Assim, deve usar-se, além de ἔκθεσιν, a παρέκβασις "digressão", a αὐξησις "amplificação" ou a μείωσις

"diminuição" e διασώρειν "depreciar" pela ironia. Para Scheffer, será deste modo para rejeitar a lição ἔθεσι.

O termo ἔκθεσι é forçosamente um dativo, em virtude da regência verbal de χρησόμεθα "utilizaremos". Butts, na nota 1 à sua tradução, ao resumir esquematicamente a estrutura do capítulo, verte por "expositions"⁷⁷. Estranhamente, já no corpo da tradução⁷⁸, verte por "deletion", o que nada tem a ver com "expositions". No segundo caso, tratar-se-ia do substantivo ἔκθεσις, -εως "exposição". Porém, o dativo seria: ἑκθέσει (singular) ou ἑκθέσεσι (plural). Quanto ao primeiro caso, não se vê que termo será este e como se justificará tal versão. De facto, em nenhum dicionário ou léxico que se consulte há qualquer lema ἑκθος, -ους.

O erro seria, pois, verosimilmente de Scheffer. A Butts cabe a responsabilidade de não ter feito a crítica da lição que adoptou, além da contradição "expositions" *versus* "deletion". Esta incongruência carece, em suma, de solução. E a tradução arménia de nenhum auxílio nos será, pois é lacunar neste passo⁷⁹.

Finalmente, temos os erros nas notas, que vêm sempre ordenadas no final de cada capítulo e não ao fundo da página. Na introdução, estão repetidas as notas 64 a 66 e omissas as 67 a 73, existindo as suas chamadas no corpo do texto⁸⁰; inversamente, a nota 185 não tem chamada no texto. No cap. IV da tradução, está omissa também a nota 45, da qual também só temos a chamada no corpo do texto: contudo, não será difícil conjecturar o local em que caberia a sua referência⁸¹. No capítulo IV (sobre a fábula), falta também a nota 45: mais uma vez, só temos a referência no corpo do texto.

Pensamos que o trabalho de Butts mereceria uma urgente e verdadeira edição, em que se procedesse às correcções necessárias bem como às alterações e aperfeiçoamentos

⁷⁷ *Op. cit.*, p. 278, III.D.2..

⁷⁸ *Ib.*, p. 277.

⁷⁹ Cf. G. Bolognesi, *op. cit.*, p. 231. Vd. a discussão exaustiva dos problemas que a fixação da lição deste passo suscita no nosso artigo "Para um texto crítico dos Προγυμνάσματα de Élio Téon: leitura de um passo do capítulo Περί μύθου (Spengel 78, 9 = Butts, IV, 167)" (em preparação).

⁸⁰ *Ib.*, pp. 25 sq..

⁸¹ Na segunda linha do primeiro parágrafo desta mesma página (p. 70), cabe a referência à nota 184. Pelo seu conteúdo, ousamos propor que a referência à 185 se situe oito linhas mais abaixo, exactamente na conclusão da discussão da importância da tradição arménia e do trabalho de G. Bolognesi em seu torno.

pertinentes. Erros como as gralhas, lapsos e as notas seriam facilmente resolúveis através de uma revisão mais cuidada antes de publicação através de meios de *software* informático, hoje muito mais desenvolvidos do que há dez anos. E o trabalho de Butts foi todo dactilografado. Aguardamos ainda que venha finalmente a lume a edição definitiva do texto de Téon⁸².

Traduções

Até à data, além da tradução latina de Kämmerer e da arménia, há apenas notícia de duas outras em línguas modernas. São elas a inglesa de Butts, que também já referimos, a acompanhar o texto crítico por ele próprio fixado, e a castelhana de Marfa Dolores Reche Martínez, inserta num volume que contém também a tradução dos Προγυμνάσματα de Hermógenes e Aftónio, intitulado *Teón, Hermógenes, Aftonio. Ejercicios de retórica* e publicado na Biblioteca Clásica da Editorial Gredos, em Madrid, em 1991. Esta tradução baseia-se no texto crítico de Spengel, a que já fizemos referência.

Na sua generalidade, é característica comum a ambas o facto de se terem mantido muito próximas do texto grego original, inclusive da sua sintaxe e pontuação. Das duas, porém, a de Butts é de longe a mais escrupulosa: por exemplo, ao procurar e conseguir, a nosso ver e como foi sua intenção (p. 71), grande consistência na tradução de tecnologismos, ora reverenciando traduções fixas de certos termos, ora propondo novas traduções para outros. A tradução de Reche Martínez, por seu lado, parece-nos um tanto mais livre e menos literal do que a de Butts. Ambas as traduções são anotadas, mas mais profusamente a de Butts.

A nossa própria tradução, que apresentamos a seguir a este Estudo Introdutório, é a terceira para um língua moderna⁸³ e a primeira absoluta para a portuguesa.

⁸² Recordamos (vd. supra n. 52) que a avaliação, em toda a sua extensão, dos contributos que a tradução arménia pode vir a trazer para a reconstituição do texto original de Téon está ainda longe de estar concluída. Apenas terminado este trabalho haverá condições para a edição *perfectissima* de Téon.

⁸³ Será curioso notar que Butts e Reche Martínez produziram a sua tradução praticamente em simultâneo, sem que um houvesse conhecimento do trabalho que o outro tinha em preparação: ambos se encontram convencidos (Butts, *op. cit.*, p. 71; Reche Martínez, *op. cit.*, p. 48, com a devida ressalva à ignorância de

que exista qualquer outro trabalho do género) de que a sua é a primeira a haver visto a luz do dia. Deve notar-se, porém, que a de Butts foi efectivamente a primeira.

EXERCÍCIOS PREPARATÓRIOS

CAPÍTULO I

[Prolegómeno]

Os antigos oradores, e sobretudo os que gozavam de boa reputação, não consideravam necessário abordar nenhuma forma de retórica antes de terem tido alguma experiência de filosofia e de, a partir dela, ficarem impregnados [5] de raciocínios elevados. Hoje em dia, porém, a maioria está tão longe de ligar importância a estes preceitos que, sem ter recebido a menor instrução nos chamados “estudos gerais”¹, se lança precipitadamente a discursar. E o mais estulto é que, sem terem feito os exercícios que eram convenientes, eles se precipitem [10] nos discursos² forenses e políticos, aprendendo a falar, como reza o provérbio, logo por um cântaro grande.

Acerca de tudo o mais que devem aprender aqueles que se preparam para ser oradores, que escrevam outros. Aquilo, porém, que é imperioso saber e exercitar convenientemente antes do discurso, é [15] o que eu vou agora tentar expor, não porque não tenham outros escrito sobre estes assuntos, mas porque não é uma questão de somenos e eu próprio espero fazer uma sùmula dela para aqueles que se propõem ao ofício de discursar.

De facto, nós não só criámos alguns outros exercícios para complemento dos já consagrados por tradição, mas também tentámos avançar uma definição para cada um, [20] de forma que, no caso de se perguntar em que consiste cada um deles, se possa responder, por exemplo, que uma fábula é um relato falso que representa uma verdade. Mostrámos ainda em que é que uns diferem dos outros e apresentámos as fontes dos ar-

¹ Gr. ἐγκύκλια μαθήματα.

² Gr. ὑποθέσεις. Num sentido mais genérico, este termo, como parece ser o caso aqui, designa qualquer género de discurso: forense, político ou demonstrativo. Num sentido mais restrito, opõe-se à θέσις, como sua forma particular (vd. a este respeito infra XI, 7, p. 143 n. 2).

gumentos³ para cada um. Demonstrámos também como se poderia fazer uso deles da forma mais cuidada.

[25] Que estes exercícios são mesmo úteis para aqueles que se abalançam à empresa da oratória não está acima de qualquer dúvida. É que quem recitou uma narrativa ou uma fábula com elegância e variedade há-de também, com elegância, compor uma história e aquilo que, com propriedade, nos discursos se chama “narração,” propriamente dita⁴. Uma história não é, com efeito, outra coisa senão uma compilação [30] de narrativas⁵. Sempre que alguém é capaz de refutar ou de confirmar estas composições, não ficará muito aquém da prática daqueles que pronunciam discursos, pois tudo quando fazemos nos discursos forenses está também presente nestes exercícios.

Primeiramente, temos o proémio e a narração. Em seguida, devemos tentar responder a cada um [35] dos pontos mencionados na narração e na fábula e, para cada um deles, apresentar uma prova. Preocupamo-nos ainda em dispor correctamente os argumentos. E amplificamos, depreciamos⁶ e procedemos a todas as demais operações, sobre as quais, por agora, seria demorado falar.

[40] Assim, a exercitação por meio da cria não só desenvolve uma certa competência para os discursos como também um carácter probo, já que nos exercitamos com as sentenças⁷ dos sábios.

³ Gr. ἀφορμαὶ τῶν λόγων. Sobre a noção do tecnologismo ἀφορμή, com sentido similar ao de τόπος, cf. L. Pernot, “Lieu et lieu commun dans la rhétorique antique”, *BAGB* 86 (1983), p. 255, n. 11.

⁴ Gr. διήγησις “narrativa” e διήγημα “narração”. Téon utiliza o primeiro termo para se referir ao exercício preparatório e o segundo para designar a parte do discurso forense em que se relatam os factos, *op. cit.*, p. 99 n. 14. Cf. *infra* p. 99 n. 1 ao cap. V.

⁵ Gr. διήγησις; uso no singular, como substantivo colectivo.

⁶ Gr. διασύρειν “escarnecer, vituperar, depreciar”: procedimento que consiste em destruir pela base a argumentação do adversário, “extenuandae rei causa” (Ernesti, *Lexicon Technologiae Graecorum Rhetoricae*, p. 83). O διασυρισμός é produzido através do modo da ironia, de que é uma espécie (Lausberg, *op. cit.*, § 583) pondo a ridículo sob a capa do elogio, de sorte que “apparet diuersam esse orationi uoluntatem... et laudis autem simulatione detrahare et uituperationis laudare concessum est” (Quint. VIII, 6, 54-55). Desta forma, a sua finalidade é oposta à da αὔξησις na qualidade de “amplificação” afectiva, como nota Ernesti, *loc. cit.*. Nas três ocorrências do termo Reche Martínez, *op. cit.*, verte respectivamente por “ironizamos” (p. 53), “ironía” (p. 80) e “ridicularizar” (p. 129); Butts, *op. cit.*, por seu turno, respectivamente por “we criticize” (I, 38, p. 101), “disparagement” (IV, 167, p. 277) e “to disparage” (X, 29, p. 499). Cf. *infra* cap. IV, p. 97 n. 20 e cap. X, p. 140.

⁷ Gr. ἀποφθέγματα.

O chamado “lugar comum” e a descrição têm uma manifesta utilidade em todas as circunstâncias, uma vez que a totalidade dos antigos historiadores recorreu [45] em larga escala à descrição, e os oradores ao lugar comum.

A prosopopeia é um exercício apropriado não só para os escritos históricos, mas também para os retóricos, os dialécticos e a poéticos. Até na vida quotidiana e na conversação com os outros a sua utilidade é enorme. É igualmente do maior proveito para as partes dialogadas dos textos escritos. [50] É por este motivo que, em primeiro lugar, louvamos Homero por ter atribuído a cada personagem que apresenta as palavras que lhe convêm, ao passo que censuramos Eurípides por a sua Hécuba filosofar fora de propósito.

Mas, além disso, é também útil o exercício da comparação, sobretudo para os discursos forenses, quando comparamos, ou [55] acções injustas com acções injustas, ou benefícios com benefícios, do mesmo modo que para os encómios, quando cotejamos entre si as boas acções. Nas deliberações é bastante evidente a sua utilidade, pois os discursos daqueles que deliberam discorrem sobre as opções que se devem, de preferência, tomar.

[60] No tocante à tese, o que se poderá dizer? De facto, ela em nada difere da hipótese, a não ser que não define claramente nem personagens determinadas, nem espaço, nem tempo, nem modo, nem causa⁸. Por exemplo, uma tese é: “se é conveniente a sitiados enviar um exército para fora das suas fronteiras”; ao passo que uma hipótese é: “se é conveniente aos Atenienses sitiados [65] pelos Peloponésios enviar um exército para a Sicília”.

Do mesmo modo, também a crítica e a defesa das leis não são a parte menos importante do discurso. De facto, os mais belos discursos públicos são aqueles em que se controverte acerca de uma lei ou decreto. Refiro-me aos discursos *Da coroa*, *Contra Andrócion* [70] ou *Timócrates*, *Contra Léptines* e *Contra Aristócrates* (pouca diferença faz, com efeito, se Aristócrates não redigiu uma lei mas um decreto).

⁸ Categorização sistematizada por Hermágoras de Temnos: cf. infra XI, 7, p. 143 n. 2.

No que respeita ao encómio, eu próprio não ignoro que é uma espécie de discurso, pois são três as espécies de discursos: (1) encomiástico (a que [75] os discípulos de Aristóteles chamavam “epidictico”); (2) forense e (3) deliberativo. Uma vez, porém, que temos com muita frequência proposto também aos mais jovens que escrevam encómios, por este mesmo motivo os classifiquei entre os exercícios preparatórios. Ao mesmo tempo, reservei o tratamento minucioso desta questão para a ocasião oportuna, ao passo que, por agora, me tenho limitado a tornar mais acessível [80] a sua explicação.

A leitura, como afirmou um dos antigos — estou em crer que Apolónio de Rodes —, é o alimento do estilo⁹. Efectivamente, ao modelarmos o espírito a partir de bons exemplos, imitaremos também os mais belos.

E quem não se alegraria com a audição que lhe permitisse receber já pronto [85] o que foi elaborado por outros com esforço? Porém, assim como não é de nenhuma utilidade para os que pretendem dedicar-se à pintura a contemplação das obras de Apeles, de Protógenes e de Antífilo se eles próprios não procurarem também pintar, do mesmo modo, para aqueles que se preparam para ser oradores, nem os discursos dos antigos, nem a abundância de ideias, nem a [90] pureza do estilo, nem uma organização bem equilibrada, nem uma audição agradável, nem, numa palavra, mérito algum da retórica serão de nenhum proveito se cada um, por si próprio, se não exercitar todos os dias na escrita.

A paráfrase não é inútil, como alguns afirmaram ou pensaram. “É que falar bem”, dizem eles, “é uma coisa que só acontece uma vez, uma segunda [95] é impossível”. Pois estes encontram-se muito longe da verdade. De facto, a mente não é afectada por um evento de um único modo (de sorte que a imagem¹⁰ que recai sobre ela seja expressa da mesma forma) mas de muitos. E, já que umas vezes enunciamos¹¹, outras perguntamos, outras inquirimos, outras fazemos uma súplica e [100] outras ainda

⁹ Gr. λέξις. Este retor da ilha de Rodes será, talvez, o aticista Apolónio Mólou, como pensam Wilamowitz-Möllendorff, *loc. cit.*, e Reichel, *op. cit.*, p. 21.

¹⁰ Gr. φαντασία. É um conceito de origem estóica, como nota Reichel, *op. cit.*, p. 27.

¹¹ Gr. ἀποφαίνειν.

expressamos o que pensamos de outro modo qualquer, nada nos impede de exprimir de todos os modos a imagem que configuramos, com igual elegância.

Há testemunhos desta realidade tanto nos poetas quanto nos historiadores. E todos os antigos em geral parecem ter feito o melhor uso [105] da paráfrase, ao transfigurar não só as suas próprias palavras, mas também as dos outros. Parafraseando Homero, quando diz:

é o pensamento dos homens terrestres
como o dia que traz o pai dos homens e dos deuses¹².

ou Arquíloco¹³:

é o espírito, ó Gláucon, filho de Léptines, [110]
dos homens mortais, como o dia que Zeus traz¹⁴.

E, de novo, Homero exprimiu a conquista de uma cidade deste modo:

Os homens, matam-nos, a cidade destrói-a o fogo,
outros conduzem os filhos e as mulheres de cintura marcada¹⁵.

[115] Mas Demóstenes fê-lo assim:

Em todo o caso, quando nos dirigíamos para Delfos, força nos era ver tudo isto: edifícios destruídos, muralhas derrubadas em toda a sua extensão, um país despojado de varões na flor da idade, [120] apenas algumas mulheres e crianças, e velhos dignos de pena¹⁶.

¹² *Od.* XVIII, 136-137.

¹³ François Lasserre (ed.), *Archiloque. Fragments*, Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1968, frg. 115, p. 38.

¹⁴ Merece nota a paráfrase de Arquíloco aos versos homéricos, designadamente pelas virtualidades poéticas da língua grega, que permitem alternativas dialectais de morfologia e de lexemas, das quais nenhuma tradução consegue dar conta. É o caso da palavra "dia": ἡμῶν em Homero e ἡμέρη em Arquíloco.

¹⁵ *Il.* IX, 593-594.

¹⁶ *De F. Leg.* 65.

E Ésquines, assim:

Mas nos vossos pensamentos olhai para o infortúnio deles. Pensai que estais a ver uma cidade a ser tomada, demolições de muralhas, [125] incêndios nos edifícios, templos saqueados, mulheres e crianças conduzidas à servidão, homens velhos e mulheres velhas desaprendendo já demasiado tarde o que é a liberdade¹⁷.

Diz também Tucídides:

A verdade é que se sente inveja dos vivos por rivalidade, ao passo [130] que ao que não constitui obstáculo se honra com uma benevolência isenta de antagonismo¹⁸.

E Teopompo:

Sei, de facto, que muitos estimam os vivos com animadversão, enquanto que aos que já estão mortos deixam de invejar, [135] em virtude dos muitos anos passados¹⁹.

Mas Demóstenes pronuncia-se assim:

Haverá pois alguém que não saiba que, em relação a todos os vivos, há sempre alguma inveja maior ou menor, ao passo que pelos mortos [140] nem um dos seus inimigos nutre já qualquer ódio?²⁰.

Recorde-se naturalmente também Filisto, que transpôs o seu relato de toda a campanha ática na Sicília da obra de Tucídides. Também Demóstenes transpôs para o seu *Contra Mídias* motivos dos discursos acerca da violência de Lísias e *Contra a violência de Díocles* de Iseu. Poder-se-ão também encontrar [145] no *Panegírico* de Isócrates intertextualidades com o *Discurso fúnebre* e o *Olímpico* de Lísias.

¹⁷ *In Ctes.* 157.

¹⁸ II, 45, 1.

¹⁹ Jacoby, *op. cit.*, II B 115 frg. 395, p. 613.

²⁰ *De Cor.* 315.

Mas também, além disso, o próprio Demóstenes frequentemente se parafraseia a si próprio, não só transpondo para novos passos o que tinha afirmado em outros discursos, mas também porque muitas vezes dá a sensação de, num só discurso, ter afirmado o mesmo vezes sem conta. [150] Pela variedade da sua expressão, todavia, estes pormenores passam despercebidos aos auditores. No *Contra Mídias*, por exemplo:

Pois qual de vós não sabe que a causa da ocorrência de muitos eventos semelhantes é o facto de não punirmos aqueles que prevaricam; ao passo que o único desincentivo a, no futuro, se violar a lei consiste em se aplicar a merecida penalidade [155] de cada vez que alguém é apanhado?²¹

E no *Contra Aristócrates* (como também no *Contra Andrócion*):

Pois se em alguma ocasião fosse cometido qualquer acto contra a lei e tu o imitasses, não serias, [160] por isso, absolvido com justiça. Antes pelo contrário, com maioria de razão serias, por estes motivos, condenado. De facto, do mesmo modo que, se algum desses tivesse sido condenado, tu não terias feito tais propostas, assim também, se tu pagas a pena, outros as não farão²².

Nas *Filípicas* andou com o tratamento destes mesmos assuntos [165] para trás e para a frente. No *Contra Léptines* afirmou, não poucas vezes, que não se deve privar os que praticaram boas acções daquilo que lhes foi dado²³. No *Em defesa da coroa* disseminou, ao longo de todo o discurso, a ideia de que não era justo tecer acusações sobre os resultados dos actos, mas criticar cada um em particular, de acordo com os interesses da governação²⁴. E quem não conhece as questões relativas à [170] libertação dos prisioneiros, tratadas exaustivamente no seu *Da falsa embaixada*²⁵?

²¹ Meid. 37.

²² Arist. 99 e Andr. 7.

²³ Cf. Lept. 23, 62, 72, 74, 105, 125, 126, 132, 148, 149b, 151.

²⁴ Gr. Ὑπὲρ τοῦ στεφάνου. Em todas as citações desta peça oratória de Demóstenes, Téon alude a ela com este título, excepto em I, 69, em que se lhe refere com o de Περὶ τοῦ στεφάνου (ou Κατὰ τοῦ στεφάνου, de acordo com a corecção de Butts, cf. p. 102 n. crítica). Cf. por exemplo *De cor.* 65, 71-72, 93-94, 189, 192-194.

²⁵ *De F. Leg.* 166, 168-173, 222-223, 229-230.

Pois bem, o tipo de exercício da elaboração é útil nas mais frequentes e diversas circunstâncias, designadamente nos segundos discursos. A réplica, porém, é útil nas contraditas.

[175] Estabeleceremos a seguinte ordenação para os exercícios: (1) em primeiro lugar, com base na *cria*, já que é breve e fácil de recordar; de seguida (2) com base na *fábula* e (3) na *narrativa*, à excepção da sua refutação e confirmação, uma vez que estas parecem ser de algum modo procedimentos mais avançados do que os outros.

[180] Efectivamente, é do acordo de toda a gente que a tarefa do orador consiste em demonstrar os pontos em controvérsia e em amplificar os que já estão demonstrados. Assim, por natureza e utilidade encontra-se, em primeiro lugar, o discurso demonstrativo, seguindo-se-lhe o amplificativo, pois deve-se, primeiramente, provar que alguém é traidor e, de seguida, provocar a cólera dos auditores contra a traição, como contra um grande crime.

[185] Não obstante, não estamos a afirmar que, tal como a demonstração precede, por natureza, a amplificação, assim também sucede com a ordem dos exercícios. Trata-se precisamente do contrário: de facto, os mais fáceis precedem os mais difíceis. E é mais fácil amplificar o que é evidente do que demonstrar o que não o é. Por isso, principiando a debater questões com base na nossa própria competência, começaremos a refutar ou [190] confirmar pelo (4) lugar comum, depois (5) pela descrição, de seguida (6) pela *prosopopeia*. Depois exercitar-nos-emos (7) nos *encómios* e de seguida (8) nas comparações, pois estes exercícios têm como objecto pontos geralmente aceites e que não suscitam nenhuma objecção.

Depois destes, praticaremos também com exercícios relacionados [195] com pontos em controvérsia. O primeiro deles é a refutação (9) das *crias*; de seguida, (10) a dos textos *esópicos* e (11) a das narrativas históricas e fabulosas; depois, (12) a das *teses* e finalmente (13) a das *leis*.

Faremos uso da leitura, da audição e da paráfrase [200] desde o início; da elaboração e, sobretudo, da réplica, assim que adquirirmos alguma experiência.

CAPÍTULO II

< Da educação dos jovens que também inclui Do uso entre os antigos dos exercícios preparatórios >

[5] Primeiro do que tudo, deve o professor, seleccionando bons exemplos de cada exercício dos textos antigos, levar os jovens a estudá-los a fundo; por exemplo, da cria, como a que se encontra em Platão, no livro I da *República*¹:

Chegando alguém certo dia ao pé do poeta Sófocles, disse-lhe: [10] “Sófocles, como é que te sentes quanto aos prazeres do sexo? Ainda estás em forma para ter relações com uma mulher?” Ele respondeu-lhe: “Não digas asneiras, homem! Estou felicíssimo por me ter visto livre deles, é como se tivesse escapado de um patrão furioso e cruel.

De fábula, são exemplo as do flautista de Heródoto² e [15] do cavalo de Filisto³, ou ainda as dos dois primeiros livros das obras de ambos⁴. No livro XX das *Filípicas* de Teopompo⁵ temos a da Guerra e da Arrogância, que Filipe conta aos chefes dos Calcídeos, e, no livro II dos *Memoráveis* de Xenofonte, a do cão e das ovelhas⁶.

[20] De narrativa, os exemplos mais perfeitos seriam os seguintes: das fabulosas, a do livro II da *República* de Platão sobre o anel de Giges⁷ e a do *Banquete* sobre o nascimento de Eros⁸, ou ainda as referentes ao mundo do Hades no *Fédon*⁹ e no livro X da *República*¹⁰. Temos ainda, em Teopompo, no livro VIII das *Filípicas*, [25] a de Sileno¹¹.

¹ 329b.

² I, 141.

³ Jacoby, *op. cit.*, III B 556 frg. 6, p. 559.

⁴ Gr. τῶν ἐν ἑκατέρῳ ἐν τῇ πρώτῃ καὶ ἐν τῇ δευτέρῃ. Este passo é um tanto confuso. Walz, *op. cit.*, p. 159, n. 6, sugere ἐν ἑκατέρῳ, παρὰ Ἑκαταίῳ. (“em Hecateu, nos dois primeiros livros”).

⁵ Jacoby, *op. cit.*, II B 115 frg. 127, p. 565.

⁶ *Mem.* II, 7, 13-14.

⁷ 359d-360b.

⁸ *Symp.* 203b.

⁹ *Phd.* 107d-114c.

¹⁰ 614b-621b.

¹¹ Jacoby, *op. cit.*, II B 115 frg. 74, p. 550.

Das de factos, há a de Cílon em Heródoto e em Tucídides¹², a relativa a Anfíloco, filho de Anfiareu, no livro III de Tucídides¹³, ou ainda a de Cléobis e Bíton no livro I de Heródoto¹⁴. Tratam da chegada de Dédalo junto de [30] Cócalo, rei dos Sicanos, Éforo no livro VII e Filisto no livro I¹⁵. Poder-se-á também encontrar no *Da falsa embaixada* de Demóstenes uma narração sóbria mas elegante dos Jogos Olímpicos levados a cabo por Filipe após a tomada de Olinto¹⁶.

Temos ainda, entre os antigos, refutações e confirmações [35] de crias, de aforismos, de afirmações¹⁷ ou de exercícios do género. Enquadrar-se-á precisamente nesta espécie tudo o que é dito por Éforo no livro V das suas *Histórias* contra as afirmações sustentadas pelos escritores precedentes acerca do Nilo¹⁸.

De refutações de narrações fabulosas, há um exemplo no livro II de Heródoto. Trata-se de um daqueles factos [40] em torno dos quais os Gregos criam relatos fabulosos: de como os Egípcios tentaram sacrificar Héracles a Zeus, no momento da sua chegada, e ele matou muitos milhares deles¹⁹. E em Éforo, no livro I, há aquele a respeito das cinquenta filhas de Téspio. Com todas elas, ainda virgens, se conta que se uniu Héracles ao mesmo tempo. Ou ainda a de Aristodemo, de como ele morreu [45] ao ser atingido por um raio²⁰.

Das de narrativas de factos, é possível colher também alguns exemplos: em Heródoto, como os do livro IV²¹ acerca da divisão da totalidade da terra e da sua designação como Europa, Líbia e Ásia; e em Tucídides, do livro I²², o [50] do assassinio de Hiparco pelos partidários de Harmódio e de Aristogíton. Podemos colher mais exemplos tam-

¹² V, 71 e I, 126, 1-12, respectivamente. Também Aristóteles (*Ath. Pol.* 20 frg. 2 Eracl.) e, mais tarde, Plutarco (*Sol.* 12, 1-4) relatam este episódio.

¹³ Téon citará de memória, enganando-se na referência ao livro. A referência correcta é II, 68, 1-9.

¹⁴ I, 31.

¹⁵ Jacoby, *op. cit.*, II A 70 frg. 57, p. 57, e III B 556 frg. 1, p. 558, respectivamente.

¹⁶ 192 sqq.

¹⁷ Gr. ἀπόφασις (ou ἀπόφανσις de ἀποφάνειν).

¹⁸ Jacoby, *op. cit.*, II A 70 frg. 65a, pp. 59.

¹⁹ II, 45.

²⁰ Jacoby, II A 70, respectivamente frg. 13, p. 46, e frg. 17, p. 47.

²¹ IV, 42.

²² I, 20, 2.

bém de outros historiadores: de Éforo, do livro I²³, os relativos à divisão do Peloponesso, durante o regresso dos Heraclidas; de Teopompo, do livro XXV das *Filípicas*²⁴, onde se diz que é falso o relato do juramento grego que [55] os Atenienses afirmam que os Gregos teriam pronunciado antes da batalha de Plateias contra os bárbaros, bem como os tratados dos Atenienses com o rei Dario e os Gregos; e ainda, também, a afirmação de que nem todos celebram unanimemente a batalha ocorrida em Maratona — e todas as demais coisas de que, diz ele, a cidade de Atenas²⁵ se vangloria e com que engana os Gregos.

[60] Do mesmo modo, pode encontrar-se o chamado “lugar comum” entre os antigos, como no passo de Demóstenes no discurso *Em defesa da coroa*: “Pois entre os Gregos — não apenas entre alguns mas entre todos por igual — sucedeu que foi tal a profusão de traidores, de corruptos e de homens odiosos aos deuses”, e por aí adiante²⁶. Temos ainda o de Licurgo contra um adúltero [65] no *Contra Lícofron*. De igual forma, exporemos também os restantes no capítulo *Do lugar comum*.

Muitos eventos se encontram também descritos entre os antigos, tais como: em Tucídides, no livro II²⁷, a peste; no livro III, o amuralhamento de Plateias²⁸; e ainda, noutros passos, combates navais e de cavalaria; [70] em Platão, no *Timeu*²⁹, as descrições relativas a Sáis; e em Heródoto, no livro II³⁰, as sete muralhas de Ecbátana. Temos ainda, no livro IX das *Filípicas* de Teopompo³¹, o vale de Tempe na Tessália, que se situa entre dois picos elevados, o Ossa e o Olimpo. Entre eles corre o Peneio, no qual desaguam [75] todos os rios da Tessália. E temos em Filisto, no livro VIII³², os preparativos do tirano Dionísio para a guerra contra os Cartagineses, o fabrico do armamento,

²³ Jacoby, *op. cit.*, II A 70 frg. 18a, p. 47.

²⁴ *Ib.*, II B 115 frg. 153, pp. 569-570.

²⁵ Gr. ἡ Ἀθηναίων πόλις: adjectivo etnonímico no original. Preferimos esta versão à literal “a cidade dos Atenienses”. Quer Butts, *op. cit.*, p. 145, quer Reche Martínez, *op. cit.*, 64, optam pela versão literal.

²⁶ *De cor.* 61

²⁷ II, 47-54.

²⁸ III, 21.

²⁹ 21e-25d.

³⁰ Mais uma vez, Téon cita erradamente: o local correcto a que se refere este passo é I, 98.

³¹ Jacoby, *op. cit.*, II B 115, frg. 78, pp. 553.

³² *Ib.*, III B 556 frg. 28, pp. 561-562.

da esquadra e da maquinaria bélica e, no livro XI³³, o seu funeral e a decoração da sua pira.

De prosopopeia, que mais perfeito exemplo haverá do que a poesia [80] de Homero, os diálogos de Platão e dos outros socráticos e as peças de Menandro?

Temos ainda os encómios de Isócrates e os discursos fúnebres de Platão, de Tucídides, de Hipérides e de Lísias³⁴. Há também o encómio de Filipe e Alexandre de Teopompo³⁵ e o *Agesilau*, [85] de Xenofonte.

Há também comparações entre os antigos: em Demóstenes, no *Contra Léptines*³⁶, no momento em que ele tenciona dar a sua preferência³⁷ a Cónon em relação a Temístocles. Poder-se-á ainda encontrar em Xenofonte, no *Banquete*, Sócrates dando testemunho a Cálias de como é muito preferível [90] o amor da alma ao do corpo³⁸.

Exemplos do exercício sobre teses podem colher-se em Aristóteles e Teofrasto, pois muitos dos seus livros têm o título de *Teses*. Desde então, alguns deles foram também chamados pelos retores *Tópicos para teses*³⁹. Há mesmo discursos inteiros que se poderão considerar virtualmente como teses, [95] como os de Lísias intitulados *Dos presentes de casamento* e *Do aborto*: efectivamente, no primeiro é debatido se a mulher deve guardar a título definitivo os presentes que lhe foram oferecidos por casamento e, no segundo, se aquilo que ainda se encontra dentro do útero materno é um ser humano e se os abortos não responsabilizam criminalmente as mulheres. Contesta-se que estes [100] discursos sejam de Lísias; seja como for, não deixa de ter interesse para os jovens

³³ *Ib.*, frg. 40a, p. 563.

³⁴ Entre os encómios de Isócrates contam-se o *Busíris*, o *Evágoras*, o de *Helena* e o *Panatenaico*. Quanto a discursos fúnebres, temos: de Platão, o diálogo *Menéxeno*, 235-249; de Tucídides, em II, 35-46, o célebre epitáfio de Péricles pelos mortos nos combates contra os Lacedemónios na Guerra do Peloponeso, que, mais do que um epitáfio, é um panegírico da política e do modelo cultural e civilizacional de Atenas; de Lísias, o *Discurso Fúnebre* pelos mortos na Guerra de Corinto. Relativamente a Hipérides, parece ser esta a única menção de um epitáfio deste orador (cf. Walz, *op. cit.*, p. 164 n. 44).

³⁵ Jacby, *op. cit.*, II B 115 frgs. 255-257, p. 591.

³⁶ 68-74.

³⁷ Gr. verbo προκρίνειν. Há uma paronomásia com o termo que designa “comparação” (σύγκρισις), a partir dos diferentes prefixos. Literalmente, este último significa “julgar” (κρίνειν) em conjunto” e o primeiro “julgar, avaliar à frente de, preferir”.

³⁸ *Symp.* VIII, 12.

³⁹ Gr. Θετικά κεφάλαια.

que, para exercitação, tomem contacto com eles. Pode também encontrar-se em cada discurso um tópico para uma tese; por exemplo: no *Contra Onetor, por desapropriação* de Demóstenes, se as confissões sob tortura são válidas; e em Ésquines, no *Contra Timarco*, se os rumores têm validade legal⁴⁰; ou ainda outros de várias proveniências.

[105] Dispostemos ainda de refutações de leis em abundância em inúmeros passos da maior parte dos oradores, mas da forma mais perfeita em Demóstenes, nos seus *Contra Timócrates*, *Contra Aristócrates* e *Contra Léptines*, e de confirmações em outros, designadamente em Lísias, no *Contra Díocles*, em defesa da lei contra os oradores. E embora os antigos não tenham utilizado [110] todas as fontes de argumentação fornecidas por nós (por terem composto os seus discursos não para exercitação, mas para as disputas), ainda assim, porém, tornam patente toda a distribuição de tais composições.

Que os antigos não descuravam a paráfrase é evidente a partir do que se disse um pouco acima⁴¹.

[115] Há também muitos passos que foram mais elaborados por uns autores do que por outros. Por exemplo: o “sacrilégio de Cílon” foi mais elaborado em Tucídides do que em Heródoto e em Éforo⁴². Demóstenes também elaborou, mais do que Hipérides, a confusão que houve entre os Atenienses “quando, pelo fim da tarde, chegou alguém a trazer aos prítanes a notícia de que Elateia tinha sido tomada”⁴³. Podem [120] também cotejar-se textos históricos e discursos completos entre si, tendo em vista uma melhor elaboração; por exemplo: os discursos de Demóstenes com os de Hipérides ou as *Histórias Helénicas* de Teopompo com as de Xenofonte.

Quanto à réplica, é possível encontrá-la sobretudo nos discursos em [125] que um acusa e outro se defende das acusações; por exemplo: no *Contra Ctesifonte* de Ésquines, no *Em defesa da coroa* de Demóstenes e nos *Da falsa embaixada* de um e de

⁴⁰ No original o mesmo adjectivo ἀληθής: “verdadeiro”. As opções de versão distinta adoptadas pareceram-nos ser as mais adequadas, muito mais do que as puramente literais e iguais. E, com efeito, o sentido não diverge em nada ao do original. Quer Butts, *op cit.*, p. 151, quer Reche Martínez, *op. cit.*, p. 67, optam por uma versão literal e idêntica para ambos: o primeiro, por “true”; a segunda, por “veraces”. Os passos citados destes discursos de Demóstenes e Ésquines são, respectivamente, I, 35-37 e 127-131.

⁴¹ Vd. supra I, 93-171.

⁴² Vd. supra n. 12.

⁴³ *De cor.* 169.

outro. Poder-se-á também encontrá-la em histórias: em Tucídides, há uma objecção, no livro I, dos coríntios aos corcirenses e, no III, uma outra entre [130] Diódoto e Cléon⁴⁴.

Em Platão, pode ver-se tanto a elaboração quanto a réplica nos seus debates. No *Pedro*, após falar no sentido da mesma hipótese de Lísias⁴⁵, objecta de seguida ambos os discursos⁴⁶, quer o seu próprio, quer o de Lísias⁴⁷. Na *República*⁴⁸, concordando de início com Trasímaco a respeito da justiça, através das intervenções [135] de Gláucon e Adimanto, logo de seguida se defende de toda a acusação⁴⁹.

Expus, em suma, estes exemplos não por julgar que fossem, no seu conjunto, apropriados para todos os principiantes, mas para nós vermos que [140] a prática dos exercícios é absolutamente necessária, não só para os que se preparam para ser oradores, mas também para aqueles que desejam ser poetas ou prosadores ou lançar mão da sua competência em quaisquer outras formas de texto. São estas, por assim dizer, as pedras basilares de todos os tipos específicos de texto.

E para que se possa adaptar estes exercícios ao espírito dos jovens, é necessário, do [145] mesmo modo, que tudo o que vem na sua sequência esteja em conformidade com eles. Por isso, é preciso, para além do que foi dito, que o próprio professor, depois de produzir algumas refutações e confirmações de uma forma especialmente perfeita, mande os jovens recitá-las, de maneira que, modelados segundo o desenvolvimento daquelas, sejam capazes de as imitar. Logo que eles próprios se tornem capazes de escrever, [150] dever-se-lhes-á explicar a disposição dos tópicos⁵⁰ e argumentos e apontar

⁴⁴ I, 37-43 e III, 42-48 e 37-40, respectivamente.

⁴⁵ 237a-241d.

⁴⁶ 242e sqq.

⁴⁷ Expostos, respectivamente, em 237a sqq. e 230e-234c.

⁴⁸ II, 367e sqq.

⁴⁹ 368b sqq. É incorrecto que Sócrates tenha alguma vez concordado com Trasímaco. Somente confessa que sente incapacidade para tecer a defesa da justiça como um bem e um valor em si face à injustiça, graças às muito pertinentes intervenções de Gláucon e de Adimanto. O seu silêncio e embaraço (o “mais sábio dos homens” é também o mais modesto), quando muito, poderia confundir-se, para os dois irmãos, com um consentimento em relação à posição do sofista.

⁵⁰ Gr. κεφάλαια. Este termo tem um significado em geral semelhante ao de τόπος, se bem que, como τὰ ἀνωτάτω κεφάλαια, designe categorias e princípios fundamentais e básicos de argumentação, tais como as que utilizadas na θέσις (cf. infra XI, 36, p. 144; vd. também IV, 104, p. 95): τὸ ἀναγκαῖον, τὸ καλόν, τὸ συμφέρον, τὸ ἡδύ. Cf. Pernot, *op. cit.*, p. 266 nn. 64 e 65.

a ocasião própria para a digressão, a amplificação e todos os demais exercícios. Dever-se-á ainda tornar evidente o carácter do problema⁵¹.

Dever-se-á também cuidar da organização das palavras, instruindo-os [155] em todos os meios pelos quais eles poderão evitar a organização defeituosa, e designadamente o estilo métrico e rítmico, como a maioria dos períodos do orador Hegésias e dos oradores conhecidos por asiânicos, e também alguns dos de Epicuro, como aqueles que, num dado passo, ele escreve a Idomeneu: “Ó tu, que desde jovem julgaste todos os meus movimentos como encantadores!”; e dos que são divulgados como [160] de sua autoria (actualmente, já não os encontramos incluídos entre os seus escritos): “Diz-me, Polieno, sabes que coisas são para mim um grande prazer?”⁵² Tais frases são, pois, absolutamente de censurar, e possuem manifestamente os defeitos da organização.

Porém, admitem-se escusas quando se cai, por vezes, no uso [165] daqueles metros que são similares aos da prosa, como é o caso do iambo, devido ao qual todos os prosadores acabam inadvertidamente por cair neste género poético. Éforo, por exemplo, no seu *Sobre o estilo*, precisamente no texto em que critica o uso da linguagem rítmica, profere logo de início um verso, ao dizer: “De novo me vou deter no tratamento do estilo rítmico”⁵³.

[170] É necessário também, e não em menor medida, observar a propriedade, de sorte que os vícios não sejam abertamente postos a nu, mas que os exponhamos dissimuladamente, como Ésquines, que, ao acusar Demóstenes de praticar actos inconfessáveis, afirma que ele não cuida da limpeza do corpo, nem sequer do órgão que emite a voz⁵⁴.

⁵¹ Gr. πρόβλημα: como tecnologismo da retórica e da dialéctica, designa o “assunto”, o “tema” que é objecto de discussão, e a que os latinos chamaram *quaestio* ou *controversia*. Cf. Lausberg, *op. cit.*, § 55.

⁵² H. Usener (ed.), *Epicurea*, Lípsia, 1887 (Roma, “L’Erma di Bretschneider”, 1963), frgs. 131 e 105.

⁵³ Jacoby, *op. cit.*, II A 70 frg. 6, p. 44 e II C 70 frg. 6, p. 42. É um trímetro iâmbico acataléctico hiponacteu ou σχάζων: πάλιν δὲ περὶ τῆς εὐρύθμου διέξευμι.

⁵⁴ *De F. Leg.* 23 e 88.

A acrescentar a isto, a expressão deve ser clara [175] e vívida, pois é necessário não apenas recitar o texto, mas também introduzi-lo na mente dos auditores, de sorte que suceda o que diz Homero:

Vou dizer-te uma palavra acessível e colocá-la em teu espírito⁵⁵.

A correcção não consiste em eliminar, desde o início, todos os erros mas apenas um pequeno número, e sobretudo os mais evidentes, para que o jovem, [180] ao sentir-se desanimado, não fique desesperado perante os níveis subsequentes. Ao mesmo tempo, o corrector deve assinalar contra que princípio surgiu o erro e como se pode realizar um trabalho mais perfeito.

Porém, é muito mais útil mandar os jovens escrever sobre alguns problemas já elaborados pelos antigos, como sejam [185] o lugar comum, a narrativa, a descrição, o encómio, a tese ou qualquer outro deste género e, de seguida, fazer com que eles tomem contacto com os escritos daqueles, a fim de que, se tiverem escrito do mesmo modo, possam ser estimulados e, se não, possam ter por correctores os próprios antigos.

Como nem todos nascemos com aptidões para tudo, mas uns, que têm lacunas [190] no uso das emoções, logram melhores resultados com os caracteres, outros o inverso, outros ainda são incompetentes em ambos mas elaboram melhor os raciocínios, há que tentar, por um lado, desenvolver as superioridades naturais e, por outro, através desse desenvolvimento, completar as falhas, a fim de que sejamos capazes de dar expressão perfeita não só aos grandes problemas, como Ésquines, ou nem só aos pequenos, [195] como Lísias, mas também que tenhamos preparação para ambos, como Demóstenes. E, acima de tudo, há que tentar estudar com profundidade a apresentação⁵⁶ adequada para cada tipo de discurso.

⁵⁵ *Od.* XI, 146.

⁵⁶ Gr. *ὑπόκρισις*. Designa uma das partes da retórica: a pronunciação pública do discurso (para os latinos *actio*). O termo e a técnica, que compreende o estudo da voz e da movimentação do corpo, foram tomadas da arte histrionica. Daí que o termo possa amiúde ser vertido por “representação”. Como aqui, porém, não estamos no contexto teórico do teatro e Téon apenas pensa, em particular, na pronunciação do discurso e nas técnicas da voz, pareceu-nos ser esta a versão mais aconselhável. Cf. *infra* III, 255, p. 89.

CAPÍTULO III

Da cria

Cria é um enunciado¹ ou uma acção concisa com sagacidade atribuída a uma personagem ou a algo análogo a uma personagem.

Intimamente relacionadas com ela estão o aforismo e a memória². Efectivamente, [5] todo o aforismo conciso, quando atribuído a uma personagem, produz uma cria; e a memória é uma acção ou um dito útil à vida.

O aforismo, porém, difere da cria nos quatro aspectos seguintes: (1) a cria é sempre atribuída a uma personagem, ao passo que o aforismo nunca o é; (2) a cria apresenta-se, umas vezes, com referência ao universal, outras, [10] ao particular, ao passo que o aforismo o é somente ao universal; (3) além disso, a cria, ao usar o humor, nada tem por vezes de proveitoso à existência, ao passo que o aforismo se refere sempre a coisas úteis para a vida; (4) a cria é uma acção ou dito, enquanto o aforismo é apenas um dito.

[15] A memória distingue-se da cria nos aspectos seguintes: (1) a cria é, com efeito, concisa, ao passo que a memória vem por vezes expandida; e (2) aquela é atribuída a personagens, ao passo que se faz menção da memória também por si própria.

Designa-se por “cria” em virtude da sua excelência, pois, muito mais do que qualquer [20] um dos outros exercícios, é em muitos aspectos útil³ à vida. É um caso similar ao de Homero: apesar de haver muitos poetas, só a ele, em virtude da sua excelência, nos habituámos a cognominar de “Poeta”.

¹ Gr. ἀπόφασις (ou ἀπόφανσις de ἀποφαίνειν).

² Gr. γνώμη e ἀπομνημόνευμα. Como exemplo de Ἀπομνημονεύματα cf. a obra homónima de Xenofonte. Os latinos hesitaram um pouco na versão do termo. Por exemplo, o título completo do relato das campanhas da Gália seria *Commentarium de bello Gallico*, inserindo-se na tradição dos Ἀπομνημονεύματα. A obra de Xenofonte é geralmente referida pelo título latino de *Memorabilia*, título também de uma compilação de *exempla* éticos retóricos em nove tomos de Valério Máximo. Prisciano, na sua tradução dos Προγυμνάσματα de Hermógenes, verteu-o por *commemoratio*.

³ Jogo etimológico χρῆστα e χρεώδης.

Há três géneros fundamentais de cria: umas, são (1) de ditos; outras, (2) de acções; outras, (3) mistas. (1) As de ditos são aquelas cujo valor reside em palavras, sem uma acção. Por exemplo: [25] “Diógenes, o filósofo, ao ser interpelado por alguém sobre como se poderia tornar famoso, respondeu: ‘Preocupando-se o menos possível com a fama’”.

Há duas espécies de cria de ditos: (a) a enunciativa e (b) a responsiva. De entre a enunciativa, umas são (i) de enunciação voluntária; por exemplo: “Isócrates, o sofista, dizia que os estudantes bem dotados são filhos de deuses”. Outras (ii) derivam de uma circunstância; por exemplo: [30] “Diógenes, o filósofo cínico, ao ver um rapaz rico mas inculto, disse: ‘Este não passa de lixo vestido de prata’”. É que Diógenes não produziu simplesmente um enunciado, mas fê-lo com base naquilo que observou.

(b) Há também quatro espécies de crias responsivas: (i) a [35] uma pergunta; (ii) a uma inquirição⁴; (iii) como justificação de uma pergunta; (iv) a responsiva designada com o mesmo nome do género. A pergunta difere da inquirição pelo facto de, com relação à pergunta, bastar simplesmente que se concorde ou discorde; por exemplo: fazer um sinal negativo ou afirmativo com a cabeça, ou então responder verbalmente “sim” ou “não”. [40] A inquirição, por outro lado, exige uma resposta mais desenvolvida.

(i) A resposta a uma pergunta é, por exemplo: “Pítaco de Mitilene, ao ser-lhe perguntado se passa despercebido aos deuses alguém que cometa algum acto vergonhoso, disse: ‘Não, nem sequer ao meditar nele’”. Efectivamente, depois da partícula de negação⁵, a expressão que se acrescenta é supérflua, visto que, mesmo sendo esta suprimida, [45] a partícula de negação era suficiente.

(ii) A cria de inquirição é, por exemplo: “Teano, a filósofa pitagórica, ao ser-lhe perguntado quantos dias após ter tido relações com um homem vai uma mulher em

⁴ Gr. ἐρώτησις e πῶμα, a que os latinos fizeram corresponder os termos e os conceitos de, respectivamente, *interrogatio* e *quaesitum*. Cf. Lausberg, *op. cit.*, § 770.

⁵ Gr. ἀπόφασις (de ἀποφάναι “negar”). Concordamos com a interpretação de Butts, *op. cit.*, p. 191. Reche Martínez, *op. cit.*, p. 107, interpreta como ἀπόφασις de ἀποφαίνειν.

estado de pureza ao Tesmofório, respondeu: ‘Com o seu próprio marido, imediatamente. Com outro homem, nunca’”.

[50] (iii) As de justificação de uma pergunta são aquelas que, para além da resposta à pergunta, contêm ainda alguma justificação, conselho ou alguma coisa do género; por exemplo: “Sócrates, ao ser-lhe perguntado se o rei dos Persas lhe parecia feliz, respondeu: ‘Não o posso afirmar, por não saber que grau de cultura tem ele’”.

[55] (iv) Responsivas são aquelas que não assentam nem em perguntas, nem em inquirições; contêm, porém, algum dito ao qual se refere a resposta. Por exemplo: “Certo dia, Platão, estando Diógenes a almoçar na praça pública e convidando-o a almoçar com ele, respondeu-lhe: ‘Diógenes, que agradável seria a tua hipocrisia, se não fosse hipócrita’”. Com efeito, nem Diógenes fez qualquer pergunta a Platão sobre assunto algum, nem Platão inquiriu alguma coisa dele. Pelo contrário, [60] um simplesmente convida o outro para almoçar. Não se trata, pois, de nenhuma das espécies.

Além destas, deve incluir-se também entre as crias de ditos uma outra espécie, chamada “dupla”. A cria dupla é aquela que contém enunciados de duas personagens, em que cada um deles constitui uma cria com uma só personagem; [65] por exemplo: “Alexandre, o rei dos Macedónios, parando diante de Diógenes, que dormia, disse:

Não deve dormir toda a noite um conselheiro.

Diógenes respondeu:

A quem o povo está confiado e que está tão cheio de cuidados”⁶.

[70] Assim já era uma cria, mesmo sem o acrescento da resposta.

⁶ Hom., *Il.* II, 24-25.

(2) As de acção são aquelas que, sem palavras, revelam alguma ideia. De entre elas, umas são (a) activas e outras (b) passivas. (a) Activas são as que mostram alguma actividade; por exemplo: “Diógenes, o filósofo cínico, ao ver um rapaz dado à glotonice, [75] bateu no pedagogo dele com o bastão”.

(b) Passivas são as que apontam para algo experimentado; por exemplo: “Dídimon, o flautista, ao ser surpreendido em adultério, foi enforcado pelo seu nome”⁷.

(3) As crias mistas, finalmente, são aquelas que conciliam a palavra e a acção, mas que têm na acção o seu valor; por exemplo: [80] “Pitágoras, o filósofo, ao ser-lhe perguntado qual a duração da vida humana, subiu ao quarto e olhou por um momento para dentro”, mostrando com isto a sua brevidade. Ou ainda: “Um lacónio, perguntando-lhe alguém onde têm os Lacedemónios as fronteiras da sua terra, apresentou a lança”. Estas são, em suma, as espécies de cria.

Podem exprimir-se dos seguintes modos: (1) aforisticamente; (2) [85] demonstrativamente; (3) com um dito de humor; (4) com um silogismo; (5) com um entimema; (6) com um exemplo; (7) com um desejo; (8) simbólica ou (9) figurativamente; (10) com ambiguidade; (11) com mudança de assunto⁸; (12) outras ainda [90] assentam na conjugação dos modos supramencionados.

(1) Aforisticamente; por exemplo: “Bíon, o sofista, dizia que o amor do dinheiro é a metrópole de todo o mal”.

(2) Demonstrativamente; por exemplo: “Isócrates, o retor, aconselhava os seus alunos a honrarem mais os professores do que os pais, pois [95] estes somente são responsáveis por eles estarem vivos, ao passo que os professores o são também por eles viverem com rectidão”. Efectivamente, Isócrates produziu o seu enunciado acompanhado de uma demonstração.

⁷ Jogo etimológico entre *Δίδυμον* e *δίδυμοι* “testículos”.

⁸ Gr. *μετάληψις*. Vertido em latim como *translatio*, este é um dos quatro *status causae* principais: como recurso de resposta e defesa à *actio*, isto é, à demanda de acusação no curso de um processo judicial, consiste em desviar o seu centro gravitacional de interesse e de debate para a impugnação da própria *actio*, destruindo os fundamentos de direito em que ela pretendia assentar. Cf. Lausberg, *op. cit.*, §§ 90 e 131. No fundo e em última análise, o esforço desenvolvido pela defesa em todos os *status* vem desembocar, como nota ainda Lausberg, *op. cit.*, § 197, numa *translatio*.

(3) Com um dito de humor; por exemplo: “Olímpias, ao ouvir dizer que seu filho Alexandre se declarava ele próprio filho de Zeus, disse: ‘Não cessará este sujeito [100] de me caluniar perante Hera?’”

(4) Silogisticamente; por exemplo: “Diógenes, o filósofo, ao ver um rapaz requintadamente aperaltado, disse: ‘Se fazes isso para os homens, és um desgraçado; se o fazes para as mulheres, és injusto’”.

(5) Entimematicamente; por exemplo: “Sócrates, o filósofo, [105] ao dizer-lhe um certo estudante de nome Apolodoro ‘Os Atenienses condenaram-te à morte injustamente’, respondeu, rindo-se: ‘Preferias então que eles me tivessem condenado justamente?’” De facto, é necessário que deduzamos⁹ que é realmente preferível ser condenado injusta do que justamente, e este ponto parece encontrar-se omissa na *Cria*, apesar de patente no seu sentido.

[110] (6) Com um exemplo; por exemplo: “Alexandre, o rei dos Macedónios, ao ser exortado pelos amigos a acumular riquezas, respondeu: ‘Nem a Creso isso aproveitou’”.

(7) Desiderativamente; por exemplo: “Dámon, um professor de ginástica coxo de ambos os pés, tendo-lhe sido roubados os sapatos, disse: ‘Oxalá sirvam [115] ao ladrão’”.

(8) Simbolicamente; por exemplo: “Alexandre, o rei dos Macedónios, ao ser-lhe perguntado por alguém onde tinha os seus tesouros, respondeu, mostrando os amigos: ‘Nestes’”.

(9) Figurativamente; por exemplo: “Platão, o filósofo, disse que [120] os rebentos da virtude crescem graças a suor e esforço”.

(10) Com ambiguidade; por exemplo: “Isócrates, o retor, ao matricular-se um rapazinho na sua escola e ao perguntar-lhe aquele que o matriculara do que iria ele precisar, respondeu: ‘Uma tabuinha KAINOU e um estilete novo’”. De facto, é duvidoso se ele diz “inteligência e uma tabuinha” ou “uma tabuinha [125] nova e um estilete novo”¹⁰.

⁹ Gr. προσενημεῖσθαι.

¹⁰ É um jogo de palavras entre καὶ νοῦ (“e inteligência”) e καινοῦ (“novo”). Também em V, 107-112 (vd. infra p. 103), ao tratar da ἀμφιβολία (“ambiguidade”) como defeito da narrativa, nota a duplicidade de interpretações que pode resultar da incapacidade de o autor delimitar e seccionar com segurança

(11) Com mudança de assunto, quando aquele que responde muda o conteúdo do assunto e da pergunta para outra coisa diferente. Por exemplo: “Pirro, o rei dos epirotas, estando algumas pessoas a discutir, enquanto tomavam um copo, qual seria o melhor flautista, se Antigénidas, se Sátiro, disse ‘Em minha opinião, [130] o melhor general é Polispércon’”.

(12) O modo que resulta da conjugação não é obscuro, pois ocorre sob as mais diversas formas. Compor-se-á, pois, da combinação, ou de um dito sentencioso com humor, ou de um exemplo simbólico, ou de uma ambiguidade e de uma mudança de assunto. Ou compor-se-á simplesmente de quantos outros modos se pode constituir uma conjugação, [135] reunindo-se dois ou até mais modos numa só cria. Por exemplo: “Diógenes, o filósofo cínico, ao ver um adolescente, filho de um adúltero, a atirar pedras, disse: ‘Pára, rapaz! Não vás, sem querer, acertar no teu pai!’ Este enunciado tem, em simultâneo, um carácter simbólico e humorístico.

Com as crias fazem-se também exercícios: (1) de recitação; (2) de [140] declinação; (3) de aprovação¹¹; (4) de objecção; também (5) expandimos e condensamos a cria; além destes, (6) refutamo-las e confirmamo-las.

unidades distintas, as palavras, no discurso que ouve, na dúvida de estar perante uma palavra única ou duas separadas. E, uma vez que os textos eram escritos em maiúsculas e em continuidade, sem quaisquer sinais que marcassem separação de palavras ou pontuação, a ambiguidade também era sentida na leitura.

¹¹ Gr. ἐπιφώνησις (III, 140) e infra ἐπιφώνεῖν (III, 200 e 204). Preferimos a versão “aprovação” para o substantivo e “aprovar” para o verbo às propostas de Butts, *op. cit.*, respectivamente: “comment” (p. 205), “to add a comment” (p. 211) e “to comment” (p. 213). M. Alexandre Júnior, *Importância da cria na cultura helenística*, Diss. compl. Dout., Lisboa, Faculdade de Letras, 1986, verte, respectivamente, por “comentário” (p. 69), “acrescentar” e “comentar” (p. 70) e Reche Martínez, *op. cit.*, por seu turno, prefere as versões literais “epifonesis” (p. 112) e “hacer la epifonesis” (p. 115 bis). Como Téon a descreve, trata-se, de facto e na sua essência, de uma operação retórica que consiste na aprovação da tese contida na cria sob a forma de um comentário sentencioso com base em três tropos e no testemunho de autoridade como argumento auxiliar (cf. infra III, 200-215 e o seu tratamento desenvolvido; vd. ainda M. Alexandre Júnior, *op. cit.*, pp. 17 e 20-21; Butts, *op. cit.*, pp. 211 e 213 nn. 25 e 26 ao presente capítulo; Ernesti, *op. cit.*, p. 132; Lausberg, *op. cit.*, §1119, 3). Também se aplica à narração (V, 388-426), procurando-se aí um efeito de *delectatio* dos auditores, especialmente se de forma discreta e entremeada na sequência da própria narração (V, 388-401). Esta operação apresenta ainda semelhanças com aquela que no exercício da fábula (IV, 83-99) é designada por ἐπιτέλειν “acrescentar um epílogo” (cf., além de Butts, *loc. cit.*, n. 25, C. Acosta González, *op. cit.*, pp. 316-317). É por outros teorizadores designada pelo termo cognato de ἐπιφώνημα, dito sentencioso e de carácter afectivo em epílogo ou conclusão ao enunciado básico e essencial de toda a composição argumentativa e narrativa em geral (cf. Lausberg, *op. cit.*, § 879). Assim o define Quintiliano, VIII, 5, 11: “est enim ἐπιφώνημα rei probatae summa acclamatio”. Ora a ἐπιφώνησις tem o seu reverso exactamente no τρόπος τῆς γυμνασίας mencionado e tratado de seguida (III, 216-223), a ἀντιλογία, objecção ou crítica da cria. Ora, se vertemos ἀντιλογία precisamente por “objecção”, sentimos a absoluta necessidade de uma versão para ἐπιφώνησις que desse conta dessa oposição, donde a opção tomada.

(1) A recitação é óbvia. Com efeito, nós tentamos, na medida do possível, por meio das mesmas palavras ou até de outras, [145] interpretar a cria citada da forma mais clara.

(2) A declinação tem vários aspectos. De facto, nós mudamos as personagens na cria nos três números. Não o fazemos, contudo, de forma simples, mas, por exemplo, do singular para o singular, para o dual e para o plural; noutro sentido, do dual para o singular, para o dual e para o plural; e ainda do plural para o singular, para [150] o dual e para o plural. Retomando, pois, uma cria proposta acima — “Isócrates, o retor, dizia que os estudantes bem dotados são filhos de deuses” —, declinamo-la do seguinte modo: do singular para o singular, por exemplo: “Isócrates, o retor, dizia que o estudante bem dotado é filho de deuses”; do dual para [155] o dual: “Os dois retores Isócrates diziam que os dois estudantes bem dotados são dois filhos de deuses”; do plural para o plural: “Os retores chamados Isócrates diziam que os estudantes bem dotados são filhos dos deuses”.

Torna-se evidente, a partir daqui, como a declinaremos também nos restantes modos. De facto, as crias são também convertidas nos cinco casos da declinação. [160] Porém, uma vez que, das crias, umas são de ditos, outras de acções, outras ainda um misto destas duas categorias, e que estas se repartem, por sua vez, noutras espécies, tentaremos explicar a declinação de cada uma delas com base num exemplo.

Pois bem, o caso recto¹² não suscita quaisquer dificuldades, visto que as crias são geralmente apresentadas neste caso.

[165] Quanto ao caso genitivo, declinamo-lo do seguinte modo: se se trata de uma cria de ditos, acrescentar-lhe-emos: “ocorre¹³ à memória o dito de...” ou “recorda-se o dito daquele que afirmou...”. Assim, quanto à primeira destas expressões, é apropriado colocá-la depois da recitação de toda a cria; por exemplo: “De Isócrates, o retor, ao dizer que os estudantes bem dotados [170] são filhos de deuses, nos ocorre à memória o

¹² Gr. ἡ ὁρθή πᾶσις, sc. ἡ ὀνομαστική ou “nominativo”.

¹³ Gr. ἔτυχε.

dito”¹⁴. Mas quanto à segunda, é apropriado colocá-la no centro da cria e a preceder o enunciado; por exemplo: “De Pítaco de Mitilene, ao ser-lhe perguntado se passa despercebido aos deuses alguém que cometa um acto vergonhoso, se recorda o dito, afirmando ele: ‘Não, nem sequer ao meditar nele’”.

A expressão “recordam-se as palavras...” é mais apropriada a todas [175] as crias de ditos, com excepção daquela que tem a forma de uma enunciação voluntária. Mais apropriada a esta é, com efeito, a expressão “ocorre à memória o dito...”.

Se se trata, porém, de uma cria de acções, deve acrescentar-se: no caso de ser passiva, “ocorre à memória o evento de...”; no caso de ser activa, “recorda-se o acto de...”. O mesmo princípio também se aplica nas crias mistas. Deve acrescentar-se, contudo, no fim [180] das crias cada uma destas expressões. Por exemplo: “De Dídimon, o flautista, que foi surpreendido em adultério e enforcado pelo seu nome, ocorre à memória o evento”. E também: “De Diógenes, o filósofo cínico, que viu um rapaz dado à glotonice e bateu no pedagogo deste, se recorda o acto”.

[185] No caso dativo, em todas as crias excepto na passiva, acrescentaremos as expressões “aprouve-lhe...”, ou “foi para ele evidente...”, ou “veio-lhe à ideia...”, ou ainda “ocorreu-lhe...”, ou qualquer outra do género. Por exemplo: “A Diógenes, o filósofo cínico, ao ver um rapaz mas inculto, aprouve dizer: ‘Este não passa de lixo vestido de prata’”. Na cria passiva acrescentaremos a expressão “sucedeu-lhe...”. Por exemplo: [190] “A Dídimon, o flautista, que foi surpreendido em adultério, sucedeu ser enforcado pelo seu nome”.

No caso acusativo, acrescentaremos geralmente a todas as crias as palavras “dizem...” ou “afirma-se...”. Por exemplo: “Dizem [195] (ou afirma-se) que Diógenes, o filósofo cínico, ao ver um rapaz rico mas inculto, afirmou: ‘Este não passa de lixo vestido de prata’”.

¹⁴ *Data uenia* a uma máxima fidelidade ao original, o que aqui estamos visivelmente a fazer é torcer um tanto a sintaxe portuguesa, dada a sua extrema rigidez de ordenação SVO, por comparação com a grega, de flexível ordenação SOV.

O caso vocativo é claro. Efectivamente, dirigiremos o dito à personagem que está perante nós, à qual a cria é atribuída. Por exemplo: “Ó Diógenes, filósofo cínico, ao veres um rapaz rico mas inculto, tu disseste: ‘Este não passa de lixo vestido de prata’”.

[200] (3) É também possível, anuindo ao que foi dito de forma apropriada e concisa por meio da cria, aprová-la ou como verdadeiro, como nobre ou como conveniente¹⁵, ou que esse mesmo foi o parecer também de outros homens de reputação. Por exemplo: “Eurípides, o poeta, disse que a mente de cada um de nós é um deus”¹⁶. Aprová-lo-emos com base [205] na verdade, do seguinte modo: “De facto, a mente é em cada um de nós realmente um deus, incitando-nos no sentido do que é conveniente e afastando-nos das coisas nocivas”. Com base na nobreza, do seguinte modo: “Nobre é, com efeito, cada um estimar que deus existe, não no ouro ou na prata, mas dentro de si próprio”. Com base na conveniência, do seguinte modo: “Para que, ao julgarmos que o castigo é protelado por muito tempo, não tenhamos grande [210] apetência para o crime”. Com base no testemunho de homens bem reputados, sempre que dissermos que um sábio, um legislador, um poeta ou qualquer outra pessoa célebre tem uma opinião concordante com o dito. Por exemplo, em relação à cria proposta acima, diremos:

é o pensamento dos homens terrestres
como o dia que traz o pai dos homens e dos deuses¹⁷ [215]

(4) Apresentamos objecção às crias com base nos pontos de vista contrários, como em relação a Isócrates, ao dizer que “se deve honrar mais os professores do que os pais, pois estes legaram-nos o estarmos vivos, mas os professores o vivermos com rectidão. Assim, em objecção, dizemos que “não seria possível viver com rectidão, [220] se os nossos pais não nos tivessem legado o estarmos vivos”. É, contudo, preciso que se esteja ciente que não se podem objectar todas as crias, uma vez que muitas foram

¹⁵ Gr. ἀληθές, καλόν e συμφέρον.

¹⁶ A. Nauck (ed.), *Tragicorum Graecorum Fragmenta*, Lipsia, 1889, frg. 1018.

¹⁷ *Od.* XVIII, 136-137, já citados por Téon em I, 107-108 (cf. *supra* p. 67).

expressas de forma correcta e inequívoca. Do mesmo modo, não é possível tecer o elogio de todas, em virtude de algumas caírem de imediato no absurdo.

(5) Expandimos a cria quando ampliamos as perguntas [225] e respostas nela contidas, ou qualquer acção ou experiência que nela haja. Condensamos quando procedemos à operação oposta. Por exemplo, eis uma cria concisa: “Epaminondas, ao falecer sem descendência, disse aos seus amigos: “Deixei duas filhas — uma vitória em Leuctros e outra em Mantinea”. Mas podemos expandi-la do seguinte modo: [230] “Epaminondas, o general tebano, era, com efeito, um excelente homem em tempo de paz, e, quando sobreveio a guerra da sua pátria contra os Lacedemónios, deu muitas e brilhantes mostras de grandeza de espírito. Como beotarca¹⁸ em Leuctros, derrotou os inimigos e, quando servia em campanha e combatia pela pátria, caiu morto em [235] Mantinea. Como, ferido de morte, a sua vida chegasse ao fim, lamentando os amigos, entre outras coisas, que ele falecesse sem descendência, disse, com um sorriso: “Parem de chorar, camaradas, pois eu acabo de vos deixar por herança duas filhas imortais: São as duas vitórias da nossa pátria sobre os Lacedemónios: uma, a mais velha, em Leuctros; a mais nova, esta que me [240] acaba de nascer em Mantinea”.

(6) É ainda necessário refutar as crias: (a) com base na obscuridade, (b) no excesso, (c) na carência, (d) na impossibilidade, (e) na incredibilidade, (f) na falsidade, (g) na inconveniência, (h) na inutilidade e (i) na ignomínia.

[245] (a) Com base na obscuridade: como se dissermos que Isócrates não especificou claramente do que precisava o rapaz que se veio matricular na sua escola para um curso de retórica. Temos um caso similar na cria do flautista Dídimon, pois não é claro para toda a gente o que quer dizer “ele foi enforcado pelo seu nome”.

(b) Com base no excesso, sempre que se diz algo que, [250] ainda que seja suprimido, nem por isso se afecta a cria na sua essência. Por exemplo: “Sócrates, o filósofo, ao ser-lhe perguntado se o rei dos Persas lhe parecia feliz, respondeu: ‘Não o posso afirmar, por não saber que grau de cultura tem ele’”. Efectivamente, ele pecou

¹⁸ Título conferido aos chefes e militares da liga dos estados confederados da Beócia, sob a presidência de Tebas.

por excesso, não só ao responder à pergunta, mas também ao expor o motivo para a sua resposta sem esperar para ver se o seu interlocutor [255] teria outra pergunta a colocarlhe. Isto não era próprio de Sócrates, que era um homem da dialéctica.

(c) Com base na carência, quando demonstramos que Demóstenes não falou correctamente, ao afirmar que a retórica não passa de encenação¹⁹. Efectivamente, necessitamos, para ela, também de muitas outras coisas.

(d) Com base na impossibilidade, como se disséssemos, em relação a Isócrates, que [260] não é possível que os homens sejam filhos de deuses, nem mesmo quando são bem dotados.

(e) Com base na inverosimilhança, porque não é provável que Antístenes, ático que era, ao chegar à Lacedemónia proveniente de Atenas, tenha dito que vinha do aposento das mulheres para o dos homens.

(f) Com base na falsidade, porque, contrariamente à verdade, Bión disse que [265] o amor do dinheiro é a metrópole do mal. De facto, é-o muito mais a intemperança.

(g) Com base na inconveniência, porque é nocivo que Simónides aconselhe a que se goze durante a vida e não se tenha a menor preocupação com nada

(h) Com base na inutilidade, na medida em que o dito em nada se apresente [270] útil para a vida.

(i) Com base na ignomínia, sempre que afirmarmos que a cria é vergonhosa e repreensível. Por exemplo: “Um sibarita, ao ver que os Lacedemónios levavam uma vida de sacrifícios, disse que não era caso para admiração eles não temerem a morte nas suas guerras, pois a morte [275] é melhor do que uma tal vida”. De facto, ele produziu um enunciado bastante efeminado e de um modo nada próprio de um carácter masculino.

É, em suma, com base nestes lugares que se deve refutar.

Para cada uma das partes da cria, contudo, a começar pelas primeiras, é necessário argumentar com base no maior número de lugares possível (não devemos, pois,

¹⁹ Gr. *υπόκρισις*.

esquecer-nos de que não é possível argumentar em todas [280] com base em todos os lugares). Quanto à ordenação dos argumentos, estabelecê-la-emos, evidentemente, da mesma forma que formos expondo os lugares (Poderão ser os mesmos os utilizados também para a refutação e confirmação de máximas).

Quanto aos estudantes mais avançados, é conveniente tomar as fontes da argumentação também daquelas que serão apresentadas no capítulo dedicado às teses. O proêmio [285] não deve ter uma forma tal que se adapte a outras crias, antes deve ser exclusivo daquela que lhe está subjacente. Isto aplicar-se-á na perfeição à cria, à fábula e a todos os demais exercícios, de cada vez que tomarmos de uma ou duas das partes principais as fontes da argumentação dos proêmios. Depois do proêmio, dever-se-á expor a própria cria; de seguida, pela sua ordem, [290] as argumentações. Nessa altura, é necessário fazer-se uso também de amplificações, digressões e caracterizações sempre for possível.

CAPÍTULO IV

Da fábula

Fábula é um relato falso que representa uma verdade. É necessário que se fique a saber que a presente investigação não se centra sobre todas as fábulas, mas apenas sobre aquelas às quais acrescentamos como epílogo, após a respectiva exposição, o dito aforístico¹, relativamente ao qual ela é uma representação. Há, [5] contudo, ocasiões em que, depois de proferirmos a fábula, acrescentamos as fábulas².

Designam-se por “esópicas” e “líbias”, ou “sibaríticas”; “frígias”, “cilícias”, “cárias”, “egípcias” e “cíprias”. Entre todas elas, há apenas uma diferença a opô-las: o elemento que se antepõe a elas e que especifica cada género particular. Por exemplo: “Esopo [10] disse...”, ou “Um lídio...”, “Um sibarita...”, “Uma mulher cípria...”, e do mesmo modo nas demais. Quando não existe nenhuma informação adicional que assinale o género, geralmente designamos tal por “esópica”.

Aqueles que afirmam que as fábulas compostas sobre animais irracionais são de um tipo e as compostas sobre seres humanos de outro, que umas [15] são impossíveis e as outras possíveis, sustentam, a meu ver, opinião simplista, pois entre todas as referidas acima coexistem todos os tipos.

Têm o nome de “esópicas” em geral, não porque Esopo tenha sido o criador das fábulas (efectivamente, Homero, Hesíodo, Arquíloco [20] e alguns outros, que são anteriores a ele, parecem conhecê-las; até mesmo Cónis, o cilício, Turo, o sibarita, e

¹ Gr. λόγος, cf. infra IV, 84 definido como λόγος γνώμικος, o dito de carácter sentencioso no qual se encerra o ensinamento moral e ético que se pode induzir a partir do texto da fábula.

² A moralidade pode colocar-se em epílogo da fábula, como sua síntese justificativa, recebendo portanto a designação de ἐπιμύθιον. A partir de cada fábula é possível formular um sem-número de ἐπιμύθια, em função das ilações de carácter ético que o escritor ou orador pretenda dela extrair. Pode, pelo contrário, precedê-la, como um sumário de ideias e noções éticas que o escritor ou orador deseja expressar e ilustrar, de forma eloquente, por meio da selecção de uma ou mais fábulas de entre um repertório. Neste último caso, denomina-se προμύθιον. Na época de Téon, ao que parece, era mais habitual usar a moralidade como epílogo. Cf. infra IV, 83-99 o desenvolvimento deste quinto τρόπος τῆς γυμνασίας do μῦθος.

Cibisso da Líbia, são mencionados por alguns como autores de fábulas), mas porque Esopo fez uso delas com maior abundância e na perfeição, tal como há um metro “aristofânico”, outro “sáfico”, outro “alcaico” (e [25] assim cada um retira o seu nome daquele que o usou), não por estes poetas terem sido os únicos ou os primeiros a criar estes metros, mas porque fizeram uso deles por inúmeras vezes³

Entre os antigos poetas, uns atribuem-lhe de preferência o nome de “contos”⁴, outros o de “fábulas”. Mas os escritores de prosa, sobretudo, exageram [30] ao chamá-lhes “relatos”, em vez de “fábulas”, donde apelidam Esopo de “relator”⁵ (Platão, no seu diálogo sobre a alma⁶, chama-lhes umas vezes “fábula” e outras “relato”). Atribui-se-lhe o nome de “fábula”, como se se tratasse de um tipo de “relato”, uma vez que os antigos chamavam “contar fábulas” ao “relatar”⁷; e de “conto”, porque compreende também [35] uma espécie de exortação moral⁸, pois a totalidade do assunto orienta-se para um conselho útil. Actualmente, no entanto, alguns chamam “contos” às adivinhas⁹.

E o exercício consiste no seguinte: (1) recitamos a fábula; (2) declinamo-la, (3) ligamo-la a uma narração e (4) expandimo-la e condensamo-la; pode (5) também acrescentar-se-lhe como epílogo [40] algum dito, combinar-se com ele uma fábula apropriada; e, além disto, (6) refutamo-la e confirmamo-la.

(1) Em que consiste a recitação já o mostrámos no capítulo *Da cria*. Em relação às fábulas, porém, a expressão deve ser mais simples, [45] naturalmente adequada e, quanto possível, desprovida de artifício e clara. Por este motivo, deve previamente estudar-se com profundidade quantas fábulas for possível encontrar entre os antigos recitadas desta

³ Gr. ἐπὶ τὸ πλεῖστον.

⁴ Gr. αἶνοι.

⁵ Gr. λόγος e λογοποιός: aceitamos, ainda que com reservas, a versão de Reche Martínez, *op. cit.*, p. 74, como feliz. Uma versão por “narrativa” ou “narração” seria, obviamente, de evitar, porque as reservamos exclusivamente para os termos gregos, respectivamente, de διήγημα e διήγησις (vd. *passim* e infra cap. V, p. 99 n.1)

⁶ Trata-se, provavelmente, do *Fédon*; cf. 60c sobre μῦθος e 60d sobre λόγος, referindo-se precisamente a Esopo. Para Butts, *op. cit.*, p. 261 n. 9 à tradução do presente capítulo, esta observação em parêntese poderá não ser original de Téon, mas uma nota, um comentário marginal do copista ao texto que lia.

⁷ Gr. μυθεῖσθαι e λέγειν.

⁸ A justificação para o nome de αἶνος ou “conto” assenta na sua relação etimológica com παραινέσις ou “exortação moral”.

⁹ Gr. αἰνίγματα.

maneira. É útil também, depois de recitada uma fábula inteira, que o estudante se habitue a começar com elegância pelas fábulas, como Hesíodo:

Assim falou o falcão ao rouxinol de pescoço malhado. [50]

pois, com base no que diz de seguida:

Insensato é aquele que se quer comparar aos mais fortes¹⁰,

mostra-se que o rouxinol rivalizava de facto com o falcão e que, depois, enfurecendo-se e capturando-o, o falcão lhe dirigiu estas palavras desta maneira.

[55] (2) Deve declinar-se do mesmo modo que a cria, nos números e nos casos oblíquos¹¹. Devemos sobretudo praticar no acusativo, porque também os antigos recitaram a maior parte das fábulas sob esta forma, e bastante correctamente, como disse Aristóteles¹², pois não falam com base na mesma pessoa, antes a atribuem [60] ao passado para disfarçar a aparência de proferir coisas impossíveis.

Não é, porém, necessário respeitar constantemente, como a uma lei de carácter compulsório, o acordo do caso avançado no início. Pelo contrário, dever-se-á também introduzir ocasionalmente o uso de uma modalidade mista, como avançar de início um caso e converter para outro o que vem a seguir, pois também esta variedade [65] é muito agradável. Tal é a fábula que encontra no socrático Fédon, no seu *Zópiro*, pois tem o início o acusativo: “Dizem, pois, ó Sócrates, que o filho mais novo do rei recebeu como presente uma cria de leão”. Mas, um pouco adiante, muda para o caso recto¹³, do seguinte modo: “E parece-me que o leão, [70] como fora irmão de criação do rapaz,

¹⁰ *Op.*, 203 e 210.

¹¹ Gr. αἱ πλάγιοι πτώσεις.

¹² Não se conhece a referência a que Téon alude, pois Aristóteles, ao tratar da fábula (*Rhet.*, II, 20), não faz qualquer observação deste género.

¹³ Gr. ἡ ἐβόη [sc. πτωσις] ou “nominativo”. Cf. supra III, 163 ἡ ὁρθή πτωσις.

quando este era já um adolescente, o acompanhava para onde quer que fosse, de sorte que os persas diziam que ele amava o rapaz”, e por aí adiante.

(3) Ligamo-la do seguinte modo: depois de expormos a fábula, acrescentamos a narração como é conveniente; ou vice versa: a narração [75] primeiro e a fábula de seguida. Por exemplo, ao imaginar que “um camelo, com o desejo de possuir cornos, ficou privado até das orelhas”. Depois de proferirmos isto, acrescentaremos á narração da seguinte maneira: “A meu ver, sucedeu algo de semelhante ao lídio Creso¹⁴”, e de seguida a narração completa sobre ele.

[80] (4) Expandimos ampliando as prosopopeias contidas nas fábulas e descrevendo um rio ou alguma coisa do género. Procedendo do modo inverso, estamos a condensar.

(5) Pode acrescentar-se-lhe um epílogo do seguinte modo: quando, dita a fábula, intentamos introduzir um dito aforístico apropriado a ela; por exemplo:

[85] Um cão, que transportava um pedaço de carne ao longo da margem de um rio e vira o seu reflexo na água, julgando que era outro cão com um pedaço de carne maior, largou o que tinha e, lançando-se ao rio para apanhar o outro, afogou-se.

[90] Acrescentaremos o dito do seguinte modo: “Muitas vezes, pois, aqueles que anseiam por coisas grandes perdem-se a si próprios, além de perderem o que possuem”. Poderá haver também vários epílogos para uma única fábula, quando tomamos as nossas fontes de cada um dos factos expostos na fábula; ou vice versa: haver para um único epílogo um grande número de fábulas que o representem. [95] De facto, ao apresentarmos o sentido denotativo¹⁵ do epílogo, ordenaremos aos jovens que imaginem uma fábula que seja apropriada ao assunto proposto. E facilmente se tornarão

¹⁴ Como relata Heródoto (I, 6, 53-86), Cresos, o célebre rei da Lídia e paradigma da riqueza e depois de ser já senhor de grandes domínios, ambicionou também subjugar a Pérsia, na qual reinava então Ciro, o Grande. Consultando o oráculo de Delfos a este propósito, obteve a resposta de que, se o tentasse fazer, destruiria uma grande império. Interpretou-a, porém, erroneamente, confiando que tal grande império era o de Ciro, e foi por este vencido e feito prisioneiro, ficando assim a Lídia, antes uma importante potência da região, reduzida a província do império persa. O império destruído por Cresos era, pois, o seu próprio, o lídio.

¹⁵ Gr. ἡ ἀπλῆ [lit. “simples, elementar”] δύναμις. No domínio do léxico, chama-se δύναμις (em latim *uis*) ao significado ou sentido da palavra (cf. Lausberg, *op. cit.*, §§ 108 e 650). Já em III, 108, p. 83, vertemos por δύναμις por “sentido”.

capazes de o fazer quando estiverem impregnados de muitas fábulas, tendo recolhido umas das obras antigas, outras tendo-as eles também simplesmente ouvido, outras ainda tendo-as imaginado por si próprios.

[100] (6) Refutamo-la e confirmamo-la deste modo: uma vez que o próprio autor de fábulas assuma que escreve coisas falsas e impossíveis (porém verosímeis e úteis), deve-se refutá-las mostrando que se afirmam coisas inverosímeis e sem proveito. Deve-se confirmá-las com base nos contrários, pois estes são os tópicos principais¹⁶ nos quais [105] convergem os particulares.

Assim, pois, é preciso que o proémio esteja em consonância com a fábula. A seguir ao proémio, deve-se expor a fábula; algumas vezes, porém, deve-se deixá-lo de lado, da mesma forma que, num discurso, nem sempre é necessário narrar. É necessário, de seguida, passar à argumentação e refutar [110] cada uma das afirmações nas suas partes, começando pelas primeiras, e procurando, para cada parte da fábula, dispor em abundância de argumentos em cada lugar. Devem tomar-se os argumentos dos seguintes lugares: (1) da obscuridade, (2) da inverosimilhança, (3) da impropriedade, (4) da carência, (5) do excesso, (7) da [115] novidade, (8) da ordenação, (9) da inconveniência, (10) da dissemelhança, (11) da falsidade.

Assim, pois, (1) a obscuridade origina-se seja em virtude de uma única palavra, seja de várias: em virtude de uma única, quando se utilizam palavras, quer fora de uso, quer de forma ambígua; em virtude de várias, quando é possível, sem haver qualquer [120] acrescento ou supressão, apreender a afirmação de várias maneiras. Por exemplo:

Eu te fiz escravo sendo livre.

¹⁶ Gr. τὰ ἀνώτατα κεφάλαια.

De facto, não é claro se fez dele livre em lugar de escravo, ou escravo em lugar de livre¹⁷. Com maior acrimónia se falará da clareza um pouco mais adiante, [125] no capítulo *Da narração*.

(2) A inverosimilhança é o que pode ter sucedido ou sido dito, sendo todavia duvidoso que tenha sucedido ou sido dito quer devido à personagem à qual se atribui o acto ou o dito, quer devido ao lugar no qual se diz ter sucedido ou ter sido dito, ao período de tempo durante o qual se diz [130] ter sucedido ou ter sido dito, ao modo da acção e do dito, ou ainda ao motivo dos mesmos, pois afirmamos que não é provável que tal indivíduo tenha feito ou dito algo assim nesse lugar, durante esse tempo, desse modo ou devido a esse motivo.

[135] (3) Idêntico raciocínio se aplica também à impropriedade.

(4) A carência e (5) o excesso têm assento quando se omite alguma coisa do que poderia ser dito ou se diz¹⁸ alguma coisa sem nenhum valor; por exemplo: uma personagem, um acto, um tempo, uma forma, um lugar, um motivo ou algo do género.

[140] (6) A novidade é o que se diz contrário à história tida por fiável ou às opiniões comuns; por exemplo: se se dissesse que os seres humanos não foram modelados por Prometeu, mas por algum outro deus, ou que o burro é inteligente e a raposa desprovida de entendimento.

[145] (7) O lugar baseado na contradição é tal: quando mostramos que o próprio autor de fábulas se encontra em contradição consigo mesmo. Não se deve recorrer a ele no início, mas quando refutamos algum ponto intermédio ou final, e de seguida demonstramos que ele se opõe ao que fora dito atrás.

¹⁷ Gr. ἐγὼ σε ἔθηκα δοῦλον ὄντα ἐλεύθερον. É uma ambiguidade de natureza sintáctica, que uma leitura sem pontuação favorece. Parece, de facto, duvidoso se o particípio ὄντα modifica δοῦλον ou ἐλεύθερον, pelo que as duas leituras, diametralmente opostas, poderão ser: (1) ἐγὼ σε ἔθηκα, δοῦλον ὄντα, ἐλεύθερον “eu fiz de ti um homem livre, sendo tu um escravo”; (2) ἐγὼ σε ἔθηκα δοῦλον, ὄντα ἐλεύθερον “eu fiz de ti um escravo, sendo tu um homem livre”. A interpretação (1) parece ser a mais plausível, uma vez que, como nota Butts, *op. cit.*, p. 273 n. 9 à tradução do presente capítulo, o particípio de εἶναι segue, geralmente, o substantivo que modifica; porém, nem sempre, pois, de outro modo — acrescentamos nós —, não haveria qualquer ambiguidade que Téon pudesse aqui assinalar. Julgamos, com a versão não pontuada por que optámos, ter logrado o mesmo efeito de equívocidade da frase.

¹⁸ Gr. παραλίπη ἢ εἴποι “omite ou diz”: é incompreensível a mudança do conjuntivo para o optativo nos dois membros da frase absolutamente paralelos, ligados pela conjunção ἢ “ou”.

[150] (8) Segundo a ordenação, porém, argumentaremos provando que os pontos que deveriam ter sido expostos de início não foram recitados entre os primeiros, e que aqueles que o deveriam ter sido no fim se encontram noutra local; e, em suma, provando, o melhor que nos for possível, que cada ponto foi exposto contra a ordem apropriada.

(9) Por seu turno, o lugar com base na inconveniência é claro. [155] Delé faremos uso sobretudo na refutação do epílogo.

Mas os lugares baseados base na dissemelhança e na falsidade apenas servem como refutativos do epílogo.

(10) Com base na dissemelhança, quando o conteúdo da fábula em nada se adequam ao epílogo, ou pelo menos não a todo ele.

[160] (11) Com base na falsidade, quando nem todas as vezes sucede, como disse o autor da fábula, que aqueles que anseiam por coisas grandes ficam privados também daquilo que possuem. Efectivamente, isto nem sempre é verdadeiro. E confirmaremos com base nos lugares contrários.

É necessário recapitular quando há muitas e fortes [165] refutações e confirmações, visto que, quando são em pequeno número e frágeis, não se deve proceder à recapitulação¹⁹. Servir-nos-emos então também da depreciação²⁰, de amplificações e diminuições²¹, da digressão, de caracterizações²² e, em suma, de todas as formas

¹⁹ Gr. ἀνακεφαλαιοῦσθαι e ἀνακεφαλαιώσεις (latim *recapitulatio*), cf. Lausberg, *op. cit.*, §§ 434-435, é uma operação retórica em que se retomam as grandes linhas de força da argumentação, sumariando-as e concentrando-as na peroração, um momento em que o espírito dos auditores se encontra especialmente atento e receptivo, fazendo penetrar nele tudo aquilo que é de facto relevante no problema e sobre que importa reflectir e aprovar.

²⁰ Gr. διασύρειν. Bolognesi, “La traduzione armena...”, p. 123, censura a tradução que lhe dá o tradutor arménio por “schernire”, propondo em alternativa “allungare”. Seria assim sinónimo de αὐξάνειν e de αὐξήσις como procedimento técnico, opondo-se a μείωσις. Com a tradutora espanhola Reche Martínez, *op. cit.*, p. 80 n. 104, pensamos que, pelo contrário, a interpretação do tradutor arménio está correcta, pelas razões que já antes apontámos e que se prendem com a finalidade deste procedimento, isto é, “extenuandae rei causa”: cf. supra cap. I, 38, p. 64 n. 6. Como também foi notado, opõe-se deste modo a αὐξήσις, “amplificação” entendida como procedimento afectivo de engrandecimento de alguma coisa. Em simultâneo, opor-se-ia também, como nota Reche Martínez, *loc. cit.*, a μείωσις, pois esta não deixa de ser uma amplificação, porém em sentido diverso, isto é, o de aminorar afectivamente essa mesma coisa (cf. Lausberg, *op. cit.*, § 259).

²¹ Gr. μείωσις.

²² Seguimos aqui a lição ῥῆσις de Spengel, *op. cit.*, 78, 9, que é também a da tradição manuscrita, por a ῥῆσις, estabelecida por Scheffer e adoptada também por Butts, ser inconsequente. Cf. a este respeito supra Estudo Introd. III 2. B. pp. 56 sq..

específicas de composição, pois, como já dissemos, em pouco difere este exercício do discurso forense. [170] E os mesmos lugares são também úteis, quer para a refutação, quer para a confirmação das narrações.

CAPÍTULO V

Da narração

Narração¹ é uma composição expositiva de factos sucedidos ou como se tivessem sucedido².

Os elementos³ da narrativa são seis: (1) a personagem, [5] seja uma única ou sejam várias; (2) o acto realizado⁴ pela personagem; (3) o lugar em que teve assento a acção; (4) o tempo durante o qual a acção foi levada a cabo; (5) o modo da acção; e, em sexto, (6) o motivo de tudo isto. Sendo estes os principais elementos que uma narração completa compreende, compõe-se de todos eles e ainda [10] dos relacionados com eles. Está, porém, incompleta se lhe falta algum deles.

¹ Gr. διήγημα e διήγησις. Como notado no capítulo introdutório (cf. supra I, 27-29 n. 4), Téon usa o segundo termo para se referir ao exercício preparatório e o primeiro para designar a parte do discurso em que se expõem os factos, a narração propriamente dita. É, contudo, uma distinção terminológica que ele próprio não faz, registando-a simplesmente em outros retores: a "chamada narração" (τὸ καλούμενον διήγημα). No presente capítulo, parece mesmo utilizar indistintamente um e outro termos. Será Hermógenes (p. 4, 9-15) — e, por influência deste e quase *ipsis verbis*, Aftónio (p. 2, 16-18) — a distinguir claramente um do outro. A diferença assentará na extensão: o διήγημα é uma composição breve e sobre um facto único, por oposição à διήγησις, mais extensa, complexa e tratando de um maior número de factos. Com base ainda no mesmo critério, Téon (*loc. cit.* do capítulo introdutório) agrupa ambos os conceitos no mesmo pólo, opondo-os à ιστορία, a que chama um σύστημα διηγήσεως, uma "compilação" ou sucessão de "narrativas", possuindo, portanto, maior extensão. Para Hermógenes (*loc. cit.*), porém, toda uma ιστορία, como a de Heródoto ou a de Tucídides, seria uma διήγησις, composta de vários pequenos episódios (διηγήματα), tais como o de Aríon e de Alcmeón (respectivamente I, 23-24 e II, 102). Idêntica distinção é válida para o discurso poético, ainda segundo estes dois retores: o διήγημα está para o ποίημα ("poema") como a διήγησις para a ποίησις ("poesia"), pelo que ποιήσεις seriam a totalidade da *Ilíada* ou da *Odisseia*, ao passo que ποίηματα seriam os episódios da fabricação do escudo de Aquiles, da catábase ou da matança dos pretendentes (respectivamente *Il.* XVIII e *Od.* XI e XII). Apesar de Téon não os distinguir, optámos sistematicamente, porém, por uma versão diferenciada para cada termo: "narração" para διήγημα e "narrativa" para διήγησις. Butts, que verte ambos por "narrative" (cf. n. 2 à sua tradução do cap. V). Reche Martínez, por seu turno, opta também por uma versão sistematicamente distintiva, respectivamente por "relato" e "narración" (cf. *passim*).

² Gr. πράγματα γεγονότα ἢ ὡς γεγονότα, isto é, factos verídicos, comprovados historicamente, por um lado, ou ficcionais, inventados, mas considerados como verosímeis, por outro. Recordamos que a fábula (vd. supra cap. anterior) é uma composição de carácter ficcional por essência. Cf. as definições de Hermógenes (p. 4, 6-8) e de Aftónio (p. 2, 14-15), ou ainda as de Cícero (*Inv. Rhet.* I, 19, 27) e de Quintiliano (IV, 2, 31) sobre a *narratio*, o termo latino correspondente a διήγημα e a διήγησις.

³ Gr. στοιχεῖα.

⁴ Jogo etimológico τὸ πρᾶγμα τὸ πράχθεν.

(1) Estão associados à personagem: ascendência, natureza, educação, disposição, idade, sorte, propósito, acção, linguagem, morte e o que vem depois da morte.

[15] (2) Estão associados ao acto: se é grande ou pequeno, perigoso ou sem perigo, possível ou impossível, fácil ou difícil, necessário ou desnecessário, conveniente ou inconveniente, justo ou injusto, reputado ou sem reputação.

(3) Acompanham o tempo: o pretérito, o presente [20] e o futuro; o que sucede em primeiro lugar, em segundo e por aí adiante; o que interessa para a vida do nosso tempo ou para a de outrora; sobretudo, os dias feriados que os homens estabelecem, em comunidade ou em privado; de seguida, se o acto teve assento no Inverno ou na Primavera, no Verão ou no Outono, se de noite ou durante o dia, se numa sessão de assembleia, num cortejo ou numa festividade, ou [25] ainda se num casamento, num encontro de amigos, durante um luto ou em semelhantes circunstâncias da vida.

(4) Estão associados ao lugar: extensão, distância, se se trata de uma cidade ou de um país vizinhos; se o lugar é sagrado ou profano, propriedade própria ou alheia, ermo ou habitado, protegido ou vulnerável, plano [30] ou montanhoso, seco ou húmido, sem vegetação ou arborizado, e todas as considerações do género.

(5) Estão associados ao modo: se foi praticado involuntária ou voluntariamente. Cada um divide-se em três: o involuntário em desconhecimento, sorte e necessidade; o voluntário teve assento ou pela força, ou em segredo ou por dolo.

[35] (6) Acompanham o motivo das acções: se teve assento por virtude da aquisição de bens ou por causa da remissão de uma desgraça, por amizade, por uma mulher, por causa dos filhos ou devido aos estados de espírito⁵ (amor, ódio, inveja, embriaguez e as que se assemelham a estas).

As qualidades da narrativa são três: (A) clareza, (B) concisão e [40] (C) verosimilhança⁶. Por conseguinte, acima de tudo, a narrativa deve, se for possível,

⁵ Gr. πάθη. Como nota Butts, *op. cit.*, p. 295 n. 16, não se compreende a inclusão da embriaguez entre as "emoções". Por esse motivo, vertemos por "estados de espírito".

⁶ Gr. σαφήνεια, συντομία e πιθανότης; cf. Aftónio (3, 3-4), que lhe acrescenta uma quarta: a correcção da língua e do estilo (ἐλληνισμός, *latintas* entre os latinos). Durante os cerca de dois milénios de pujança da tradição da retórica literária, estas três qualidades constituíram sem dúvida o seu "standard triumvirate" (Butts, *op. cit.*, p. 297 n. 17).

possuir todas as qualidades. Mas se isso for inexecutável, a concisão não deverá de modo algum ser incompatível com a clareza e a verosimilhança. Deve visar-se o que é mais premente. Por exemplo: se a questão é árida por natureza, devemos procurar a clareza [45] e a verosimilhança. Se, porém, for simples e não muito complexa, devemos procurar a concisão e a verosimilhança. É necessário, com efeito, guardar sempre o verosímil na narrativa, pois esta qualidade é especialmente característica dela. E se não se encontra presente nela, quanto mais clara e concisa for, tanto mais indigna de crédito ela se apresenta para os auditores. Mas se a questão [50] for verosímil por natureza, deve recorrer-se, em certa medida, à concisão, mas principalmente a tudo o que prepara o assunto em causa e o conduz no sentido da verosimilhança.

Devemos ainda narrar do modo mais conciso o que for susceptível de perturbar os auditores, como Homero: "Jaz Pátroclo"⁷. Pelo contrário, devemos deter-nos nas coisas agradáveis, tal como o mesmo poeta pôs Ulisses, com grande pormenor e precisão, a narrar aos feaces, que eram [55] amantes de fábulas, as suas próprias aventuras.

(A) A narrativa torna-se clara por duas vias: com base (1) nos próprios assuntos recitados e (2) no estilo da recitação dos factos.

[60] (1) Assim, com base nos próprios assuntos: (a) quando os assuntos expostos não se afastam do entendimento geral, por exemplo: os da dialéctica e da geometria; ou (b) quando não se narram muitos sucessos em simultâneo, antes se leva por diante cada um por sua vez até ao fim, o que alguns criticam em Tucídides. De facto, ao dividir as histórias em Verões e Invernos, vê-se muitas vezes [65] forçado, antes de concluir o tratamento do facto na sua totalidade, a passar a algum outro, sucedido na mesma estação. Depois, a parte do facto que ficou por tratar, narra-a como realizada em outro Verão ou em outro Inverno (por vezes necessita mesmo de uma terceira ou de uma quarta estação) até chegar ao desfecho do facto que ele narrava desde o início, juntando sempre [70] o sucedido em cada estação à narração primeira, de sorte que os factos se tornam, por um lado, obscuros e, por outro, difíceis de recordar.

⁷ Il. XVIII, 20.

(c) Deve também cuidar-se de não se confundirem os tempos e a ordenação dos factos e ainda (d) de não se dizer a mesma coisa duas vezes, uma vez que, não menos do que os demais factores, este confunde o entendimento.

[75] (e) Deve também evitar-se inserir longas digressões no meio de narrativas. Não é, com efeito, necessário evitar absolutamente todas elas, tal como Filisto (já que ele adormece a atenção dos auditores), mas apenas aquela que, por ser tal a sua extensão, possa provocar estranheza na compreensão do que se ouve, de forma que carece que de novo se mencione o que foi dito para trás, [80] como Teopompo nas *Filípicas*. Efectivamente, encontramos, ao longo de uma digressão, duas, talvez três ou mesmo mais histórias completas em que não vem o nome não só de Filipe, como o de nenhum macedónio.

(f) Uma narrativa torna-se obscura pela omissão daquilo de que se deveria obrigatoriamente fazer menção e pelo (g) tom alegórico [85] das histórias de carácter hermético.

(2) No que respeita ao estilo, (a) para uma exposição clara deve cuidar-se de não proferir termos⁸ (i) poéticos, (ii) forjados, (iii) figurados, (iv) arcaicos, (v) importados e (vi) homónimos.

(i) Assim, poéticos são aqueles que carecem de alguma explicação; [90] por exemplo: "veracidade", "menosprezar", "pelejar"⁹, e outros do mesmo género.

(ii) Forjados são, por exemplo: "clamor", "estrépito", "fragor"¹⁰, e outros do mesmo género.

(iii) Figurados, por exemplo:

Uma muralha de madeira à estirpe tritogénia oferece Zeus de imensa voz¹¹.

⁸ Gr. ὀνόματα.

⁹ Gr. κρήγυνον, ἀθερίζειν, μάρνασθαι. É extremamente difícil dar ideia em português da expressividade do uso que estas palavras poderiam ter em grego.

¹⁰ Gr. κέλαδος, κόναβος, κελαρύζειν. Cf. nota anterior.

¹¹ Gr. Τριτογενείη, epíteto de Atena (talvez de τριτώ, palavra éolica para "cabeça" numa possível alusão à lenda do nascimento desta deusa, da cabeça de Zeus), e Εὐρύοπα, epíteto de Zeus.

[95] Com efeito, através desta figura, o Pítio revelou aos Atenienses que, ao abandonarem a cidade, embarcassem nos seus navios e deles se servissem como se de uma muralha se tratasse¹².

(iv) Arcaicos são os que outrora estiveram em uso corrente e que actualmente, pelo contrário, estão postos de lado, como diz Demóstenes no *Contra Aristócrates* acerca da lei de Drácon: "'não reclamar resgate' significa 'não reclamar dinheiro', [100] pois os antigos chamavam 'resgate' ao 'dinheiro'¹³".

(v) Importados são os termos vernáculos para uns, mas de uso não corrente para outros, como se se chamasse "porto" à praça¹⁴, a exemplo dos tessálios, ou "venerado" ao amado, como os cretenses.

(vi) Homónimos são aqueles em que a imagem sonora¹⁵ e o termo são os mesmos, [105] mas é diferente o significado pela imagem sonora¹⁶, como "rapaz"¹⁷, pois designa o "filho", o "jovem pela sua idade" e o "criado".

(b) Torna também a expressão obscura a designada, pelos dialécticos, "ambiguidade"¹⁸, em virtude da coincidência do som das palavras indivisas ou divididas, como na frase "a AULETRIS que cair pertencerá ao Estado." [110] É que uma coisa é algo uno e indiviso: "a flautista que cair pertencerá ao Estado."; outra é aquilo que se encontra dividido: "o edifício que cair três vezes pertencerá ao Estado"¹⁹.

¹² Foi esta a resposta do oráculo délfico à consulta que os Atenienses fizeram na iminência da invasão persa, por terra, da sua cidade, durante as Guerras Médicas. Temístocles, o almirante, sugeriu aos seus concidadãos que esse seria precisamente o sentido da mensagem divina, que a madeira seria a dos navios e não a das paliçadas erigidas para proteger a acrópole. E de facto assim sucedeu: os Atenienses cederam a cidade ao inevitável saque persa e refugiaram-se a bordo dos navios, salvando as suas vidas. O papel da armada de Atenas na resolução destas guerras viria a revelar-se de vital importância, ao assentarem estrategicamente a defesa avançada da Ática no mar, desferindo o golpe de misericórdia nas pretensões do Rei dos Reis a dominar a Hélade, na célebre batalha naval de 480 a. C., na baía de Salamina.

¹³ Gr. ἀποινα e χρήματα, respectivamente. Dem., *Arist.*, 33.

¹⁴ Gr. respectivamente: λιμήνε ἀγορά; κλεινός ("famoso", "célebre", "glorioso", "honorável") e ἐρωμένος.

¹⁵ Gr. φωνή.

¹⁶ Gr. τὸ σημαίνον.

¹⁷ Gr. παῖς. Cf. infra XII, 37-40, p. 156 n. 13.

¹⁸ Gr. ἀμφιβολία.

¹⁹ Gr. respectivamente ἀδελτρίς "flautista" e ἀδελή τρίς "edifício três vezes". Quanto à fórmula legal εἰς τὸ "pertencerá ao Estado", cf. infra XII, 28-29, p. 156 n.7, onde a "ambiguidade" resulta da leitura, por não se saber, de duas entidades consideradas na situação concreta legal em que tal fórmula deve ser aplicada, a qual se refere a forma δημοσία do adjetivo.

Ela também ocorre quando não é claro a que termo um elemento se encontra ligado, como por exemplo: "OUKENTAUROIS Héracles luta". Tem, de facto, [115] dois significados: "Héracles não luta com Centauros" e "Héracles não luta entre os táurios"²⁰.

Do mesmo modo, uma frase²¹ torna-se obscura quando não é claro a que termo um elemento signifiicante se encontra ligado, como por exemplo:

Embora afligidos por ele, riram com prazer²².

[120] Efectivamente, é ambíguo se eles estavam "inquietos" por causa de Tersites (o que é falso) ou por causa do lançamento ao mar dos navios. E de novo:

O povo do magnânimo Erecteu, que em outro tempo Atena,
filha de Zeus, criou²³

afirma-se que ou o povo ou Erecteu foi criado por Atena [125] e gerou a terra. Em virtude desta ambiguidade, os livros do filósofo Heraclito tornaram-se herméticos, por se servir dela em excesso, seja deliberadamente seja até por ignorância.

(c) Deve também procurar-se não recorrer aos hipérbatos, como por exemplo a maior parte dos de Tucídides. De facto, nós não rejeitamos o género [130] dos hipérbatos em geral, pois por meio dele a frase resulta variado e não trivial.

(d) De evitar são também as observações parentéticas²⁴, especialmente o seu uso em grande extensão, pois o que retoma de imediato a conclusão²⁵ não provoca enfado nos auditores.

(e) Por seu turno, também a omissão de algumas palavras [135] se opõe à clareza.

²⁰ Gr. respectivamente οὐ Κενταύροις εὐὸκ ἐν Ταύροις.

²¹ Gr. φράσις.

²² Hom., *Il.* II, 270.

²³ *Ib.*, 547-548.

²⁴ Gr. μεταξυλογία. Preferimos esta versão, adoptada por Butts, a "digressão", que reservámos para παρέκβασις (cf. supra V, 75 n. 9). A própria etimologia parece justificar a nossa opção: μεταξύ "entre, no meio de" e λόγος "enunciado, texto". Por outro lado, as "observações entre parênteses" são obviamente de carácter digressivo, isto é, fogem ao ponto nuclear do texto.

²⁵ Gr. ἀπόδοσις.

(f) Deve também evitar-se atribuir os mesmos casos de flexão a diferentes personagens²⁶, visto que se torna ambíguo a que se está a fazer referência; por exemplo: (i) no acusativo (é o único caso de que, segundo alguns, resulta a ambiguidade), [140] como em Demóstenes, *Contra Mídias*: "Muitos sabem que matou Evéon o irmão de Leodamante Beoto num jantar"²⁷. Não é claro, com efeito, se foi Evéon que matou Beoto ou se Beoto a Evéon (o que é falso). Além disso, também não é claro se o irmão de Leodamante é Evéon ou Beoto.

[145] (ii) No caso recto²⁸, como em Heródoto, no livro I: "São Egípcios Colcos". De facto, não é claro se os Egípcios são Colcos ou, pelo contrário, os Colcos é que são Egípcios.

O mesmo se verifica (iii) no genitivo e (iv) no dativo: "dos Colcos que são Egípcios" e "para os Colcos que são Egípcios". [150] Em suma, no acusativo é incontroverso, ao passo que, nos restantes casos, é evidente que, ao acrescentar-se o artigo, a expressão já não é ambígua: "são Egípcios os Colcos"²⁹, pois é evidente que se está a afirmar, acerca dos Colcos, que são Egípcios.

B) De igual forma, a narrativa será concisa (1) com base [155] nos assuntos e (2) com base no estilo, pois a concisão consiste numa composição que assinala os assuntos

²⁶ Trata-se da figura do ὁμοιοπλάτων: cf. Lausberg, *op. cit.*, § 729 sqq..

²⁷ Dem., *Meid.* 71. A ambiguidade desta frase, intraduzível numa língua não flexionada como o português, deve-se ao facto de quer Evéon (Εὐαίωνα) quer Beoto (Βοιωτόν) se encontrarem em acusativo, podendo, quer um quer o outro, ser sujeito e objecto de "matar" (no particípio ἀποκτείναντα). Tentámos, na nossa tradução, com a plena consciência da violação da propriedade e da norma do português, dar a ideia possível de tal ambiguidade através da anástrofe do verbo "matar" e da supressão de vírgulas a preceder e a fechar a expressão de aposto "o irmão de Leodamante". Se a tradução não fica clara, a nossa intenção terá cumprido a fidelidade devida ao original, pois a expressão grega, como demonstra Téon, também não o é.

²⁸ Gr. ἡ εὐθεΐα. Cf. supra IV, 69, p 93 n. 13.

²⁹ Téon, mais uma vez, é incorrecto na referência às citações que faz. A frase que cita é na verdade de II, 104, 3 (cf. *passim*). A própria citação, além disso, é incorrecta. Heródoto, com efeito, escreve φαίνονται μὲν γὰρ ἔδντες οἱ Κόλχοι Αἰγύπτιοι e Téon cita-o simplesmente como εἰσι δὲ καὶ Αἰγύπτιοι Κόλχοι. E é no texto tal qual Téon o cita que, segundo ele, existe ambiguidade, corrigindo-o para εἰσι δὲ καὶ Αἰγύπτιοι οἱ Κόλχοι e aproximando-o, assim, da forma e do sentido do texto original do historiador iónico, no qual, como fica patente, não se nota a menor ambiguidade: a presença do artigo (οἱ) desfaz qualquer dúvida. Perguntar-se-á então, face a isto, a que se deve a modificação do texto de Heródoto: terá sido propositada, para corresponder aos seus objectivos e interesses, tratar-se-á de um problema da crítica textual e da transmissão do texto de Heródoto, ou estará a citar de memória, podendo portanto enganar-se? A primeira hipótese não nos parece provável; a última, pelo contrário, em virtude de, como parece, amiudadas vezes o fazer, fornecendo inclusive, como é o caso presente e assinalámos no início desta nota, referência equívoca do texto que cita, será, a nosso ver, a melhor solução para o problema. Quanto à ambiguidade em si, procurámos, mais uma vez, a tradução possível.

mais oportunos, sem acrescentar o que não é necessário nem suprimir o que o é, no que aos assuntos e ao estilo diz respeito.

(1) Será, pois, concisa com base nos assuntos: (a) quando não abarcamos [160] muitos factos de uma só vez (b) nem os introduzimos no meio de outros, (c) quando deixamos de parte o que parece encontrar-se subentendido³⁰, (d) quando não começamos longe do ponto capital³¹ (e) nem desperdiçamos o relato em aspectos laterais, como os que têm por hábito prosseguir a narração do que vem para lá dos factos.

Com efeito, estas práticas serão talvez mais próprias da história: ampliar, [165] começar longe, desenvolver até ao fim algum aspecto que pareça secundário. Quando, porém, se profere uma narrativa, tem-se o dever de concentrar a atenção no ponto capital³² da globalidade do assunto que se propôs, admitindo-se a referência na narrativa apenas aos aspectos que para ele contribuam. No caso de Cílon, por exemplo: se se escreve uma história acerca dele, convém mencionar quem [170] foram os seus antepassados, quem foram o seu pai e sua mãe e um grande número de outras informações: o concurso que ele disputou em Olímpia, quantas vitórias obteve e referir o nome das Olimpíadas em que foi vencedor. Ao proferir-se, todavia, uma narração sobre ele, não se justifica expor ao pormenor factos deste género, como fizeram Heródoto e Tucídides, [175] ao propor-se cada um deles relatar a maldição de Cílon³³.

(2) No tocante ao estilo: (a) deve-se também procurar não recorrer aos sinónimos, pois as palavras com sentido idêntico³⁴ alongam desnecessariamente o relato, como em Demóstenes, nas *Segundas Oliníacas*: "assemelha-se em tudo a uma benfeitoria

³⁰ Para U. Eco, *Leitura do texto literário. Lector in fabula*, Lisboa, Ed. Presença, p. 55, a linguagem constitui um factor de economia no plano da enunciação, uma vez que "o texto [isto é, do mais trivial ao literário] é um mecanismo preguiçoso (ou económico) que vive da mais valia de sentido que o destinatário lhe introduz. Vd. a respeito do conceito de *συνυπακούεσθαι* Butts, *op. cit.*, p. 311, n. 42.

³¹ Gr. apenas *πρόρρωθεν ἀρχεῖσθαι* "começar de longe". É evidente que se subentende τὸ κεφάλαιον τοῦ πράγματος, isto é, o núcleo do assunto, por oposição a tudo o que seja supérfluo ou de importância acessória: quando nos detemos e alongamos demasiado em tais aspectos, cometemos falta contra a *συντομία*. É o que Téon irá desenvolver de seguida, contrapondo, mais uma vez, a *ἱστορία* à *διήγησις* e ao *διήγημα*.

³² Gr. τὸ κεφάλαιον. Cf. n. anterior.

³³ Os passos respectivos que relatam este episódio foram já referenciados supra II, 26-27, p. 72 n. 12.

³⁴ Gr. *δύναμις*. Cf. supra IV, 95, p. 94 n. 15.

sobrenatural e [180] divina³⁵; e (b) não compor uma locução, em vez de uma palavra³⁶, como "deixou a vida" por "morreu", e tudo o que for semelhante a isto. (c) Além disso, deve também suprimir-se completa e absolutamente³⁷ o que se encontra subentendido, quando se pretende recitar de forma concisa. (d) Deve-se ainda utilizar mais as palavras simples do que as compostas e as mais curtas do que as mais extensas, [185] sempre que exprimam o mesmo significado. Deve, no entanto, tomar-se atenção para que, no desejo de concisão, não se caia inadvertidamente num vulgarismo ou obscuridade.

(C) Agora, para que a narrativa seja verosímil, devem adoptar-se (1) estilos naturalmente adequados às personagens, aos actos, ao lugares e às ocasiões, e (2) assuntos que [190] sejam prováveis e consequentes entre si. (3) É também necessário acrescentar sucintamente à narrativa os motivos e (4) exprimir de um modo verosímil o inverosímil. Em suma, é conveniente procurar o que é apropriado para a personagem e para os demais elementos da narrativa, no que respeita aos assuntos e ao estilo.

[195] Teremos como exemplo a narração do início do livro II de Tucídides sobre os Plateenses e os Tebanos³⁸. De facto, era provável que os Tebanos, que estavam continuamente em desavenças com os Plateenses, ao perceberem que iria haver uma guerra, tivessem querido tomar Plateias primeiro, estando ainda em paz, e que, depois de tomarem estas deliberações, não emprendessem o ataque [200] durante o dia, mas o tivessem empreendido numa noite sem luar e que, além disso, tivessem alguns Plateenses para realmente lhes abrirem as portas, visto que nenhuma guarda se encontrava montada em virtude dos tratados de paz. Era também provável que houvesse traidores por inimizade pessoal em relação a alguns dos seus concidadãos, que esperavam destruir (pois estas coisas sucedem), mas não que os Tebanos [205] os tivessem traído.

É também verosímil que os Plateenses, apercebendo-se de que a cidade tinha sido subitamente tomada pelos inimigos, tivessem estimado que, por ser noite, um número bastante maior teria penetrado nela e que tivessem entrado em conversações, mas que,

³⁵ Dem., II *Olint.* 1.

³⁶ Trata-se obviamente da figura da perífrase.

³⁷ Gr. συμπεριαιρετέον, um *hapax* de Téon, reforçado pelo advérbio πάντως.

³⁸ II, 2-6.

posteriormente, compreendendo que eles não eram muitos, lhes [210] tivessem movido ataque.

Também o alvoroço é muito verosímil, não só quando os Plateenses se lançam sobre os Tebanos e as mulheres e os criados, ao mesmo tempo, entre gritos e clamores, lhes atiram pedras e tijolos a partir de suas casas, mas também quando, depois de um forte aguaceiro [215] ter caído durante a noite, os Tebanos são perseguidos por terrenos argilosos e na escuridão, e ainda quando, por não conhecerem as ruas, não conseguem fugir.

Verosímil é também que alguém tenha fechado as portas, utilizando uma ponta de lança à guisa de tranca para o ferrolho. Muito mais verosímil é, porém, o episódio da mulher que oferece um machado, pois era provável [220] que uma mulher que vivia ao pé de portas desabitadas, ao ver os inimigos encerrados, receasse que eles, desesperando de se salvarem e caindo em desespero, se pusessem a fazer mal, sobretudo às pessoas que pudessem, mas muito especialmente às casas das redondezas. Efectivamente, passo ao lado da ideia de que, tratando-se de uma mulher, era possível que se apiedasse até de inimigos [225] derrotados. E de igual forma em relação a todos os demais aspectos, para não nos alongarmos.

Não é uniforme o exercício com a narração, mas, do mesmo modo que a fábula, (1) recita-se, (2) declina-se, (3) liga-se a uma fábula, (4) condensa-se e expande-se. Então, no decurso da recitação, (5) alteramos³⁹ a ordenação dos sucessos capitais. [230] E depois disto, (6) é possível, até para aqueles que respeitam a mesma ordenação, produzir uma frase de muitos e variegados modos, e ainda (7) acrescentar a aprovação à medida que se narra e (8) ligar duas ou mesmo três narrativas durante a recitação. No fim de tudo, (9) refuta-se e confirma-se⁴⁰.

³⁹ Gr. ἐναλλάττειν e mais abaixo (V, 238) ἀναστροφή.

⁴⁰ Grande parte dos exercícios que Téon propõe para a narração são, como se vê, os mesmos que ele já havia recomendado não só para a cria, como também para a fábula (cf. respectivos capítulos). Há, não obstante, algumas diferenças: a maior complexidade da "ligação" aplicada à narração em relação à fábula e a "inversão da disposição" e a "variedade da forma de expressão". Cf. sobre os paralelismos entre estes três exercícios Carmen L. Acosta González, *op. cit.*, pp. 309-321.

[235] Assim, acerca (1) da recitação, (2) da declinação, (3) da ligação e ainda da (4) condensação e da expansão, já se falou no capítulo *Das fábulas*.

(5) Quanto à inversão da ordenação, realizá-la-emos de várias maneiras. Efectivamente, é possível, principiando pelas partes intermédias⁴¹, retroceder ao início [240] e, em seguida, concluir nas finais. Foi o que Homero fez na *Odisseia*. De facto, ele principiou pelo tempo que Ulisses passou junto de Calipso; de seguida, retrocedeu até ao início, com uma distribuição brilhante: é que representou Ulisses a narrar aos feaces as suas próprias aventuras. Seguidamente, após prosseguir com a narrativa restante, acabou [245] nas partes finais, até ao momento em que Ulisses matou os pretendentes e firmou amizade com as famílias deles. Tucídides, começando pelo acontecimentos relacionados com Epidamno⁴², retrocedeu ao período dos Cinquenta Anos⁴³ e depois regressou à guerra do Peloponeso.

É também possível, principiando pelas partes finais, avançar [250] para as intermédias e, do mesmo modo, concluir no início — é o que Heródoto nos mostra através do seu livro III, ao exprimir-se assim:

Tendo Cambises enviado um mensageiro ao Egipto, reclamou de Amásis sua filha. Reclamou-a a conselho de um homem egípcio, que [255] teve esta atitude condenando Amásis por, depois de arrancá-lo a sua esposa e a seus filhos, tê-lo entregado aos Persas⁴⁴.

De seguida, narra também os motivos: porque o rei dos Persas tinha pedido ao rei dos Egípcios um oftalmologista "que fosse o melhor". Com efeito, a ordenação natural da narrativa era, em primeiro lugar, falar da afecção ocular do rei dos Persas e de como, enviando um mensageiro ao Egipto, pediu [260] ao rei local um oftalmologista e ele lho enviou. Seguidamente, dizer que o médico, suportando dificilmente estar afastado de sua esposa e de seus filhos, tirou vingança daquele que o tinha entregado, aconselhando o rei

⁴¹ É o método que Horácio (*Ars P.*, 148) apontou como típico do género épico e definiu pela celeberrima fórmula *in medias res*.

⁴² I, 24 sqq.

⁴³ Gr. πεντηκονταετία.

⁴⁴ III, 1.

dos Persas a reclamar do rei dos Egípcios sua filha, a fim de que "ou ficasse inquieto se a cedesse, ou se tornasse seu inimigo se não a cedesse".

[265] É ainda possível, principiando pelas partes intermédias, avançar para o desfecho e, em seguida, terminar nas iniciais e, por sua vez, principiando pelas finais, retroceder até ao início e terminar nas intermédias, e ainda, principiando pelas iniciais, passar para as finais e finalizar nas intermédias. No tocante [270] à inversão da ordenação, em suma, é deste modo que procederemos.

Visto que, no entanto, nos acostumámos a (6) expor os factos umas vezes como (a) se os enunciássemos⁴⁵, outras como (b) se fizéssemos mais do que enunciá-los, umas vezes como (c) se perguntássemos, outras como (d) se inquiríssemos, ocasionalmente como (e) se levantássemos dúvidas; umas vezes outras [275] como (f) se ordenássemos, outras como (g) se formulássemos desejos, ora como (h) se pronunciássemos um juramento, ora como (i) se interpelássemos, outras vezes como (j) se fizéssemos suposições, em outras ainda como (k) se dialogássemos— é admissível expor com variedade as narrativas de todos estes modos⁴⁶.

[280] (a) Assim, Tucídides, no início do livro II das *Histórias*, expôs a seguinte narrativa sob o modo enunciativo: "Homens Tebanos, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, entraram com armas em Plateias da Beócia, que era aliada dos Atenienses, etc."⁴⁷

[285] (b) Mas, se quisermos fazer mais do que enunciar, exprimir-nos-emos deste modo: "Causa dos grandes acontecimentos entre Atenienses e Lacedemónios e seus respectivos aliados foi, segundo parece, a chegada dos Tebanos a Plateias. Efectivamente, homens Tebanos, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da

⁴⁵ Gr. ἀποφαίνεσθαι.

⁴⁶ Mais uma vez se nota o paralelismo entre os exercícios da narrativa e da cria. Assim, a narrativa sob o modo (τρόπος) de enunciação (ἀποφαινόμενοι) tem a sua correspondência na cria de ditos de espécie enunciativa (ἀποφαντικόν); a narrativa sob o modo de interrogação (ἐρωτῶντες) na cria de ditos de resposta a pergunta simples (τὸ κατ' ἐρώτησιν); a narrativa sob o modo de inquirição (πυνθανόμενοι) na cria de ditos de resposta a uma inquirição (τὸ κατὰ πύσμα); a narrativa sob o modo de expressão de desejos (ἐϋχόμενοι) na cria sob o modo discursivo de uma expressão volitiva (αἱ κατ' ἐϋχήν). Sobre a diferença entre uma pergunta e uma inquirição, vd. supra III, 34, p. 80 n. 4.

⁴⁷ II, 2, 1. Vd. supra n. 38.

noite, entraram com armas em Plateias da Beócia." E do mesmo modo prosseguiremos o resto da narrativa.

(c) Se quisermos perguntar, exprimir-nos-emos deste modo: "É realmente verdade que homens Tebanos, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, entraram com armas em Plateias [290] da Beócia?" E do mesmo modo exporemos o que vem a seguir sob a forma de uma pergunta simples.

[295] (d) Poderemos inquirir do modo que se segue: "Quem eram os Tebanos que, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, entraram com armas em Plateias da Beócia?" E inquirindo acrescentaremos o resto.

(e) O levantar dúvidas e o perguntar não diferem muito entre si [300] no que respeita à entoação⁴⁸. Por essa razão, satisfar-nos-emos com qualquer um deles, pois, quer perguntemos, quer levantemos dúvidas, exporemos do seguinte modo:

Não é a insónia uma coisa mais tagarela do que tudo?⁴⁹

Parece, no entanto, haver uma diferença, porque quem pergunta procura uma resposta, ao passo que quem levanta uma dúvida não o faz em absoluto: pelo contrário, está somente a colocar a dúvida apenas a si próprio.

[305] (f) Se quisermos dar uma ordem, procederemos deste modo: introduziremos, nas partes finais da narrativa (depois do aniquilamento dos que entraram em Plateias), alguém exortando seja os Tebanos, seja os Plateenses, desta forma: "Agi, ó Plateenses, de maneira que possais ser dignos da cidade e dos vossos maiores, que combateram contra os Persas e [310] Mardónio, e dos que jazem na terra que é vossa⁵⁰, mostrai aos Tebanos que não agem com justiça, ao pretenderem que vós lhes sejais submissos e seus escravos, ao vos constrangerem à guerra contra a vossa vontade, violando os juramentos

⁴⁸ Gr. προφορά. Assim verte Reche Martínez, *op. cit.*, p. 94.

⁴⁹ Men., John M. Edmonds (ed.), *The fragments of Attic Comedy*, vol III B, Leiden, Brill, 1961, frg. 164. Mais adiante (V, 423, p. 116), Téon volta a citar este verso do comediógrafo grego, se bem que com uma pequena diferença: o superlativo (λαλίστερον) pelo comparativo (λαλίστατον) e a omissão do complemento (πάντων).

⁵⁰ Gr. ἐν τῇ χώρᾳ ὑμετέρᾳ: entendemos verter assim a posição predicativa do artigo.

e os acordos de paz. Pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, entraram com armas na [315] vossa cidade, que era aliada de Atenas." E da mesma maneira narraremos o que se segue, como se nos dirigíssemos aos Plateenses.

Se supusermos, porém, que a recomendação se dirige as Tebanos, exprimir-nos-emos desta forma: "Agi, ó Tebanos, de maneira que pareçais dignos de vós próprios, de vossos pais e da autoridade que possuíis sobre a totalidade da [320] Beócia, e mostrai aos Plateenses que eles, que são escravos vossos, não só se refugiaram no partido dos Atenienses, como também aniquilaram⁵¹ homens vossos que entraram, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, com armas na sua própria Plateias." E deste modo narraremos também o resto.

[325] Pode exprimir-se uma ordem do seguinte modo: se supusermos que alguém, antes de se dar a sua entrada em Plateias, ordena aos Tebanos o que eles realmente fizeram: "Agi, ó Tebanos, de maneira que homens de entre vós, pouco mais de trezentos, entrem, por volta da primeira vigília da noite, com armas na vossa Plateias, que é neste momento, contudo, aliada [330] dos atenienses." Quanto ao que se segue, expô-lo-emos, na medida do possível, também deste modo.

(g) Se formularmos um desejo, exprimir-nos-emos desta maneira: "Oxalá homens Tebanos, pouco mais de trezentos, nunca tivessem entrado, por volta da primeira vigília da noite, com armas em Plateias da Beócia, que era aliada [335] dos Atenienses!" E até ao fim é sob o modo da expressão de desejo que narraremos.

⁵¹ Butts interpreta aqui (V, 320-323, p. 331) erroneamente. De facto, toma o verbo ἀποδεδράκασι "have escaped" = "se refugiaram / fugiram" (subj. οἱ Πλαταιεῖς) como regendo dois sintagmas nominais: πρὸς com acusativo Ἀθηναίους "to the Athenians" = "no partido / junto dos atenienses"; e simples acusativo ἄνδρας ὑμετέρους "your men" = "a varões vossos". E considera como sujeito de διεφθείραν "destroyed" = "aniquilaram" um pronome relativo "who" tendo como antecedente o sintagma ἄνδρας ὑμετέρους. Em primeiro lugar, este sintagma nominal é sujeito, efectivamente, de ἐλθόντας (predicado participial acusativo plural) "entraram", como Butts também traduz. Em segundo lugar, o verbo "aniquilar" vem no indicativo. Por conseguinte, para ter como sujeito o referido sintagma, o predicado deveria aparecer também na forma participial de acusativo plural, ou então deveria ter como sujeito um pronome relativo οἱ, que teria como antecedente o referido sintagma. Nestas condições, parece-nos improvável que se encontre subentendido um pronome relativo, pois isso obscureceria muito a frase. Além disso, o que Tucídides nos conta é que os tebanos entraram em Plateias, aliada de Atenas (como Téon diz várias vezes cf. V, 315, 329-330, 334-335, 343-344, 357-358, 370-371, 376-377) enquanto Tebas o era da Lacedemónia, e foram mortos pelos plateenses, sendo assim a sua cidade salva, e não o inverso, como Téon notou, ao parafrasear o passo do historiador (V, 195-225, vd. supra). Assim, a única interpretação sustentável é a de que o referido sintagma é, obviamente, objecto directo de "aniquilaram". Reche Martínez, *op. cit.*, p. 95, por seu turno, interpreta correctamente.

(h) Não é incerto o modo como a narrativa será exposta segundo a entoação própria dos juramentos. (i) Quanto à das interpelações, deixamo-la de lado, uma vez que já anteriormente, ao discutir a declinação segundo os casos, [340] a demos a conhecer no tratamento do vocativo.

(j) Ao fazermos suposições, exprimir-nos-emos deste modo: "Suponhamos, pois, que homens Tebanos, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, entraram com armas em Plateias da Beócia, que era aliada dos Atenienses", e que "Ihes abriram as portas Naclides [345] e seus partidários, visto que nenhuma guarda se encontrava montada em virtude dos tratados de paz", e da mesma forma em relação ao que se segue.

(k) Se quisermos recitar sob a forma dialéctica, suporemos que há algumas pessoas a conversar entre si acerca dos factos, e que um explica e o outro é informado do sucedido; por exemplo:

[350] "— Já diversas vezes antes me veio à ideia perguntar-te sobre os acontecimentos de Plateias entre os Tebanos e Plateenses, mas sobretudo agora eu teria gosto em ouvi-lo, se tiveres oportunidade para mo contar.

— Ora, por Zeus, tenho oportunidade sim, e vou precisamente contar-to já, se é que, como dizes, tens interesse em ouvir falar destas coisas. Efectivamente, os Tebanos, que estavam continuamente em desavenças [355] com os Plateenses, pretendiam tomar Plateias primeiro, estando ainda em paz. Assim, os seus homens, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, entraram com armas na cidade, que era aliada dos Atenienses.

— Então, como é que, se era noite e as portas estavam fechadas, e além disso a guarda estava montada, entraram facilmente sem que se desse por isso?

— Adiantaste-te [360] um pouco, já que eu próprio estava prestes a dizer-te que uns homens lhes abriram as portas, Naclides e seus partidários, visto que nenhuma guarda se encontrava montada por se estar em paz.", e por aí adiante. Do mesmo modo

continuaremos a nossa exposição interrogando e respondendo, de acordo com as normas do diálogo.

[365] Além disso, ao enunciarmos os factos, nós por vezes concordamos; por exemplo: "Téon raciocina bem"⁵². Mas não é apenas possível expor as narrativas concordando, é-o também discordando. Concordando, como dizíamos que Tucídides tinha exposto a narrativa; dissentindo, por exemplo: "Nem homens Tebanos, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, [370] entraram com armas em Plateias da Beócia, que era aliada dos Atenienses, nem Naucledes e seus partidários lhes abriram as portas", e da mesma forma até ao fim.

Existe também uma outra modalidade a que se chama "assíndeto"⁵³, quando omitimos as conjunções que unem a frase, por exemplo: [375] "Homens Tebanos, pouco mais de trezentos, por volta da primeira vigília da noite, entraram com armas em Plateias da Beócia, que era aliada dos Atenienses. Abriram-lhes as portas Naucledes e seus partidários. Depositaram as armas na praça", e da mesma forma quanto ao que se segue. E em Demóstenes: "Anfípolis, Pidna, Potideia, [380] Haloneso — não me recordo de nenhuma delas."⁵⁴ E novamente ainda: "No entanto ele partiu do Helesponto; antes chegara a Ambrácia; ocupa agora Élis, uma cidade tão importante no Peloponeso; acaba de conspirar contra os Megarenses"⁵⁵.

É também possível ligar estas modalidades entre si [385] e produzir uma mista de duas ou mais, como recitar umas partes da narração sob o modo enunciativo, outras sob a assindética, outras ainda variando a frase conforme se desejar.

(7) Aprovar a narrativa consiste em adicionar, para cada parte da narrativa, um aforismo como epílogo. Porém, tal procedimento não é próprio nem da história, [390] nem do discurso político, é antes mais adequado para o teatro e para a cena. Por isso, em

⁵² Gr. Θεὸν διαλέγεται. Acerca da discussão em torno da autenticidade do passo que ora se inicia (V, 365-387), quer pelo facto de Téon se nomear a si próprio, quer pela aparente deficiente integração de todo ele na sequência do capítulo, não tendo o seu conteúdo sido previsto na apresentação cuidada do plano (V, 271-279), tópico por tópico, que Téon sempre faz antes do tratamento de qualquer questão, vd. Butts, *op. cit.*, p. 337 n. 69.

⁵³ Gr. ἀσύνδετος.

⁵⁴ *De cor.* 69.

⁵⁵ *III Phil.* 27.

poetas deste género é bastante comum, como em Menandro, em muitos e diversos passos, e no início do seus *Dárdano* e *Recrutador de mercenários*:

O filho de um homem pobre, criado
não segundo os seus recursos, envergonhou-se de ver [395]
que seu pai possuía tão pouco; bem educado, de facto,
depressa lhe retribuiu um belo fruto⁵⁶.

Com efeito, o último verso é acrescentado como supérfluo, cativando somente o aplauso dos espectadores.

[400] Quando, no entanto, se vão introduzindo estes ditos aforísticos⁵⁷ de forma ininterrupta e sem que dê nas vistas, a narrativa ganha uma certa graciosidade, como em Heródoto, no livro I. De facto, dizendo ele, da existência humana, que esta não conhece a estabilidade, antes que compreende em si um grande número de mudanças, de seguida, depois de calcular quantos dias conta uma vida humana, como uma de setenta anos, [405] acrescenta: "De todos estes dias, nenhum deles traz um acontecimento igual em absoluto ao de outro dia." Seguidamente, aprova desta forma: "Assim, Creso, todo o homem é acidente."⁵⁸ Como também Giges diz a Candaules: "Senhor, tens um juízo insensato, ao ordenar-me que contemple nua a minha senhora. [410] Juntamente com a roupa que despe, uma mulher fica também despojada do seu pudor"⁵⁹.

Poderíamos ainda encontrar entre os oradores, e não menos no Demóstenes mais político e nos mais políticos dos seus discursos. Assim, nas *Segundas Oliníacas*, ao contar, acerca de Filipe, que tinha à sua volta bobos ridículos, poetas [415] de miseráveis cantos e aqueles que a cidade de Atenas⁶⁰ tinha expulsado como sendo demasiado impudicos, e que, sendo assim Filipe, passava provavelmente despercebido a todas as pessoas em virtude de seus êxitos nas guerras, depois disto acrescenta a aprovação: "Os

⁵⁶ Frg. 354 Edmonds.

⁵⁷ Gr. τὰ γνῶμικὰ.

⁵⁸ I, 32, 4.

⁵⁹ *Ib.*, 8, 3.

⁶⁰ Gr. ἡ Ἀθηναίων πόλις. Vd. *supra* II, 59, p. 73 n. 25.

triunfos são aptos, efectivamente, para ocultar e obnubilar as ignomínias de tal natureza"⁶¹.

[420] É também possível o inverso: narrar, avançando primeiro o dito aforístico⁶², como já notámos a propósito da fábula⁶³. Por exemplo, ainda em Menandro, em *A Herdeira honesta*::

Não é a insónia uma coisa muito tagarela?⁶⁴

e a seguir a narração:

[425] A mim, ao menos, desperta-me e impele-me aqui já a contar desde o início toda a minha vida.

(8) Ligar uma narrativa a outra narrativa é quando tentamos narrar em simultâneo duas ou mais narrativas. Muito praticaram isto os discípulos de Isócrates e o próprio Isócrates no [430] *Panegírico*, deste modo:

Chegaram os filhos de Héracles e, um pouco antes deles, Adrasto, filho de Tálao, que era rei de Argos. Este, acabado de fracassar na expedição contra Tebas.

[435] e por aí adiante. E ainda:

Pois, quando a Hélade era ainda humilde, chegaram à nossa terra Trácios, com Eumolpo, filho de Posídon, e os citas, com as Amazonas, as filhas de Àres — não ao mesmo tempo⁶⁵,

[440] e por aí adiante. Acerca das modalidades do exercício foi quanto havia para dizer.

⁶¹ 19-20.

⁶² Gr. γνωμικός λόγος.

⁶³ Cf. mais uma vez o paralelo com o cap. IV, 39-41.

⁶⁴ Cf. supra n. 49.

⁶⁵ *Paneg.* respectivamente 54-55 e 68.

[E porque com base nelas nos podemos exercitar também nas fábulas]⁶⁶, acerca (9) da refutação e confirmação dissemos que são úteis os mesmos lugares que se usam para as fábulas. Nas narrações, também os lugares segundo a falsidade e a impossibilidade são apropriados, [445] como faz Tucídides ao refutar que Hiparco fosse tirano quando foi eliminado pelos partidários de Harmódio e de Aristogíton⁶⁷, ou Heródoto, ao contestar a opinião dos que declaravam que Cambises era egípcio por parte de sua mãe.⁶⁸

Mas nem sempre é realmente possível argumentar nas narrações [450] com base em todos os lugares. Porém, se alguma vez o for, utilizaremos a ordenação seguinte: em primeiro lugar, (a) baseados na obscuridade, sob todos os modos que mencionámos a propósito da clareza.

Em segundo lugar, (b) argumentaremos baseados na impossibilidade, mostrando que é impossível que o facto tenha sucedido como o relata o [455] escritor, seja por não ser natural que tenha sucedido totalmente, seja por as histórias relatadas não terem assento no mesmo tempo; por exemplo, contra os que dizem que Hércules matou Busíris: segundo Hesíodo, com efeito, Busíris é anterior a Hércules onze gerações⁶⁹. E, em geral, contra a maioria de afirmações deste género, disporemos de fontes para os argumentos das [460] *Provas refutativas* de Aríon⁷⁰.

(c) De seguida, se admitirmos o facto como possível, devemos dizer que é inverosímil.

(d) Mas se é verosímil, verificaremos se é falso.

(e) Se tiver o aspecto de verdadeiro, investigaremos de imediato se tem alguma carência [465] ou (f) excesso.

(g) Depois, diremos que o escritor está em contradição consigo próprio no decurso da narrativa.

⁶⁶ Este passo será provavelmente uma glosa marginal interpolada pela mão de um copista. Vd. Butts, *op cit.*, p. 347 n. 73 ao presente capítulo.

⁶⁷ I, 20, 2; cf. supra II, 50, p. 72 n. 22.

⁶⁸ III, 2.

⁶⁹ Hes., *Fragmenta falsa* 11 (ed. A. Rzach).

⁷⁰ Gr. genitivo Ἀπίωνος de Ἀπίων. Wilamowitz-Möllerndorff sugere, como já notámos (cf. supra Estudo Introd. p. 5 n 17) a leitura Ἀπίωνος (de Ἀπίων).

Além disto, (h) criticaremos também a ordenação dos sucessos capitais, caso ela não esteja como convém.

[470] Se, porém, todos estes elementos estiverem distribuídos da forma correcta, deve pelo menos mostrar-se como (i) o foram inadequada e (j) inconvenientemente, pois há actos que seria necessário que não se tivessem realizado, ao passo que convém passar em silêncio os que chegaram a ser realizados; por exemplo: se, depois de se dizer que o Ájax lócrio cometeu contra Atena essas impiedades que se contam, se pressupusesse de seguida que, sem sofrer qualquer desventura [475] nem no mar nem no seu país, terminou a sua vida no meio de felicidade e de velhice.

Facilmente teremos também ao nosso dispor um maior número de argumentos sempre que, ao argumentarmos com base em cada um dos lugares tradicionais, nos servirmos também dos chamados "elementos" nos quais toda a acção tem os seus alicerces. [480] São aqueles de que falámos atrás: (1) a personagem, (2) o acto, (3) o lugar, (4) o tempo, (5) o modo e (6) o motivo.

A título de exemplo, o nosso argumento será sobre um único lugar, o da inverosimilhança. Se, por conseguinte, refutarmos a narrativa com base na inverosimilhança, a nossa exposição será deste modo: mostrando que são inverosímeis [485] a personagem, aquilo que se realizou, o lugar em que teve assento a acção, tal como o tempo, o modo e o motivo da acção.

Por exemplo, em relação a Medeia: baseados (1) na personagem, porque é inverosímil que uma mãe trate mal os filhos.

(2) Baseados na acção, porque não é provável que os degole.

[490] (3) Baseados no lugar, porque não os teria matado em Corinto, onde vivia Jasão, o pai das crianças.

(4) Baseados no tempo, porque é inverosímil nesse tempo no qual ela havia sido humilhada, uma mulher estrangeira repelida por seu esposo, enquanto Jasão tinha adquirido maior poder ao casar-se com Glauce, [495] a filha de Creonte, rei do país.

(5) Baseados no modo, porque ela teria procurado passar despercebida e não teria utilizado um punhal, mas veneno, sobretudo sendo ela feiticeira⁷¹.

(6) Baseados no motivo, porque é inverosímil que, por causa da cólera que sentia em relação a seu esposo, tivesse matado os filhos, já que a desgraça não foi exclusiva de Jasão, [500] mas também foi partilhada por ela — e em especial por ela, na medida em que as mulheres são de certo modo mais frágeis perante os sofrimentos.

Do mesmo modo percorreremos os demais lugares, de acordo com a sequência dos elementos, argumentando com base naqueles que for possível. Baseados nos lugares contrários, confirmaremos.

[505] Estes mesmos lugares são apropriados também para as narrativas fabulosas⁷², contadas tanto por poetas quanto por historiadores, sobre deuses e heróis e ainda sobre os seres que sofreram metamorfoses na sua natureza, como as que contam histórias sobre Pégaso, Erictônio, Quimera, Hipocentauros e criaturas semelhantes.

[510] Refutar não só tais contos fabulosos⁷³ como também explicar donde provém uma tal composição é próprio de um nível mais avançado⁷⁴ do que o da maioria. Foi o que fez Heródoto no livro II⁷⁵ ao narrar os acontecimentos que envolveram as pombas, como partiram em voo do Egito e uma chegou a Dodona e a outra ao templo [515] de Ámon. E, ao interpretar este conto fabuloso⁷⁶, diz que se tratava de umas virgens sacerdotisas da Tebas egípcia, das quais uma foi vendida a Dodona e a outra ao templo de Ámon. E, como se exprimissem em língua forasteira e de forma ininteligível para os íncolas daqueles lugares, difundiu-se o boato de que eram aves.

Platão, no *Fédon*⁷⁷, não aprovando a narração sobre Oritia e [520] Bóreas, diz que um sopro do Bóreas lançou Oritia do alto de rochedos vizinhos enquanto ela brincava

⁷¹ Jogo etimológico entre "veneno" (φάρμακον) e "feiticeira" (φαρμακίς).

⁷² Gr. μυθικὰ διηγήσεις.

⁷³ Gr. μυθολογίαι.

⁷⁴ Gr. τελευτέρα ἔξις.

⁷⁵ II, 55-57.

⁷⁶ Gr. μυθολογίημα.

⁷⁷ 229c.

com Farmaceia, e que, precisamente deste modo, se afirmou que ela tinha sido raptada por Bóreas.

E também Éforo, por seu turno, no livro IV, se serve deste modo:

[525] Então, Tício era soberano de Panopeu, homem imoral e violento, Píton, por seu aspecto bestial, era chamado de "serpente", e os habitantes das proximidades da outrora denominada Flegra, actualmente Palenê, eram pessoas cruéis, sacrílegas [530] e canibais — os chamados Gigantes, os quais se conta que Héracles subjugou após ter capturado Tróia. E por terem os companheiros de Héracles triunfado (eles eram poucos, sendo os Gigantes em grande número e [535] ímpios), pareceu a todos que os sucessos em torno do combate tinham sido obra dos deuses⁷⁸.

e quantas outras explanações do género ele dá acerca de Licurgo, de Minos, de Radamanto, de Zeus, dos Curetes e dos demais contos fabulosos⁷⁹ passados em Creta⁸⁰.

E Paléfato, o peripatético, tem uma obra inteira intitulada [540] *Das coisas incríveis*⁸¹, na qual ele explana coisas deste género; por exemplo: que foram considerados Centauros os primeiros a ser vistos deslocar-se em cavalos; que de Diomedes, o trácio, se disse que, por ter empenhado todos os seus bens na criação de cavalos, tinha sido dilacerado pelos seus próprios cavalos, e que, com base no mesmo raciocínio, também Actéon o tinha sido pelos seus cães; e que Medeia, por tingir [545] as cãs da cabeça dos homens e fazê-las negras, adquiriu a fama de, despedaçando os velhos para dentro de um caldeirão, torná-los jovens — e coisas semelhantes a estas.

⁷⁸ Jacoby, *op. cit.*, II A 70 frgs. 31a e 34, p. 52 e 34, p. 53.

⁷⁹ Gr. τὰ μυθολογούμενα.

⁸⁰ Jacoby, *loc. cit.*, frg. 32, p. 53.

⁸¹ Περὶ τῶν Ἀπίστων. Desta obra, ao que parece escrita no século IV e composta de cinco livros, apenas restam fragmentos, reunidos por N. Festa, *Mythographi Graeci*, Lipsia, Teubner, 1902.

CAPÍTULO VI

Do lugar comum

Lugar comum é uma composição amplificadora de um facto reconhecido; seja um delito, seja um acto corajoso. O lugar comum é, pois, duplo: (1) um, contra os que agiram de forma celerada, por exemplo: contra um tirano, um traidor, [5] um homicida, um libertino; (2) o outro, a favor dos que cometeram um acto nobre, por exemplo: a favor de um tiranicida, um homem distinto, um legislador.

Dos lugares comuns, uns são elementares e outros não elementares¹. (1) Elementares são os supramencionados, (2) não elementares são dirigidos contra um general traidor, um sacerdote saqueador de templos, contra alguém que se comportou de forma proterva numa [10] festa sacra ou num templo, ou a favor de uma mulher tiranicida.

Designa-se por “lugar comum” porque, partindo dele, como de um lugar, facilmente argumentamos contra os que confessam a prática de crimes. Por isso, alguns também o definiram como “fonte”² dos argumentos. Efectivamente, a acusação de um ofensor é geral e incontroversa, e chama-se “lugar comum”. [15] Partindo dela, como de um lugar, facilmente dispomos em abundância de argumentos contra Cónon e contra Mídias³.

Difere dos encómios e das censuras⁴ por (1) estes se pronunciarem a respeito de personagens determinadas e com uma demonstração⁵, por exemplo, o *Encómio de Helena* de Isócrates e, eventualmente, alguma censura de Euríbato, [20] ao passo que os lugares comuns versam simplesmente sobre factos únicos e sem demonstração; e tam-

¹ Gr. ἀπλοῖς e οὐκ ἀπλοῖς.

² A etimologia parece justificar a designação: a “fonte” (ἀφορμή) é o lugar “donde se parte” (ἀπ’... ὁρμώμενοι). Cf. supra I, 22-23, p. 64 n. 3.

³ Téon refere-se evidentemente aos discursos de Demóstenes contra estes personagens e que têm precisamente estes títulos.

⁴ Vd. infra cap. IX.

⁵ Gr. ἀπόδειξις.

bém por, (2) nos encómios e nas censuras, se dever ter em atenção igualmente os proémios, ao passo que, no lugar comum, se pretende dar uma noção tal que pareça haver um corte e uma parte de um outro discurso pronunciado previamente, e como que uma espécie de epílogo com uma acumulação dos factos já anteriormente demonstrados.

[25] Por isso, deve principiar-se deste modo por ele, como se outras coisas tivessem já sido referidas anteriormente, como em Ésquines: “Não penseis, varões atenienses, que as desgraças têm as suas origens nos deuses, mas na impudicícia dos homens”⁶. E em Demóstenes:

Pessoas malvadas, adúladoras e facínoras, [30] tendo mutilado cada uma a sua pátria, tendo brindado a sua liberdade antes à saúde de Filipe, agora à de Alexandre, medindo a felicidade pelos prazeres do estômago e pelas suas partes pudendas⁷,

e ainda: “Uma epidemia efectivamente terrível, ó varões atenienses, e dura se abateu [35] sobre a Hélade, carecida de alguma boa fortuna e de cuidados da vossa parte”⁸. Agora também muitos têm em atenção os proémios e expõem o próprio facto como se o narrassem. Depois de tudo, acrescentam as amplificações. Tais autores poderiam talvez retirar proveito ao proceder deste modo; não obstante, corrompem a especificidade [40] do exercício.

Deve argumentar-se com base na predisposição dos culpados e das dimensões das obras que cometeram, com base no que outros sofreram por causa deles, e ainda com base no que eles alcançam em contrapartida.

Caso desejemos, como em um julgamento, utilizar quer o proémio, quer a [45] narração, tomaremos as argumentações após o proémio e a exposição do crime: primeiro, (1) segundo a intenção do culpado, alegando que é perversa; segundo, (2) com base no objecto a que o crime diz respeito; alegando que é um dos [50] aspectos

⁶ *In Tim.* 160.

⁷ *De cor.* 296.

⁸ *De F. Leg.* 259.

mais necessários; por exemplo, que um ladrão congemina planos pelo dinheiro, que é bastante necessário para todos. E, por causa dele, somos agricultores, navegamos e, em suma, tudo fazemos ao longo da vida com o fim de obter dinheiro com o qual possamos viver.

Depois disto, (3) segundo o conteúdo, alegando que para um nome um só é o crime, mas na verdade contém em si um grande número de crimes; [55] por exemplo: o adultério contém em si violência, roubo, filhos bastardos e inumeráveis outras coisas.

De seguida, (4) segundo a comparação: esta é tripla, pois comparamos a acusação levantada por nós com (a) algo maior, (b) menor ou (c) igual a ela. Assim, pois, quando a comparamos com (a) algo maior, [60] ao amplificarmos o menor, apresentá-lo-emos igual àquele; por exemplo: “que um ladrão perpetra crimes semelhantes ao saqueador de templos, pois a ambos move o mesmo desejo de roubar⁹. E nem o ladrão, se tivesse tirado partido de uma oportunidade, hesitaria em saquear um templo, nem um saqueador de templos em roubar”. Quando comparamos (b) com algo menor, exprimir-nos-emos deste modo: “se o ladrão é punido [65] por tirar dinheiro aos homens, quanto mais haverá de ser punido este, que saqueia o que é dos deuses?” Quando confrontarmos (c) igual com igual, diremos que, “se não deixamos impune o que cometeu idênticos delitos, não fica bem não dar atenção a este homem.

Depois, (5) segundo os contrários: “se, efectivamente, o homem distinto é digno de honras, [70] o traidor é digno de punição”.

Seguidamente, (6) segundo os antecedentes do facto; por exemplo: no que se refere à acusação contra o saqueador de templos, alegando que, “antes das impiedades contra os deuses, é provável que o tenha perpetrado muitas contra os homens e contra os defuntos, e que tenha descurado a maioria [75] dos ritos habituais para honra dos deuses, como festividades, sacrifícios, preces, e ainda que tenha perjurado por diversas vezes”, e coisas semelhantes.

⁹ Literal no original: “ambos usam um desejo uno em relação ao roubar”.

Depois, (7) segundo o resultado e os consequentes do facto; por exemplo: “após o saque ao templo, os objectos sacros permanecem em desordem, ao passo que o saqueador despedaça nos prazeres o produto do saque” e [80] “em virtude de tais delitos, sobrevêm às cidades a ira dos deuses, fomes e pestes, aniquilamento de exército e todas as coisas do género”.

Seguidamente, (8) segundo a sua irremissibilidade; por exemplo: “o que foi feito é incorrigível”.

[85] Depois, (9) com base nos juízos, seja de legisladores, seja de poetas, seja de homens cultos, exprimindo as suas opiniões¹⁰; por exemplo: dizendo que “também no parecer destes homens o que foi feito é perverso e digno de punição”.

Depois de tudo, faremos a descrição minuciosa¹¹, quando expusermos o crime como estando a ser levado a cabo e o sofrimento da vítima; [90] por exemplo, no tocante a um homicida, descreveremos, pois, (1) que tipo de homem é o autor do assassinio, quão cruelmente e sem misericórdia se tornou um assassino de um ser humano por suas próprias mãos, ele que é um ser humano, (2) como desembainha o punhal e (3) assesta o golpe, e, (4) se por acaso o golpe não for fatal, como desfere outros e mais outros, e (5) se mancha com o sangue [95] do assassinado, e (6) que gritos este lançou, fosse suplicando ao assassino, fosse chamando em seu socorro ora os homens, ora os deuses, e outras coisas tais como estas.

Nos lugares comuns não elementares, é possível argumentar também segundo os pontos já tratados anteriormente. Teremos ao dispor, porém, um número maior de argumentos graças ao que [100] se adiciona aos elementares, pois o traidor é já por si próprio digno de cólera, todavia muito mais quando é um general. O acto realizado contra as expectativas proporciona muitas fontes para argumentos. A amplificação dos delito poderá ser feita com base nestes aspectos, a de actos louváveis com base nos seus contrários.

¹⁰ Trata-se da *auctoritas* ou argumento de autoridade.

¹¹ Cf. διατόπωσις, em latim *evidentia*; cf. Lausberg, *op. cit.*, §§ 810 e 814, 2. a.

CAPÍTULO VII

Da descrição

Descrição é uma composição explanatória que traz à vista de forma vívida o que se está a mostrar¹.

Existem descrições (1) de personagens, (2) de factos, (3) [5] de lugares e (4) de tempos. Assim, (1) de personagens, por exemplo, o verso de Homero:

Redondo nos ombros, a tez morena, o cabelo encaracolado²

e os referentes a Tersites:

De cabeça pontiaguda, coxo de um pé e os ombros encurvados sobre o [10] peito³.

e por aí adiante. E em Heródoto, o aspecto da íbis, dos hipopótamos e dos crocodilos egípcios⁴.

(2) De factos, por exemplo: uma descrição de uma guerra, de paz, de uma tempestade, de fome, de uma peste, de um sismo.

[15] (3) De lugares, por exemplo: de prados, de praias, de cidades, de ilhas, de um deserto e de lugares semelhantes.

(4) De tempos, por exemplo: de Primavera, de Verão, de uma festividade e de outros do género.

¹ Cf. as definições de Hermógenes, 22, 7-8, e Aftónio, 36, 22-23, exactamente nos mesmos termos.

² *Od.* XIX, 246.

³ *Il.* II, 217-219.

⁴ *Il.*, 76; 71 e 68-70, respectivamente.

Há também descrições de modos: como as de equipamentos, [20] de armas e de maquinarias de guerra — em relação ao modo como cada um foi preparado, como a fabricação das armas em Homero⁵ e o amuralhamento de Plateias⁶ e a construção da maquinaria em Tucídides: “Serrando uma grande trave em duas escavaram-nas na totalidade”⁷. E no livro IX de Ctésias, por exemplo:

[25] De madrugada, ao verem de longe para os lados das acrópoles as imagens dos persas sobre enormes mastros de madeira, os lídios puseram-se em fuga julgando que a acrópole estava repleta de persas e que tinha já sido tomada⁸.

Poderá haver também uma descrição mista, como o combate nocturno em Tucídides [30] e Filisto⁹, pois a noite é uma circunstância de tempo¹⁰ e o combate uma acção.

Este exercício tem parentesco com o que foi tratado atrás, já que nenhum versa efectivamente sobre um aspecto determinado, mas são comuns e, no geral, por isso semelhantes. Diferem, porém, entre si, primeiro, por [35] o lugar comum tratar dos aspectos fundados numa predisposição, ao passo que a descrição se faz as mais das vezes sobre seres inanimados e sem predisposição; e, segundo, por, no lugar comum, ao recitarmos os factos, acrescentarmos também a nossa opinião, dizendo que são probos ou vis, ao passo que, na descrição, a recitação dos actos surge isolada.

[40] Argumentaremos descrevendo os factos com base nos ocorridos anteriormente, nos ocorridos durante eles e nos sucedidos depois deles; por exemplo: no referente a uma guerra, exporemos primeiro em pormenor os antecedentes da guerra: a constituição dos exércitos, as despesas, os medos, a devastação do território, os cercos; de seguida,

⁵ Il. XVIII, 478-613.

⁶ III, 21. Cf. II, 68-69, p. 73 n. 28.

⁷ IV, 100, 2.

⁸ Jacoby, *op. cit.*, III C 688 frg. 9b, pp. 455-456. Ctésias descreve o cerco persa à cidade lídia de Sardes, também descrito, embora de forma diferente, por Heródoto (II, 84).

⁹ Respectivamente, II, 3-4 e VII, 42-44 e Jacoby, *op. cit.*, III B 556 frg. 52, p. 564.

¹⁰ Gr. καιρός.

as [45] feridas, os morticínios, os lutos; e, depois de tudo, o cativo e a escravidão de uns, e a vitória e os troféus de outros.

Mas, se descrevermos lugares, tempos, modos ou personagens, juntamente com a sua narrativa, teremos fontes para argumentos baseadas na beleza, na utilidade e o prazer. como [50] fez Homero em relação às armas de Aquiles, afirmando que eram belas, resistentes, espantosas à vista de seus camaradas, mas temíveis às dos inimigos.

As qualidades da descrição são as seguintes: clareza, acima de tudo, mas também vividez, para virtualmente se ver o que se está a recitar; de seguida, não [55] se ser absolutamente prolixo no tocante aos aspectos dispiciendos. No conjunto, é imperioso que a recitação esteja de harmonia com a matéria subjacente, de forma que, se o que se está a mostrar for um tanto floreado, também a frase seja floreada, mas, se for árido, aterrador ou como quer que seja, que a expressão não destoe da natureza destas características.

[60] Há, no entanto, autores que julgam por bem que se exercite também a descrição refutando e confirmando as descrições apresentadas por alguns; por exemplo: dizendo que Heródoto mentiu acerca do aspecto da íbis ao afirmar que ela é de plumagem branca, à excepção da cabeça, da nuca e da ponta da cauda, pois a cauda é toda ela [65] branca. A nosso ver, porém, não dizem nada de novo para além do que se disse anteriormente, por considerarmos que tal tipo de exercício está incluído dentro das refutações e confirmações das narrações.

CAPÍTULO VIII

Da prosopopeia

Prosopopeia é a introdução de uma personagem que expõe discursos incontestavelmente apropriados a si própria e aos factos subjacentes; por exemplo: que palavras um marido diria a [5] sua esposa estado prestes a partir em viagem ou um general a seus soldados na iminência dos perigos? E em relação a personagens determinadas, por exemplo: que palavras diria Ciro ao avançar sobre os Masságetas, ou Dátis no seu encontro com o rei após a batalha de Maratona? Neste género de exercício inclui-se também a espécie [10] dos discursos panegíricos, exortativos e epistolares.

Primeiro que tudo, pois, deve reflectir-se sobre qual é o tipo de personagem do falante e o daquela à qual se dirige o discurso, a sua idade presente, a circunstância de tempo¹, o lugar, a fortuna² e as matérias de base³ de que tratarão os futuros discursos; [15] de seguida, devem tentar-se já proferir discursos adequados.

De facto, em virtude da sua idade, há um discurso apropriado para cada um, não o mesmo para o mais velho e para o mais jovem, mas, a nosso ver, o do mais jovem será misto de simplicidade e de sageza, o do mais velho de inteligência e de experiência. Em virtude da sua natureza, também seriam adequados discursos distintos [20] para um homem e para uma mulher; em virtude da fortuna, para um servo e para um homem livre; em virtude da ocupação, para um soldado e para um camponês; em função da disposição⁴, para um apaixonado e para um homem que domina as emoções⁵; em virtude da origem, os discursos do lacónio são, por um lado, curtos e contundentes, ao passo que, por outro, os do homem ático são loquazes. Também afirmamos que,

¹ Cf. supra VII, 30, p. 126 n. 10.

² Gr. τύχη.

³ Gr. ἡ ὑποκειμένη ὅλη: no original no singular.

⁴ Téon alterna διὰ com κατὰ (ambas as preposições regendo acusativo), decerto para evitar, como sugere Butts (vd. n. 7 ao presente capítulo), as assonâncias resultantes de διὰ διδάσκειν.

⁵ Gr. ὁ σωφρονῶν.

amidade, Heródoto se exprimia em idioma bárbaro, embora escrevendo [25] em grego, por ter imitado os discursos dos bárbaros.

Há discursos apropriados também a lugares e a circunstâncias de tempo, pois não se usam os mesmos para a caserna e numa assembleia, na paz e na guerra, para vencedores e para vencidos, e o que mais estiver associado às personagens.

[30] E mais, também os próprios assuntos possuem, cada um em particular, uma expressão apropriada. Podemos ficar expertos nela se não falarmos com humildade sobre assuntos importantes, nem com elevação sobre os irrelevantes, nem com solenidade sobre os banais, nem com leviandade sobre os terríveis, nem com enfatuação sobre os vergonhosos, nem com arrogância sobre os deploráveis. Pelo contrário, devemos proporcionar [35] o que é apropriado para cada assunto, procurando o que é adequado ao mesmo tempo à personagem, ao lugar, ao tempo, à fortuna e a cada um dos elementos supramencionados.

E uma vez que, por conseguinte, é plurívoca a diversidade de personagens e assuntos (pois ou pedimos algo, ou estimulamos, ou dissuadimos, ou [40] encorajamos, ou pedimos desculpas para os actos que cometemos, ou alguma coisa do género), é necessário expor fontes de argumentação apropriadas em função de cada um deles.

Ao estimularmos, pois, diremos portanto (1) aquilo cujo respeito estimulamos tem possibilidade de acontecer; que (2) é fácil, (3) nobre e (4) apropriado; [45] que (5) é conveniente, (6) justo, (7) pio⁶ (e isto de forma dupla: quer para com os deuses, quer para com os defuntos) e⁷ (8) agradável; que (9) não somos os únicos nem (10) os primeiros a fazê-lo; que, (11) ainda que sejamos os primeiros, é muito melhor iniciar obras nobres; que (12) o que foi feito não traz arrependimento. (13) Há que referir, também, se alguma iniciativa foi tomada previamente por parte de quem estimula [50] em relação a quem é estimulado e em outras ocasiões retirou proveito de se deixar

⁶ Gr. *δσιον* ou “conforme às leis divinas”, por oposição ao que é simplesmente *δίκαιον* ou “justo, conforme às leis humanas”. Veja-se o esclarecimento breve que de imediato Téon dá entre parênteses a respeito do sentido deste adjectivo.

⁷ No original a conjunção integrante *δτι* em anáfora.

persuadir. Será idêntico o modo de argumentação no caso de fazermos algum pedido. Ao dissuadirmos, porém, argumentaremos com base nos contrários.

No caso de encorajarmos, usaremos os argumentos deste modo: dizendo que é inevitável⁸ o sucedido, comum a todos e involuntário. [55] Com efeito, as pessoas dotadas de discernimento sentem o mínimo de consternação perante os acontecimentos involuntários. Se for voluntário, dir-se-á que cada qual⁹ é o único responsável, pois pelo seu egoísmo sente menos consternação aqueles que sofrem desaires por sua própria culpa. Dever-se-á também dizer que há males maiores¹⁰ do que este, que muitas outras pessoas, quando o experimentaram, suportaram de bom ânimo. Além disto, dir-se-á que, se é, numa palavra, [60] doloroso, por outro lado também é, em suma, nobre e reputado¹¹. De seguida, dir-se-á que é proveitoso e que não há nenhuma vantagem na consternação pelo que já aconteceu.

Também a compaixão tem um grande poder de consolação, sobretudo se se compõem discursos para um funeral, pois os que sofrem opõem-se por natureza aos que consideram que eles não experimentaram [65] nada de terrível e, para além da consternação, como que se irritam contra quem lhes oferece consolo, ao passo que mais facilmente acedem de certa forma aos encorajamentos da parte de quem com eles partilha o pesar, como se viessem da parte de familiares. Por isso, é depois dos lamentos que se acrescentarão as palavras de conselho.

Mas quando pedirmos desculpas, obteremos as fontes de argumentação do seguinte: [70] em primeiro lugar, dizendo que o acto é involuntário (e isto por ignorância, azar ou fatalidade¹²). Mas, se for voluntário, dir-se-á que é pio, habitual e proveitoso. Deve argumentar-se com base nos lugares que for possível, pois nem todos eles são adequados para todas as prosopopeias incluídas dentro da mesma espécie.

⁸ Gr. ἀναγκάϊον.

⁹ No original αὐτός "ele próprio".

¹⁰ No original no singular.

¹¹ Gr. ἔνδοξον.

¹² Gr. τύχη e ἀνάγκη. Seguimos a versão de Reche Martínez, *op. cit.*, p. 135.

[75] Este exercício é especialmente indicado para admitir caracteres e emoções. Assim, pois, em geral é suficiente para o nível de uma introdução, ainda que os jovens se exercitem com base num tão grande número de lugares. No entanto, quem pretender manusear de modo mais rigoroso e perfeito as prosopopeias pode utilizar também as fontes dos argumentos de que falaremos [80] um pouco mais adiante a propósito das teses.

CAPÍTULO IX

Do encómio e da censura

Encómio é uma composição que apresenta a grandeza das acções valorosas¹ e das demais boas qualidades² respeitantes a uma personagem determinada.

Este exercício, quando dirigido aos vivos, é chamado nos nossos dias especificamente [5] de “encómio”, ao passo que se denomina “epitáfio” quando dirigido aos mortos e “hino” quando dirigido aos deuses³. Porém, quer se dirija um encómio⁴ a pessoas vivas, a defuntas, ou até a heróis e a deuses, um só e o mesmo é o método dos argumentos.

Tem o nome de “encómio” por os antigos fazerem num *komos*⁵ [10] e por entretenimento louvores aos deuses.

Uma vez que, porém, se elogiam sobretudo as boas qualidades e algumas das boas qualidades se reportam ao espírito e ao carácter, outras ao corpo, outras existem ainda

¹ Téon esbate um tanto a distinção que Aristóteles, *Rhet.*, I, 9, 1367b 27-31, fez de espécies do género epidíctico: o *ἐπαινος* “elogio” e o *ἐγκώμιον*. Especificamente, o primeiro é um louvor da ἀρετή e do carácter de um indivíduo, revelados através dos seus actos e obras, o segundo dos seus actos particulares. Ora, uma vez que, como diz o Estagirita, *loc. cit.*, “as obras são indícios do temperamento habitual” (τὰ δ’ ἔργα σημεῖα τῆς ἕξεως ἐστίν), também se podem pronunciar ἐγκώμια dos próprios autores de tais obras. Daí que Téon funde os dois conceitos particulares no único e não distintivo de ἐγκώμιον, que define *ipsis uerbis* como Aristóteles definira o *ἐπαινος* (ἐστὶ λόγος ἐμφανίζων μέγεθος ἀρετῆς), acrescentando à sua definição a menção τῶν πράξεων “das acções” (Vd. Butts, n. 2 à versão do presente capítulo). Todo o tratamento do ἐγκώμιον e do seu contrário, o ψόγος, de resto, muito deve, como fonte, a Aristóteles, *Rhet.*, I, 9, dedicado ao género epidíctico (cf. a este respeito as notas que Butts vai inserindo ao longo de todo este capítulo, nas quais evidencia os paralelismos).

² Gr. τὰ ἀγαθὰ.

³ Gr. ἐπιτάφιος e ὕμνος. Nem Hermógenes (15, 38 sqq.) nem Aftónio, nos seus Προγυμνάσματα, fazem menção da espécie do ἐπιτάφιος. Por outro lado, tal como Aristóteles (cf. supra n. 1), distinguem entre *ἐπαινος* e *ἐγκώμιον*, colocando, porém, o fundamento da distinção na extensão de um e de outro: este mais longo e pronunciado com artifício retórico, aquele mais breve. A respeito da distinção entre *ἐγκώμιον* e ὕμνος, concordam com Téon: esta última espécie de discurso epidíctico tem por objecto a divindade.

⁴ Gr. ἐγκωμιάζειν.

⁵ Gr. κῶμος: a procissão popular dórica fálica e dionisíaca que, segundo alguns, estaria estado na origem da comédia. Hermógenes (15, 3-4) e Aftónio, 21, 6, por seu turno, derivam ἐγκώμιον de κῶμαι “aldeias”.

extrínsecas a nós, é evidente que estes serão os três pontos baseados nos quais conseguiremos produzir encómios.

[15] Das extrínsecas, (1) a primeira qualidade é a nobreza de estirpe⁶, que é dupla: ou da cidade, do povo e a boa governação, ou dos pais e demais familiares; de seguida, (2) a educação, (3) amizades, (4) reputação, (5) cargo público, (6) riqueza, (7) abundância de filhos, (8) uma morte tranquila.

[20] São qualidades do corpo a saúde, força, beleza e boa sensibilidade.

Boas qualidades espirituais são a seriedade de carácter e as acções conformes a ela; por exemplo: dizer que⁷ se é sensato, temperado, corajoso, justo, pio, liberal, magnânimo e todas as coisas do género.

[25] Nobres acções são quer as elogiadas depois da morte (já que aos vivos o costume é bajulá-los), quer, pelo contrário, aquelas de que fazemos o encómio enquanto ainda estamos vivos e que ultrapassam a inveja da maioria, pois, segundo Tucídides, sente-se inveja dos vivos por rivalidade⁸, quer as que praticamos em prol de outrem e não de nós próprios, pelo seu [30] carácter nobre e não por conveniência ou por agrado, quer aquelas em que a canseira é de um indivíduo, mas o proveito comum, aquelas graças às quais a maioria experimenta grandes benefícios e também as que praticamos pelos nossos benfeitores, e sobretudo pelos defuntos. Por este motivo, também se elogiam as vinganças e os perigos que se correm pelos amigos.

[35] De elogiar são também as acções realizadas na ocasião oportuna, e se alguém agiu sozinho ou foi o primeiro, ou quando ninguém agiu, ou quando teve maior intervenção do que os demais, ou juntamente com uns poucos, ou para além do que lhe permitia a idade, ou contra as expectativas, ou no meio de dificuldades, ou tudo quanto foi muito fácil e rapidamente levado a cabo.

⁶ Gr. εὐγένεια.

⁷ No original a conjunção integrante ὅτι em anáfora.

⁸ II, 45, 1: passo já citado supra em I, 130-131, cf. p. 68.

Devem também adoptar-se os juízos das pessoas de renome, tal como [40] as que elogiam Helena porque Teseu a preferiu⁹.

É também útil conjecturar os actos futuros com base nos passados, como se se dissesse, a propósito de Alexandre da Macedónia: “Que teria ele feito, depois de ter submetido tantos e tão grandes povos, e tivesse vivido um pouco mais de tempo?” E, como escreve Teopompo no *Encómio* [45] de Filipe: “Se Filipe tivesse tencionado prosseguir com as mesmas práticas, teria reinado também sobre toda a Europa”¹⁰.

Também não é inútil fazer menção dos homens que já foram celebrados, cotejando as suas obras com as daqueles de quem presentemente fazemos o encómio¹¹.

É de bom tom por vezes compor um encómio com base nos nomes, na [50] identidade dos nomes ou nos sobrenomes¹², a menos que seja demasiado grosseiro e ridículo. Com base nos nomes, por exemplo: dizer que “Demóstenes era como que a força do povo”¹³; com base na identidade dos nomes, quando alguém tem, por acaso¹⁴, o mesmo nome de um homem celebrado; com base nos sobrenomes por exemplo: Péricles foi cognominado de “Olímpio” pela [55] grandeza das suas empresas.

Estes são, em suma, os lugares com base nos quais argumentaremos. Servir-nos-emos deles deste modo: depois do proémio falaremos sobre a nobreza de estirpe e as demais boas qualidades, quer as extrínsecas, quer as que se referem ao corpo, expondo o discurso não de uma forma simples nem como as coisas aconteceram¹⁵, mas, a propósito [60] de cada qualidade, mostrando que a pessoa não se serviu dela de um modo imprudente, mas sensatamente e como devia. De facto, elogiam-se muito pouco

⁹ Numa das aventuras que teve este lendário herói e rei ateniense, conta-se que, juntamente com seu amigo o lápita Piríto, decidiu que só desposaria filhas de Zeus. Raptaram, então, Helena, ainda menor, escolhida por Teseu, e Perséfone, a esposa de Hades.

¹⁰ Jacoby, *op. cit.*, II B 115 frg. 256.

¹¹ É clara a oposição entre o pretérito perfeito (τῶν ἤδη δεδοξασμένων) e o presente no original (τὰ τῶν ἐγκωμιαζομένων), que tentámos manter na nossa versão com o auxílio do advérbio “presentemente”. Reche Martínez, *op. cit.*, p. 126, verte de forma semelhante.

¹² Gr. δμωνυμία e ἐπωνυμία.

¹³ Gr. Δημοσθένης, de δῆμος “povo” e σθένος “força”.

¹⁴ Gr. τύχη.

¹⁵ Gr. ὥς ἔτυχε, lit. “como aconteceu”: isto é, segundo Butts, *op. cit.*, IX, 59, p. 475 n. 37, por ordem cronológica. Reche Martínez, *op. cit.*, p. 126 verte por “al azar”, isto é, “ao acaso”, outro dos sentidos possíveis para o verbo τυγχάνω e o substantivo cognato (cf. n. anterior).

as boas qualidades que se possuem, não por arbútrio pessoal, mas por obra do acaso¹⁶. Por exemplo: “apesar de afortunado, ele era moderado, sociável¹⁷, constante¹⁸ com os amigos e justo, e comportou-se com temperança relativamente às excelências de seu corpo”.

[65] Se não possui, porém, nenhuma destas qualidades supramencionadas, dir-se-á que, apesar de afortunado, não era grosseiro, nem um criminoso apesar de estar na miséria, nem um escravo apesar de passar necessidades, e que, apesar de natural de uma cidade pequena, se tornou ilustre, a exemplo de Ulisses e Demócrito¹⁹, e, apesar de educado sob um regime político vicioso, não se corrompeu, antes se tornou o melhor dos do seu tempo, [70] como Platão na oligarquia. É também de elogiar se alguém, ainda que proveniente de uma família humilde, se tornou importante, como Sócrates, o filho de Fenárete, a parteira²⁰, e de Sofronisco, o escultor. É também digno de admiração aquele que, provindo de um ofício de artesão ou de uma situação²¹ adversa, foi capaz de operar algo de bom, como são os casos de Héron, o curtidor, e Leôncio, a [75] cortesã, dos quais se diz que se dedicaram à filosofia. Na verdade, é sobretudo no meio das desventuras que resplandece o valor.

Depois disto, trataremos das suas acções e êxitos, sem os narrar sucessivamente, pois à medida que falamos acrescentamos outros em função de cada virtude em particular, explanando de seguida as suas obras; por exemplo: [80] que era temperado, e dizer de antemão e expor de imediato que obra temperada foi por ele praticada. E procederemos da mesma forma relativamente às demais virtudes. Quanto às calúnias, ou não se deve falar delas (já que sobrevém a lembrança dos erros), ou dever-se-á fazê-lo de modo quanto possível dissimulado e encoberto, para que não façamos

¹⁶ Gr. προαίρεσις e τύχη.

¹⁷ Gr. φιλόανθρωπος.

¹⁸ Gr. ὁ αὐτός, lit. “o mesmo”.

¹⁹ Ulisses era natural da pequena ilha de Ítaca. Este topónimo de resto, apenas é lembrado por ser a pátria do protagonista da *Odisseia* de Homero. Demócrito, por seu turno, nascera em Abdera, cidade da Trácia que viu nascer também uma outra individualidade de craveira: nada mais nada menos do que o célebre sofista Protágoras (séc. IV a.C.).

²⁰ Gr. μαῖα. Por analogia com o ofício da mãe, Sócrates utilizou um método pedagógico que ficou conhecido como “maieútica” (μαιευτική τέχνη).

²¹ Gr. τύχη.

inadvertidamente um discurso de defesa²² em vez de um encómio. De facto, é apropriado proferir uma defesa [85] daqueles que são acusados de um crime, mas proferir um elogio daqueles que se distinguem por alguma boa qualidade.

No tocante aos encómios das qualidades inanimadas, como o mel, a saúde, a virtude e similares, produzi-los-emos de modo análogo segundo os lugares supramencionados, argumentando com base naqueles que for possível. Com base nestes, [90] proferiremos o elogio, e censuraremos com base nos contrários²³.

²² Gr. ἀπολογία. Recorde-se que nos encontramos no domínio do género epidíctico e não do forense. Téon não deixa, de imediato, de advertir para a distinção entre um e outro.

²³ A última frase tem estrutura quiástica, que mantivemos na tradução.

CAPÍTULO X

Da comparação

Uma comparação é uma composição que põe lado a lado o melhor ou o pior.

Existem comparações de personagens e coisas¹; de personagens, por exemplo: de Ájax e Ulisses; de coisas, por exemplo: [5] de sabedoria e coragem. Porém, uma vez que damos a preferência a uma pessoa sobre outra ao considerarmos as suas acções e já que qualquer outra coisa que a elas se reporte é uma qualidade sua, único será o método² para ambos.

Em primeiro lugar, esclareça-se que as comparações não se fazem entre os objectos³ que registam uma grande diferença entre si (de facto, é ridículo aquele que não sabe qual é mais corajoso, se Aquiles ou Tersites), mas entre [10] os semelhantes e aqueles acerca dos quais estamos em controvérsia sobre qual se deve colocar em primeiro lugar, por não vermos qualquer superioridade de um em relação ao outro.

Assim, quando compararmos personagens, em primeiro lugar poremos em confronto a nobreza de estirpe, a educação, a abundância de filhos, [15] os cargos, a reputação, a disposição do corpo e quaisquer outras qualidades, quer as relacionadas com o corpo, quer as extrínsecas, as quais referimos anteriormente no capítulo *Dos encómios*.

Depois disto, compararemos as acções dando a preferência às mais nobres e às que são causa de mais e maiores bens, às [20] mais sólidas e as mais perenes, às realizadas no momento oportuno, as de que resulta um grande prejuízo se não se realizaram, mais às que resultam de um arbítrio do que às que se devem a uma obrigação e a um acaso,

¹ Gr. πράγματα: inclui, como veremos, quer conceitos abstractos, quer coisas concretas (como o mel: vd infra. Engloba, pois, tudo que não se refira a personagens (πρόσωπα). Daí, a versão que nos pareceu mais leal ao vocábulo tão comum e ao sentido tão generalizante do original foi esta, pelo também comum e generalizante português "coisas". Assim também verte Reche Martínez, *op. cit.*, p. 128.

² Gr. μέθοδος.

³ "Objectos" aqui entender-se-á como "matérias sobre as quais se centra a comparação" (e podem ser, pois, de dois tipos: πράγματα e πρόσωπα): no original, apenas o uso do neutro plural, também demasiado generalizante. Procurámos evitar adoptar uma versão por "coisas", para não confundir com πράγματα.

mais às que foram obra de poucos do que às que o foram de muitos (efectivamente, o que é comum e das massas não é de louvar), mais as que realizámos com esforço do que facilmente, [25] e mais às que levámos a cabo para além da nossa idade e capacidade do que quando tal era possível.

Quanto às calúnias, de que falámos no capítulo *Dos encómios*, ou não se deve falar delas, ou dever-se-á fazê-lo tão rapidamente quanto possível. Quanto às da pessoa adversária⁴, porém, é conveniente depreciá-las e pô-las a ridículo, pois a diferença entre [30] uma comparação e a hipótese assentará nisto: na hipótese, com efeito, depois de expormos os êxitos apropriados, também amplificaremos se algum crime foi cometido pelos adversários, ao passo que a comparação se propoe tão só investigar apenas a superioridade dos êxitos.

Quando, porém, comparamos coisas, parecerá talvez ridículo investigar aí [35] uma relação de parentesco ou algo do género, mas nada impede que se dê atenção a tais aspectos, de acordo com a analogia; por exemplo: aos seus criadores⁵, a sua natureza⁶, ou o espaço a que naturalmente pertencem, como se se dissesse que "a saúde é filha de Apolo", uma vez que o deus é médico, ou que "o mel provém do céu", porque a maioria pensa que a sua substância [40] provém do orvalho, ou que "sim, por Zeus, mas provém da melhor cidade", já que o mais excelente mel tem naturalmente origem na Ática, e todos os aspectos do género. De seguida, referir-se-ão também as vantagens resultantes de cada uma das coisas postas em confronto.

Assim, faremos as comparações dos melhores objectos⁷ com base nestes aspectos, [45] mas com base nos contrários quando, de dois que são evitáveis, procuramos descobrir o pior; por exemplo: imoderação e dor.

⁴ Isto é, num pleito judicial.

⁵ Gr. *εὐρεταί*.

⁶ Gr. *φύσις*, ou "elementary substance" de que se compõem as coisas, no sentido da física estóica, como interpreta Butts (cf. n. 15 a este passo).

⁷ Neutro plural, simplesmente aqui no genitivo τῶν βελτιόνων: cf. supra n. 3. Para Butts, *op. cit.*, n. 19 à sua versão, este genitivo está dependente quer de πράγματα quer de πρόσωπα. De facto, Téon parece fazer aqui na súmula do tratamento dos lugares com base nos quais se procederá à comparação de qualquer dos dois tipos de objecto possíveis, não obstante os dois exemplos que cita serem apenas de πράγματα.

Ora, pois, as comparações de um objecto com qualquer outro poderão fazer-se metodicamente desta forma. Porém, quanto às comparações de vários objectos com outros, costumamos fazê-las de dois modos: (1) um dos modos, efectivamente, ocorre quando, [50] escolhendo os mais proeminentes de entre os que estão a ser comparados, os confrontamos entre si, e, em função da comparação deles, acharmos conveniente deter-nos também na globalidade do género face à globalidade de outro. Por exemplo: se pretendermos comparar o género masculino com o feminino, para sabermos qual deles é mais corajoso, acharemos conveniente, comparando o mais corajoso dos homens com a mais corajosa [55] das mulheres para descobrirmos qual é superior, apresentar também dessa forma todo um género como superior ao outro.

Se, então, pretendermos preferir o género masculino ao feminino, procederemos da seguinte forma: suporemos, efectivamente, que Temístocles é mais valoroso do que o género masculino em coragem, e Artemísia do que [60] o feminino. Logo, se Temístocles é mais corajoso do que Artemísia, também o género masculino é mais corajoso do que o feminino.

Se, no entanto, quisermos dar a preferência ao género feminino sobre o masculino, suporemos que Tómiris⁸ é a mais corajosa das mulheres e Ciro o mais corajoso dos homens. Logo, se Tómiris é mais corajosa do que Ciro, o [65] género feminino é também mais corajoso do que o masculino.

(2) O segundo modo ocorre quando não confrontamos uma ou duas das mulheres mais destacadas com os homens mais destacados, mas damos a preferência àquele género em que o número de notáveis é maior. Por exemplo: se é maior o número de homens corajosos do que o das mulheres, também o género [70] masculino é mais corajoso do que o das mulheres, pois, se Tómiris, a masságeta, ou Espáretra, mulher de Amorges, rei dos Sacas, são superiores a Ciro, ou ainda — sim, por Zeus — que Semíramis é superior a Zoroastro, o báltio, não se deve por consequência também

⁸ Heródoto, I, 205-214 relata como Ciro, pretendendo a mão de Tomíris, rainha dos Masságetas, em matrimónio e recebendo como resposta uma recusa, usou a força e a violência para com a família e o povo massageta, e de como, consumando a sua vingança, a rainha obteve a derrota e a cabeça decepada do rei dos reis.

admitir que o género feminino é mais corajoso do que o masculino, havendo apenas uma ou duas mulheres de muita coragem, mas um número grande [75] de homens.

A modalidade das composições é dupla, pois ou percorreremos uma composição específica em função de cada um dos objectos comparados ou uma única relacionada com os dois, dando a preferência a um deles tal como Xenofonte no *Banquete*, que, ao pôr em confronto o amor da alma com o do corpo, [80] lhe dá a preferência⁹.

⁹ *Symp.* VIII 12: passo já citado por Téon supra em II, 88-90, cf. p. 74 n. 38.

CAPÍTULO X

Da tese

Tese é uma averiguação lógica que admite controvérsia, sem personagens determinadas nem circunstância alguma; por exemplo: "se se deve casar", "se se deve ter filhos" ou "se existem deuses".

[5] Difere do lugar comum por ser este uma amplificação de um facto reconhecido¹, ao passo que a tese o é de um facto controverso. Por isso mesmo, Hermágoras Temnos² a designa por "ponto em juízo"³ e Teodoro de Gádara⁴ por "tópico de argumentação num discurso"⁵. Diferem também no tocante ao resultado por na tese a finalidade ser persuadir e no lugar comum [10] tirar uma vingança⁶, e por o lugar comum se pronunciar num tribunal e aquela numa assembleia e num auditório; mais ainda, são

¹ Vd. supra cap. VI *Do lugar comum* e a definição de *τόπος*.

² Hermágoras de Temnos (*floruit* em meados do séc. II a. C.) propôs uma nova classificação dos três *γένη ῥητορικά* contraposta à aristotélica, cujo critério de distinção assentava nas circunstâncias, nas posições e nos papéis relativos do orador e do auditório. A classificação de Hermágoras tinha em conta o grau de maior ou menor abstracção e generalidade das questões em debate. Distinguiu assim entre *θέσις*, questão indeterminada, abstracta e de âmbito geral, e *ὑπόθεσις*, questão determinada, concreta e de âmbito particular. Téon adopta esta distinção e os seus fundamentos e dá exemplos de um e de outro que a tomam clara (cf. o parágrafo introdutório do presente capítulo e sobretudo o I, 60-65, p. 65). As diferenças que opõem os dois tipos de questão são as mesmas que opõem a *χρεῖα* e a *γνώμη* (Lausberg, *op. cit.*, fim do § 70, citando Santo Isidoro de Sevilha, *Orig.* II, 11, 1-2): a *ὑπόθεσις* e a *χρεῖα* reportam-se a personagens e circunstâncias determinadas, a *θέσις* e a *γνώμη* abstêm-se de qualquer determinação (cf. o início do cap. III, 7-9, p. 79). Finalmente, dada a sua natureza, a primeira é objecto privilegiado da filosofia, a segunda da retórica. Hermágoras estudou ainda as questões do ponto de vista da determinação do estado ou da postura a assumir no púlpito pelos dois antagonistas na defesa que cada um faz da própria posição de e no ataque à do outro, com aplicação sobretudo no *γένος δικανικόν*, o género polémico por natureza. Trata-se da teoria das *στάσεις*. Ambas as teorias conheceram notável difusão em toda a Antiguidade. Relativamente à primeira, os latinos propuseram os conceitos de, respectivamente, *quaestio infinita* ou simplesmente *quaestio* e *quaestio finita* ou *causa*. A segunda, por sua vez, foi bastante desenvolvida. Hermógenes escreveu um *Περὶ στάσεων*. Em virtude de ser especialmente útil, como já dissemos, nos processos forenses, de grande preferência entre os romanos, mereceu também larga atenção nas teorias retóricas latinas dos *status* ou *constitutiones causae*, designadamente em Cícero (*De or.*, *Inv. Rhet.*, *Or.*, *Topica*, *Partitiones*), na *Rhet. Her.* e em Quintiliano. A preocupação com os *status* está bem patente nos próprios discursos do Arpinate.

³ Gr. τὸ κρινόμενον.

⁴ Sobre Teodoro de Gádara cf. *RE*

⁵ Gr. κεφάλαιον ἐν ὑποθέσει.

⁶ No cap. VI Téon não aponta nenhum τέλος para o *τόπος*.

juízes a ouvir o lugar comum e cidadãos em geral a tese; e também em função de muitos outros aspectos.

Difere da prosopopeia por a tese não apresentar nenhuma personagem, mas a prosopopeia o fazer e se concentrar principalmente [15] na descoberta das palavras apropriadas para as personagens introduzidas. De facto, não se exporão as palavras da mesma forma quando simplesmente se examina se se deve ter filhos⁷ e quando se introduz um pai a aconselhar o filho a que os tenha.

Tomaremos os proémios das teses seja de um aforismo [20] que confirme a tese, seja de um provérbio, uma cria, uma sentença⁷ útil ou uma história, seja de um encómio ou censura do facto a que respeita a investigação. Não temos narrativas nas teses, pois o facto que lhes subjaz não está envolto em nenhuma circunstância precisa. Pelo contrário, a seguir ao proémio disporemos os tópicos.

[25] Uma vez que, das teses, umas são teóricas, as que são objecto de investigação apenas com o fim de especulação teórica e conhecimento (por exemplo: "se os deuses exercem providência sobre o mundo"), outras são práticas, fazendo referência a uma qualquer acção (por exemplo: "se se deve casar"), é evidente que as práticas são também mais próprias da política e conformes ao carácter da retórica, ao passo que as teóricas [30] são mais apropriadas para os filósofos⁸. Não é menos possível também para os empreendimentos da retórica lançar mão destas segundo os lugares respeitantes às teses práticas.

Não existe, no entanto, diferença alguma no caso de se falar desta forma: "se se deve ou não casar"; e, por outro lado: "se se deve escolher ou evitar o casamento". Com efeito, uma só [35] e a mesma coisa é o que através de todas estas expressões se está a mostrar.

⁷ Gr. ἀπόφθεγμα.

⁸ Está aqui subjacente, mais uma vez, a discussão em torno das competências da filosofia e da retórica (cf. supra n. 2). As θέσεις πρακτικαί podem converter-se em ὑποθέσεις nos debates políticos, quando se aconselha um determinado indivíduo a realizar uma acção ou a tomar uma iniciativa sob determinadas circunstâncias precisas e típicas (cf. Lausberg, *op. cit.*, §§ 1135, 2 e 1137, 1).

Assim, pois, os tópicos principais das teses práticas retiram-se, quando se confirma, da necessidade, da beleza, da conveniência e do prazer, e, quando se refuta, dos seus contrários. Relativamente a cada uma, porém, argumentaremos com base nos lugares [40] que for possível, pois, como vimos assinalando, não é possível argumentar em relação a todos os problemas com base em todas as fontes de argumentação.

Existem ainda os seguintes lugares de argumentação⁹: primeiro, diremos (1) que é possível que suceda o que está a ser considerado através da tese; segundo, que (2) é conforme à natureza e aos hábitos e costumes da maioria dos seres humanos, pois, para [45] se realizar alguma coisa, não basta a possibilidade de ela suceder se não estiver em conformidade com a natureza e com a norma¹⁰; terceiro, que (3) é fácil de suceder; mas, se não for fácil (embora possível de ser realizado), que (4) é, deste modo, muito mais digno de louvor do que se fosse fácil.

De seguida, diremos que (5) não agimos sozinhos, mas que muitos [50] outros também o fazem; depois, que (6) não somos os primeiros, mas que houve também outros antes de nós. Se, porém, formos os únicos ou os primeiros, diremos que (7) é muito melhor ter iniciado obras nobres. É também mais digno de louvor o que se faz sozinho, mas não o que se faz juntamente com outro.

Depois, diremos que (8) é apropriado; depois, que (9) é justo; depois, que (10) é piedoso (este último aspecto em dois sentidos: efectivamente, é grato quer aos deuses [55] quer aos defuntos); seguidamente, que (11) é necessário; depois, que (12) é reputado, que (13) é proveitoso, que (14) é conveniente para a segurança, que (15) é causa de factos mais importantes, que (16) é agradável e que, (17) caso não se realize, gera arrependimento e é dificilmente corrigível.

[60] (18) Com base nos contrários: de facto, se não se deve fazer o contrário, isto deve fazer-se. E, se o contrário é vergonhoso, isto é nobre. E, se aquele é inconveniente, este é conveniente. E, se o contrário é desagradável, este é agradável.

⁹ Gr. *ἄπορι*.

¹⁰ Gr. *νόμος*.

Do mesmo modo procederemos (19) com base na semelhança: se, com efeito, [65] se deve escolher o semelhante, também isto se deve escolher. De igual forma, (20) com base na inferioridade e (21) na superioridade e (22) com base na parte e (23) na totalidade. Depois, argumentaremos (24) com base na finalidade pela qual escolhemos precisamente este facto. Se, efectivamente, se deve escolher a finalidade, também se devem escolher os factores que ocasionam essa finalidade.

[70] Depois disto, (25) com base no conteúdo, dizendo que contém em si muitas coisas nobres, convenientes e agradáveis. Em seguida, argumentaremos (26) com base nos antecedentes do facto, nos concomitantes do próprio facto e, em terceiro, nos seus consequentes.

No entanto, no caso de um aluno mais avançado, tomar-se-á [75] um dos lugares supramencionados bem como o testemunho dos homens insignes, dos poetas, dos estadistas e dos filósofos. Além disso, se algumas das histórias concordarem com o que se está a afirmar, também se deverá mencioná-las, não desordenadamente nem como aconteceram, mas fornecendo os exemplos em amplificação: primeiro, dos actos realizados por um único homem e [80] um simples particular; de seguida, dos realizados por um governante ou um rei; depois, dos realizados por uma cidade; e, no fim, dos sucedidos em alguma regiões ou nações. Deve-se fazê-lo, contudo, de modo a que o discurso não fique cheio de histórias e de poesia¹¹. Refutar-se-á com base nos contrários.

Quanto à ordenação dos argumentos, procederemos tal como [85] procedemos acima em relação à dos lugares, começando, pelos primeiros e prosseguindo até aos últimos.

Como exemplo, considere-se como primeira tese alguma das práticas; por exemplo: "se um sábio se dedica a política"¹². Assim, pois, quando se confirma a necessidade de

¹¹ Gr. τῶν ποιημάτων: literalmente, "de poemas".

¹² Este é o tema central da *República* de Platão, o mais famoso ensaio a ele consagrado. A tese defendida por Sócrates é a de que são precisamente os sábios — isto é, os filósofos — quem, mais do que ninguém, corresponda às exigências da governação de um Estado. É também este um dos princípios do programa ético do estoicismo: é por conhecer o bem e o mal que o sábio deve participar no governo, contribuindo deste modo para conduzir os demais concidadãos na senda da virtude. Os epicuristas, pelo contrário,

uma dedicação à política, dever-se-á dizer, em primeiro lugar, que (1) é possível para o [90] sábio dedicar-se à política; em segundo, (2) como isso é conforme à natureza, porque, por exemplo, também entre os animais selvagens existe uma forma de governo e em cada manada há um chefe e porque, entre os bárbaros como entre os gregos e, segundo se diz, entre os próprios deuses, governam sempre os mais sérios.

Seguidamente, dir-se-á que (3) também é fácil para o sábio dedicar-se à política, pois ao ter-se exercitado [95] nas matérias relativas ao carácter humano¹³, não exercerá de forma desmesurada a presidência entre os seres humanos. Depois, que, (4) ainda que não fosse fácil, é contudo necessário, como mais importante do que as suas canseiras, colocar a prosperidade do Estado.

Seguidamente, que (5) ele também dispõe de um grande número de colaboradores entre os seus [100] concidadãos. E também que (6) não é o primeiro, mas que muitos sábios se dedicaram à política: Pítaco, Sólon, Licurgo, Zaleuco¹⁴ e uma miríade de outros. Depois, que, (7) ainda ninguém se tenha dedicado à política, nem outrora nem actualmente, é contudo digno de maior louvor um iniciador de obras nobres.

Depois disto, que (8) é próprio do sábio dedicar-se à política. [105] Efectivamente, quem melhor do que ele discernirá o que é justo, aconselhará o que é conveniente, proporá leis e decretos, dará cumprimento a tudo isto sem se deixar corromper? Em que ofício revelará ele melhor a sua virtude e a sua similitude com a divindade?

Além disto, dir-se-á que é (9) justo retribuir à sua pátria, [110] aos cidadãos e aos deuses nacionais as recompensas pela criação e educação que auferiu entre eles. De seguida, que (10) é agradável para os falecidos que os seus familiares estejam de boa saúde. Depois, que (11) é necessário que a cidade tenha alguém que vele [115] por ela, sobretudo uma pessoa séria, pois sem ela uma cidade não pode sustentar-se erguida.

advogavam a absoluta abstenção nos assuntos políticos e administrativos. Cf. Séneca, *De otio* III, 2. A escolha deste tema para exemplificar a argumentação de uma tese é um dos indícios de influência estoíca em Téon (cf. Reichel, *op. cit.*, pp. 27-28).

¹³ No original no plural: *περὶ ἥθων ἀνθρωπίνων*.

¹⁴ Pítaco de Mitilene e Sólon de Atenas são dois dos Sete Sábios da Grécia. Licurgo (*circa* séc. IX a. C.) foi o — quase — lendário — fundador do Estado de Esparta, na forma e no regime político e social que tão bem conhecemos e que perdurou por muitos séculos (cf. *Lyc.* de Plutarco). Zaleuco foi um legislador e estadista da Lócria (*circa* séc. VIII a. C.).

Depois disto, que (12) ele se tornou alguém mais reputado do que antes fora por se dedicar à política, ainda que até então tenha sido um desconhecido. De seguida, que (13) com maior proveito passaria a sua vida de cada dia em matéria¹⁵ [120] de dinheiro, e que (14) com maior segurança estaria livre da inveja dos caluniadores e dos conspiradores.

Depois, que (15) a dedicação do sábio à política dá início e precedência a maiores e mais nobres actos, não só em privado como também em público, e que (16) também é do mais agradável a vida dos [125] que se dedicam à política. Isto acompanha quase naturalmente a maioria dos lugares supramencionados.

E ainda, além disso, que (17) que um governo que foi negligente e que registou uma mudança para pior é dificilmente corrigível, e que, para quem antes não se preocupou que ele fosse corrupto, o arrependimento chega quando não de nenhuma [130] utilidade.

Depois, (18) com base nos contrários: efectivamente, se agir contra a pátria é vergonhoso, a dedicação à política é nobre. E, se aquilo é inconveniente, isto é conveniente. E, se aquilo é desagradável, isto é agradável. E, (19) tratando-se do que se assemelha à dedicação à política (suponha-se que seja cuidar [135] dos jovens), se é nobre, conveniente e agradável, também a dedicação à política é nobre, conveniente e agradável.

(20) Com base na inferioridade, argumentaremos desta forma: se o homem sério deve cuidar de uma só casa, deve também cuidar da totalidade de uma cidade. (21) E de novo com base na superioridade: se o homem sério [140] deve superintender a uma povo, deve também superintender a uma só cidade. (22) Com base na parte: dir-se-á que, se o homem sério deve introduzir uma única lei conveniente ou até um único conselho, deve também introduzir uma constituição completa; e vice versa, (23) com base na totalidade: se o sábio introduz entre os homens uma constituição universal,

¹⁵ Gr. εἰς λόγον.

como Platão na sua *República*, [145] é justo também que exerça a política na sua própria pátria.

Depois disto, exporemos com minúcia¹⁶ (24) a prosperidade da cidade em paz e durante a guerra e, de uma maneira geral, durante uma época qualquer, o que constitui uma meta da nobre dedicação à política.

De seguida, (25) com base no conteúdo, dizendo que, por palavras e na aparência, [150] a dedicação à política proporcionará um só serviço à cidade, mas na prática há muitos. Efectivamente, segundo os discípulos de Aristóteles, é necessário que o homem que se dedica à política emita conselhos sobre guerra e paz, sobre recursos financeiros, sobre defesa territorial, sobre importações e exportações, sobre legislação e outros assuntos do género¹⁷.

[155] (26) Dos lugares dos antecedentes, dos concomitantes e dos consequentes do facto podem apresentar-se também exemplos relativos à tese que está a ser proposta; serão, porém, mais claros se forem relativos a uma outra tese. Por exemplo: “se se deve ter filhos”. Efectivamente, tomando o matrimónio e todos os factores que, de uma maneira geral, devem estar presentes antes de se ter filhos, elogiá-los-emos, [160] mostrando que são nobres, convenientes e agradáveis. E prosseguindo, de seguida, com os factos que acompanham o acto de ter filhos; depois disto, os que acontecem posteriormente; por exemplo: o cuidado e sustento na velhice e os sucessos e satisfações que provêm dos filhos, e aspectos semelhantes. Baseados nos contrários, teremos ao dispor meios para a refutação.

[165] Assim, pois, acerca das teses práticas é o que temos. Porém, vamos tentar desenvolver¹⁸ alguma das teóricas, partindo dos mesmo lugares. Não manteremos, no entanto, a mesma ordenação relativamente às teses práticas, mas procederemos antes da forma que parecer adequada ao problema proposto. Talvez seja preferível fazer o mesmo [170] relativamente também às práticas.

¹⁶ Gr. διέρχεσθαι.

¹⁷ Arist. *Rhet.* I, 4, 7 1359b.

¹⁸ Gr. διαπερν.

Uma ordenação é adequada a cada problema quando, proferindo no início os argumentos mais ligeiros e mais simples ou, melhor ainda, passando adiante, tomamos os mais incisivos e mais poderosos; quando ordenamos os que servem para confirmar quaisquer coisas antes daquelas [175] que servem para confirmar¹⁹; quando inserimos os fracos entre os mais fortes; e tudo o mais que se refere nos tratamentos da ordenação.

Assim, pois, considere-se que estamos a investigar “se os deuses exercem providência sobre o mundo”. Então, pois, diremos que (1) é possível para os deuses exercerem providência sobre nós e (2) em nada ficarem diminuídos pela sua preocupação [180] sobre o mundo. Depois, que (3) tal é fácil para a divindade, e sem qualquer esforço²⁰. De seguida, que (4) tem deidades²¹, heróis e outros deuses como colaboradores nessa sua preocupação.

¹⁹ Como assinala Butts, *op. cit.*, p. 534 n. 15, não se compreende muito bem o que Téon pretende com tal conselho. Efectivamente, não fornece nem esclarecimento algum, nem quaisquer exemplos práticos que o pudessem ilustrar.

²⁰ Gr. *πραγματοί*: assim verte Reche Martínez, *op. cit.*, p. 146, literalmente apenas “actividade”. A opção de tradutora espanhola justifica-se perfeitamente pelo sentido profundo do texto. De facto, uma “actividade” pode ser levada a cabo ou com esforço, implicando cansaças e dificuldades, ou sem ele. Uma versão literal seria demasiado neutra. E a providência, actividade divina, é exercida pelos deuses, como nos é dito, sem qualquer dificuldade. Butts, *op. cit.*, p. 535, verte por “explanatory material”.

²¹ Gr. *δαίμονες*. Inicialmente, o termo designava quaisquer deuses e a divindade em geral, como sinónimo de *θεός*; era assim em Homero e em alguma da literatura que a poesia homérica influenciou, como na trágica. Posteriormente, estabelecida uma hierarquia na ordem da divindade, os *δαίμονες* passaram a ser considerados como divindades inferiores, abaixo dos *θεοί* mas acima dos *ἄνθρωποι*, que eram seres humanos superiores, intermédios portanto entre deuses e mortais, nascendo por vezes de uniões entre estes e aqueles. Eram assim vistos como seres tutelares que habitavam a natureza, ou ainda como os manes dos defuntos que os vivos podiam invocar (por exemplo, dos homens da Idade Áurea, cf. Hes., *Op.*, v. 121). Também se chamou *δαίμων* aquilo que hodiernamente entendemos por “génio” protector e tutelar de cada ser humano, Estado, etc., a personificação da sua consciência, identificando-se, assim, com os impulsos naturais da alma e do carácter, determinantes do destino individual e podendo identificar-se com este. Neste sentido, há dois *δαίμονες*: um positivo, o lado bom, que impele ao bem e à virtude; o outro, negativo, que impele ao mal e aos vícios. Assim é, por exemplo, em Plutarco (cf. *Caes.* 69; *Art.* 15; *Cons. ad Apoll.* 109d; *De tranq. animi* 474b e, identificado com o próprio destino, 474c). Já os pitagóricos designavam por este termo a alma (vd. M. Détienné, *La notion de daimon dans le pythagorisme ancien*, Paris, 1964, pp. 64-64, *apud Plutarque. Oeuvres morales*, Tomo II, 1ª parte, texto, tradução, introdução e notas por Jean Hani, Paris, Société d'Édition “Les Belles Lettres”, 1985, p. 59 n. 2). Butts e Reche Martínez vertem de forma semelhante e à letra, respectivamente, por “daemons” (p. 535) e “démones” (p. 147). Nenhuma das duas versões nos parecem, de todo, felizes, pois não transpõem satisfatoriamente, por demasiado literais, as asserções que o termo grego encerra. Do mesmo modo, seria também absolutamente despropositado verter por “démones”, versão simplesmente transliteral as vazias de sentido, ou por “demónios”, versão também muito próxima da letra quanto ao étimo, porém já carregada semanticamente pelas conotações que a tradição judaico-cristã lhe imprimiu: os “demónios” são espíritos, inferiores à divindade e “colaboradores” do Espírito do Mal, Satanás. A noção de *δαίμονες*, nas concepções religiosas helénicas, era, pelo contrário, a de espíritos benfazejos. O Espírito do Bem judaico-cristão, que é Deus, tem também os seus “colaboradores”, que são os “Anjos”: também esta versão, porque estamos num contexto pagão, não seria a mais conveniente. Verter por “génios” também não achámos adequado. Assim, como reservámos as versões “deuses” e “divindade” para *θεός*, optámos por uma que nos pareceu a mais aceitável de entre as possibilidades da língua portuguesa. Ilustrando por

Seguidamente, diremos que (5) todos os homens, gregos e bárbaros, têm a noção de que os deuses exercem providência sobre nós. Um indício: [185] efectivamente, não se consagrariam aras, santuários e oráculos a divindades pelas graças que cada homem recebeu em tempo de fome, epidemia, guerra ou quaisquer circunstâncias do género, por se verem livres delas; nem dedicariam a sua atenção à adivinhação, e sobretudo sempre que se encontrassem entre os maiores perigos. De seguida, diremos que (6) também esse é o parecer dos sábios; por exemplo, de Platão, [190] Aristóteles, Zenão. Seguidamente, que (7) é o parecer dos legisladores, pois de contrário não haveria processos por impiedade.

Seguidamente, diremos que (8) gozam de reputação sobretudo aqueles que estimam que os deuses exercem providência sobre nós. De seguida, que (9) estes homens passariam a sua vida na maior estabilidade e segurança, por acreditarem ter sempre quem supervisione [195] todas as acções da sua vida, e que (10) vivem de forma bastante agradável aqueles que estimam ter os deuses cuidando de si. Depois disto, que, (11) sendo justa a divindade, não consentiria que quem a reverenciasse ficasse excluído de sua providência.

Depois disto, que (12) a natureza na sua totalidade dá testemunho de que [200] tudo foi gerado de acordo com uma providência para a conservação do que existe no mundo, quer, com efeito, as estações do ano, que mudam na altura certa, quer as chuvas e os frutos que surgem em cada estação. E também as divisões das estações, como foram bem estruturadas pela natureza para sua manutenção e conservação, tal como também mostra Xenofonte [205] nos seus *Memoráveis*²²!

Seguidamente, diremos que, (13) de tudo, o que melhor se adequa à divindade é a providência sobre o mundo, pois não é por certo piedoso afirmar que a divindade é inerte e inactiva ou, por Zeus!, que tem ocupações comparáveis às que nós necessariamente temos, por sermos mortais e fracos.

meio de exemplos o sentido das palavras de Téon, δαίμονες (ou “deidades”) do paganismo helénico seriam as multidões de faunos ou de ninfas ou os sátiros, “colaboradores” do θεός Dioniso.

²² I, 1, 15 e IV, 3, 3-9.

[210] De seguida, que é (14) necessário que exista uma providência, pois se se privasse a divindade do atributo da providência, repudiar-se-ia também a noção que temos a respeito dela, em virtude da qual admitimos inclusive a sua existência. Efectivamente, baseando-nos na preocupação da própria divindade para connosco, acabámos também por acreditar que ela existe²³.

[215] Depois, que (15) de início o mundo não se poderia ter constituído se não houvesse uma providência, pois, tal como não pode existir uma casa sem o arquitecto, congregando-se espontaneamente as pedras e os ladrilhos, nem um navio sem o armador, nem, de uma forma geral, qualquer das coisas mais vulgares ou preciosas sem o seu respectivo criador, [220] do mesmo modo é ridículo afirmar que o mundo, a coisa mais nobre e preciosa de tudo quanto existe, não foi feito por um criador muito nobre e divino, mas surgiu espontaneamente.

Depois dito, (16) com base nos contrários, dizendo que é simplista pensar que tal boa ordenação dos objectos suspensos no firmamento não se gerou graças a [225] alguma providência, mas de forma casual e fortuita. Depois, (17) com base na semelhança, dizendo que, se não se podem sustentar uma casa sem administrador, nem um navio sem timoneiro, nem um exército sem general, nem uma cidade sem governante, também o mundo não se pode sustentar sem a providência divina. Além [230] destes, (18) com base na parte, dizendo que, se, segundo o parecer comum, parece haver em cada cidade heróis, deidades e deuses que exercem providência sobre nós, segue-se que há deuses que a exercem sobre todo o mundo.

Seguidamente, (19) com base no conteúdo, dizendo que, por palavras, se aceita uma só concepção, mas na verdade se aceitam muitas, pois, se não existe uma providência divina, também não se podem sustentar nem [235] justiça, nem piedade,

²³ Ou seja, à noção de divindade é inerente a própria noção de providência divina. E esta divindade criou e rege o mundo. Este é mais um dos princípios basilares da filosofia estóica, de cuja influência Téon se faz eco (cf. Reichel, *op. cit.*, pp. 28-29). Os epicuristas defendem uma concepção diametralmente oposta da divindade, num plano existencial superior ao dos homens, gozando de uma eternidade tranquila e feliz em si própria, incompatível com uma qualquer espécie de cuidado por assuntos humanos. O mundo, para eles, surgiu por geração espontânea (ἐκ ταύτομάτου: vd. infra, XI, 222). Cf. Carlos García Gual, *Epicuro*, Madrid, Alianza Editorial, 1993 (1ª ed. 1981), pp. 165-177.

nem fidelidade aos juramentos, nem coragem, nem temperança, nem amizade, nem gratidão, nem, em suma, qualquer dos aspectos da virtude os quais não é possível destruir nos homens possuidores de discernimento. Com base nos lugares contrários, argumentaremos no sentido da outra parte.

[240] Uma vez que, das teses, umas são elementares, outras são complexas (elementares: “se se deve casar”; complexas: “se um rei se deve casar”²⁴), *déver-se-ão* decompor as complexas em cada um dos seus elementos constituintes, a fim de atribuir a cada uma das partes os argumentos apropriados. E faremos amplificações e digressões conforme o permitirem [245] as partes da tese.

Do mesmo modo, recorreremos também a emoções, a caracterizações, a exortações e a quase todas as formas específicas de composição. Efectivamente, introduziremos muitas circunstâncias da vida e a respeito de cada uma proferiremos os argumentos adequados. Por exemplo: vamos investigar “se se deve casar”. Depois de apresentarmos [250] como fundamento os argumentos comuns ou universais sobre todos os homens (baseados nos quais corroboraremos ou refutaremos o casamento), percorreremos também cada estilo de vida; por exemplo: o de um camponês, de um comerciante, de um soldado, de um rico, de um pobre, de um rei. E, deste modo, disporemos de uma grande provisão de argumentos, de forma que um grande número de elementos componham a tese única. Faremos uso das mesmas fontes de [255] argumentos também para a refutação dos aforismos, conforme afirmei anteriormente²⁴.

²⁴ Cf. supra III, 281-282, p. 90.

CAPÍTULO XII

Da lei

Lei é um decreto de uma comunidade ou de um homem reputado, segundo o qual convém que vivam todos os habitantes da cidade, não se circunscrevendo a um qualquer tempo.

[5] Um exame às leis faz-se em dois sentidos, pois elas ou estão em introdução e proposta, ou já se encontram em vigor. Assim, pois, das que estão em apresentação, faz-se uma averiguação sobre se devem ser aprovadas ou não. Quanto às que já se encontram em vigor, as controvérsias geram-se entre os pleiteantes, não para abrogar por completo as leis, mas para interpretar cada uma no sentido que for mais vantajoso¹. e amplificam-se [10] todos os aspectos que pareçam ter sido redigidos para esse efeito, ao passo que se ocultam os contrários.

Como o nosso assunto se centra em refutações e confirmações de leis, e estes aspectos sobretudo nas propostas, é sobre ele que se falará. Portanto, introduzidas as leis, ou as criticamos e refutamos, ou as defendemos e confirmamos.

[15] Após o proémio, refutaremos com base nos seguintes lugares: (1) na obscuridade, (2) na impossibilidade, (3) na não necessidade, (4) na oposição, (5) na injustiça, (6) na dignidade, (7) na inconveniência, (8) na ignomínia.

(1) Surge obscuridade (a) pela pronúnciação², [20] a que alguns chamam "pela acentuação"³, (b) pelo nome, (c) pela homonímia, (d) por polionímia, que outros

¹ A interpretação das leis, seja do sentido do texto que as suporta — com possíveis omissões, ambiguidades ou obscuridade na formulação. contradições entre leis, normas e contratos legais —, seja das conjecturas sobre as reais intenções do legislador face à formulação or meio do texto da lei tal como este se apresenta — não feita, porém, da forma límpida e inequívoca que se desejaria —, no sentido da defesa do nosso partido na *causa*, sobretudo no universo oratório do *genus iudiciale*, era o objecto do *status generis legalis*. É um trabalho de hermenêutica do texto, e os debates e as questões que levanta afectam, como diz Lausberg (*op. cit.*, § 198), "à semântica linguística e à interpretação literária".

² Gr. προφορά.

³ Gr. προσῳδία.

designam por "sinonímia", (e) pela sintaxe, (f) pela junção e divisão, (g) por excesso, (h) por omissão e por (i) contradição.

[25] (a) Assim, pois, pela pronúncia, dá-se quando, estando no mesmo local⁴ colocadas algumas letras⁵ semelhantes, é possível pronunciar de duas formas o que está escrito; por exemplo: "uma serva não deve trazer adornos de ouro; se não, DEMOSIA ESTO"⁶. Efectivamente, é controverso se será chamada "propriedade pública" a serva ou os adornos de ouro, pois pode alongar-se ou abreviar-se o fonema "A"⁷.

[30] (b) Pelo nome dá-se quando o escrito é recente, muito antigo ou estrangeiro; por exemplo: "o cepo" e "o nosso país"⁸; e se se dissesse "o tijolo" em vez de "cárcere"⁹, tal como os cipriotas. Por este motivo, alguns também interpretam deste modo o passo de Homero:

[35] Num cárcere de bronze ficou acorrentado por treze meses¹⁰.

(c) Pela homonímia dá-se quando um só termo tem dois¹¹, três ou mais significados¹²; por exemplo: se se escrever "não haverá testemunho vindo de um rapaz". Investigaremos pois, neste ponto, se se afirma que é um "menor" que não deve testemunhar, ou um "filho" em defesa de seu pai ou um "criado" em defesa de seu patrão, já que todos [40] são nomeados por meio de um só termo, o de "rapaz"¹³.

⁴ Gr. τὰξις.

⁵ Gr. λήξεις.

⁶ "Será (serão) propriedade pública" ou "pertencerá (pertencerão) ao Estado". Cf. supra V, 109, p. 103 n. 19.

⁷ Isto é, se for longo, será feminino singular, ao passo que, se for breve, será neutro plural, modificando, respectivamente, ou "serva" (θεράπεινα) ou "adornos de ouro" (χρυσία).

⁸ Gr. respectivamente ἡ ποδοκάκη e ἡ ἡμεδαπή.

⁹ Gr. respectivamente ὁ κέραμος (termo que designa a argila, o barro e, por extensão, qualquer objecto feito com este material) e τὸ δεσμωτήριον. Estamos perante uma metonímia.

¹⁰ Il. V, 387.

¹¹ Gr. ὄνομα, isto é, segundo a terminologia saussuriana, o "significante". Aliás, é assim que verterá Reche Martínez, *op. cit.*, p. 152, nas outras duas ocorrências da palavra grega, a propósito da polionímia. Aqui (p. 151) verte simplesmente por "palavra". Nós adoptámos em todos os casos a versão "termo".

¹² Gr. verbo σημαίνω.

¹³ Gr. ὄνομα. é bastante difícil dar conta em português destas três asserções da palavra em grego. Cf. supra V 105-106, p. 103 n. 17.

(d) Pela polionímia, pelo contrário, dá-se quando o significado é único, mas são muitos os termos; por exemplo: "espada", "punhal", "cutelo" e "faca"¹⁴. Efectivamente, a obscuridade surge, também deste modo, quando se pensa que são tantos os significados quantos os termos.

[45] (e) Pela sintaxe, por exemplo: quando Pítaco declara que "pai e mãe administram a mesma parte dos bens". De facto, também esta expressão é ambígua, pois está ela a afirmar que os filhos administram os bens dos pais ou os pais os dos filhos? E ainda quando uma palavra colocada no centro pode originar interpretações diversas, conforme esteja ligada às que a precedem [50] ou às que lhe sucedem; por exemplo: "que o general vencedor numa guerra erga de Ares com uma lança de oiro uma estátua"¹⁵.

(f) Pela junção e divisão, que alguns designam como "relacionada com a coincidência do som das palavras divididas e indivisas"¹⁶; por exemplo: quando uma lei [55] ordena "tornem-se herdeiros irmãos, filhos". Com efeito, dividindo-se, pode dizer-se que primeiro é convocado o irmão, mas, se ele não estiver vivo, que então se apresentam os filhos. Pode também combinar-se dizendo que ambos foram convocados em simultâneo. E ainda: "quem for acusado de falso testemunho TRISCHILIAS¹⁷ pague". Com efeito, ou se afirma "quem for acusado três vezes de falso testemunho pague mil dracmas" ou "quem for acusado [60] uma única vez de falso testemunho pague três mil dracmas".

¹⁴ Gr. respectivamente ἄορ, ξίφος, φάσανον, μάχαιρα.

¹⁵ Gr. ἄγαλμα χρυσοῦν ἔχον δόρυ. A ambiguidade assenta em não se saber qual o substantivo que o adjectivo propriamente modifica: se ἄγαλμα ou δόρυ. Traduzimos como pudemos, violentando um tanto com anástrofes a sintaxe e provocando ambiguidade em português, a ambiguidade resultante também de uma violentação sintáctica, ainda que menor — dada a maior flexibilidade da língua grega —, presente no original e apontada por Téon. Butts, *op. cit.*, p. 559 n. 19, no entanto, põe argutamente em questão se a ambiguidade será tão grande assim. Com efeito, a colocação do adjectivo poderá ser intencional, pois ambas, ἄγαλμα "estátua" e δόρυ "lança", deverão ser feitas "de oiro". Por outro lado, representando a estátua Ares portador de uma lança, não fará sentido que toda ela integralmente, tanto o deus quanto a lança que ele sustenta na mão, não seja feita do mesmo material, neste caso, o oiro. Em conclusão, este não será o exemplo mais feliz encontrado por Téon para ilustrar a ambiguidade.

¹⁶ Cf. supra V, 107-116, pp. 103 sq. nn. 19 e 20. Téon trata aí esta mesma fonte de obscuridade no discurso, designada por "ambiguidade".

¹⁷ Gr. respectivamente: como duas palavras, τρίς "três vezes" e χίλαι "mil"; como uma só palavra, "três mil" τρισχίλαι.

(g) Por excesso, surge obscuridade quando se pode deduzir um pouco mais do que está escrito; por exemplo: se se legislar que "também participam da herança os parentes da mãe". De facto, também a mãe a haveria de reclamar, visto que, se uma lei convoca [65] os parentes da mãe a participar da herança, deveria muito antes convocar a própria mãe.

(h) A obscuridade por omissão surge de variadas formas; por exemplo: "a quem bater em seu pai que se lhe corte a mão", pois é omissa se se aplica àquele que o fez por ignorância ou também àquele que o fez num gesto de benquerença¹⁸, ou a todos, de um modo geral. A omissão referente a uma personagem é pluriforme, visto que as personagens diferem sem dúvida [70] em natureza, idade, na proximidade de parentesco e em sorte; por exemplo: "executar os filhos juntamente com o traidor". Efectivamente, não se clarificou se também os adoptivos e os do sexo feminino...¹⁹

¹⁸ Gr. εὖνοια. Teria Téon presente o celeberrimo caso de Fidípides e de seu pai Estrepsíades em Νεφέλαι de Aristófanes? Bater em alguém, como aí se diz (vv. 410-411), significava "querer-lhe bem" (verbo cognato εὖνοεῖν): seja um pai a um filho, seja um filho a um pai!

¹⁹ Do texto nada resta, a partir deste lugar. Além da conclusão do lugar ἐκ τοῦ ἀσαφοῦς ou da "obscuridade" (περὶ ἔλλειψιν ou por "omissão" e περὶ τὴν μάχην ou por "contradição"), falta o tratamento dos restantes sete lugares de refutação das teses, cujo propósito Téon tinha enunciado em *partitio* em XII, 15-18. Vd. supra Estudo Introd. III 1. C. p. 46.

BIBLIOGRAFIA

1. Estudos gerais sobre Literatura Grega

SCHMID, W. — STÄHLIN, O., *Geschichte der griechischen Literatur*, 6ª ed., Munique, Beck, 1924.

LESKY, Albin, *Geschichte der griechischen Literatur*, 2ª ed., Berna, A. Francke, 1963 (trad. cast. de J. M. DÍAZ REGAÑÓN e Beatriz ROMERO, *Historia de la literatura griega*, Madrid, Gredos, 1968).

2. Sobre Élio Téon (vida e obras)

ADLER, Ada (ed.), *Suidae Lexicon*, , Lípsia, Teubner, 1928-1938 (Estugarda, 1971).

GÄRTNER, H., “Theon”, *Die Kleine Pauly. Lexicon der Antike auf der Grundlage von Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, eds. Konrad ZIEGLER, Walther SONTHEIMER & H. GÄRTNER, vol. 5., Munique, Alfred Druckenmüller, 1975.

HOMMEYER, H., “Theon”, *Lexicon der Alten Welt*, eds. K. BARTELS & L. HUBER, Zurique e Estugarda, Artemis, 1965.

SMITH, Robert W., “Theon, Aelius of Alexandria”, *Ancient greek and roman rhetoricians. A bibliographical dictionary* [vd. infra].

STEGEMANN, Willy, “Theon”, in *RE V 2 A* (1934), cols. 2037-2054.

3. Os ΙΠΟΓΥΜΝΑΣΜΑΤΑ de Élio Téon

3.1. Edições críticas do texto e traduções

BUTTS, James R., *The "Progymnasmata" of Theon: a new text with translation and commentary*, Ph.D. Diss., Claremont, Graduate School, 1987.

*FINCKH, Christoph Eberhard, *Theonis Sophistae Progymnasmata*, Estugarda, C. G. Löflundi, 1834.

RECHE MARTÍNEZ, María Dolores, *Teón, Hermógenes, Aflonio, Ejercicios de retórica* (introd., trad. e notas), Madrid, Gredos, 1991.

SPENGEL, Leonard, *Rhetores Graeci*, vol. II, Lípsia, Teubner, 1854 (Francoforte, Minerva, 1966), pp. 557-130.

WALZ, Christian, *Rhetores Graeci*, vol. I, Estugarda, J. G. Cottae, 1832, pp. 137-262.

3.2. Fontes secundárias

BOLOGNESI, Giancarlo, *"La tradizione manoscritta del 'Yalags cartasanakan krt'ut'eanc alla luce di un nuovo documento", *Handes Amsoreay. Zeitschrift für armenische Philologie* 90 (1976), pp. 319-338.

idem, "La traduzione armena dei *Progymnasmata* di Elio Teone", *RAL* série 8, vol. 17 (1962), pp. 86-125 & 211-257.

idem, "Nuovi contributi allo studio del testo armeno dei *Progymnasmata* di Elio Teone", *Atheneum* 47 (1969), pp. 32-38.

CALZOLARI, Valentina, "La versione armena di Theon, Progymn. IV Spengel", *RIL* 123 (1989), pp. 193-219.

GRONEWALD, M., "Ein Fragment aus Theon, *Progymnasmata* (P. Cairo temp. inv. no. 26/6/27/1-41)", *ZPE* 24 (1977), pp. 23-24.

LANA, Italo, *I Progimnasmi di Elio Teone*, vol. I: *La storia del testo*, Turim, Pubblicazioni della Facoltà di Lettere e Filosofia della Università di Torino, 1959.

idem, *Quintiliano, Il "Sublime" e gli "Esercizi Preparatori" di Elio Teone*, Pubblicazioni della Facoltà di Lettere e Filosofia della Università di Torino, 1951.

BIBLIOGRAFIA

*MANANDIAN, Hacob (ed.), *T'eovneay Yalags cartasanakan krt'ut'eanc*, Erivan, Inst. Hist. et Lit. SSR Armen, 1938.

RABE, Hugo (ed.), *Iohannis Sardiani Commentarium in Aphthonii Progymnasmata*, Lípsia, Teubner, 1926.

4. Estudos e comentários sobre προγυμνάσματα

ACOSTA GONZÁLEZ, Carmen Luz, "Los tres primeros ejercicios de los *Progymnasmata* de Elio Teón: μῦθος, δῆλγημα, χρεῖα", *Habris* 25 (1994), pp. 309-321.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel, "Importância da cria na cultura helenística", *Euphrosyne* 17 (1989), pp. 31-62 (*Importância da cria na cultura helenística*, Diss. compl. Dout., Lisboa, Faculdade de Letras, 1986: em APÊNDICE texto e trad. de capítulos sobre a cria de Téon e Hermógenes, pp. 65-76).

COLSON, F. H., "Quintilian 1.9 and the "Chria" in Ancient Education", *CR* 35 (1921), pp. 150-164.

FOCKE, F., "Syncrisis", *Hermes* 58 (1923), pp. 327-368.

HOCK, Ronald — O'NEIL, Edward N., *The chreia in ancient rhetoric*. Volume I: *The Progymnasmata*, Atlanta, Georgia, Scholars Press, 1986.

HOPPICHLER, Oscar Philipp, *De Theone, Hermogene Aphthonique Progymnasmatum scriptoribus*, Diss., Würzburg, C. J. Becker, 1884.

REICHEL, Georg, *Quaestiones progymnasmaticae*, Diss., Lípsia, R. N. Bornensis, 1909.

SCHISSEL, O., "Die Einteilung der Chria bei Quintilian", *Hermes* 68 (1933), pp. 245-248.

5. Retórica e literatura, pedagogia e educação

- BONNER, Stanley F., *Education in ancient Rome. From the elder Cato to the younger Pliny*, Londres, Methuen & Co, 1977.
- CLARK, Donald L., *Rhetoric in Graeco-Roman education*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1957.
- KENNEDY, Georg, *Classical Rhetoric and its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*, Chapel Hill, University of North Carolina, 1980.
- idem, *Greek Rhetoric under Christian Emperors*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1983.
- idem, *The Art of Rhetoric in the Roman World 300 b. C. — A. D. 300*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1972.
- MACK, Burton L. & ROBBINS, Vernon K., *Patterns of persuasion in the Gospels*, Sonoma, CA, Polebridge Press, 1989.
- MARROU, Henri-Irénée, *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, 2 vols. (vol. I: *Le monde grec*; vol. II: *Le monde romain*), Paris, Seuil, 1948 (7^a ed. 1981).
- NORDEN, Eduard, *Der antike Kunstprosa*, Lúpsia, Teubner, 1898.
- PERNOT, Laurent, "Lieu et lieu commun dans la rhétorique antique", *BAGB* 86 (1983), pp. 253-284.
- WILAMOWITZ-MÖLLENDORFF, Ulrich von, "Asianismus und Atticismus", *Hermes* XXXV (1900), pp. 1-52.

6. Léxicos, dicionários, índices especializados

- *D. C. BRYANT (ed.), *Ancient greek and roman rhetoricians. A bibliographical dictionary*, Columbia, MO, Arctcraft, 1968.
- ERNESTI, I. C. T., *Lexicon Technologiae Graecorum Rhetoricae*, Lúpsia, 1795 (Hildesheim, Olms, 1962).
- idem, *Lexicon Technologiae Latinorum Rhetoricae*, Lúpsia, 1797 (Hildesheim, Olms, 1962).

BIBLIOGRAFIA

*LANHAM, R. A., *A Handlist of Rhetorical Terms*, Berkeley & Los Angeles, University of California, 1968.

LAUSBERG, Heinrich, *Handbuch der literarischen Rhetorik. Eine Grundlegung der Literaturwissenschaft*, 2. vols., Munique, Max Hüber Verlag, 1960 (trad. cast. de José P. RIESCO, *Manual de Retórica Literaria. Fundamentos de una ciencia de la literatura*, 3 vols., 1966, 3ª reimp. 1990).

N. B.: Os títulos a que não nos foi possível aceder são assinalados com *.

ÍNDICES

ÍNDICE DE AUTORES, OBRAS E PASSOS CITADOS POR TÉON

As referências aos autores e passos das respectivas obras (em *itálico*) remetem para a página da nossa tradução (em redondo).

- Apolônio de Rodes: 66.
 Aríon, *Provas refutatórias*: 117.
 Aristóteles: 65, 74, 93, 149, 151.
 Arquíloco: 91; *frg. 115 Lasserre*: 67.
 Bíon: 82.
 Cibisso da Líbia: 91.
 Cónis da Cilícia: 91.
 Ctésias, IX, *frg. 9b Jacoby*: 126.
 Demóstenes: 69, 75, 77, 78, 89, 135.
 Contra Andrócion: 65; 7: 69.
 Contra Aristócrates: 65; 75; 33: 103; 99: 69.
 Contra Léptines: 65, 75; *passim* 23, 62, 72, 74, 105, 125, 126, 132, 148, 149b, 151: 69; 68-74: 74.
 Contra Mídias: 68; 37: 69; 71: 105.
 Contra Onetor, por desapropriação, I, 35-37: 75.
 Contra Timócrates: 65, 75.
 Da coroa: 65; vd. *infra* sobre os passos citados *Em defesa da coroa*.
 Da falsa embaixada: 76; 65: 67; *passim* 166, 168-173, 222-223, 229-230: 69; 259: 122; 192 *sqq.*: 72.
 Em defesa da coroa: 75; *passim* 65, 71-72, 93-94, 189, 192-194: 69; 61: 73; 69: 114; 169: 75; 296: 122; 315: 68.
 Filípicas: 69; III, 27: 114.
 Olintíacas: II, 1: 106; II, 19-20: 115 *sq.*
 Diógenes: 80, 81, 83, 84, 86, 87.
 Éforo, *Histórias*: 75; I, *frg. 13 Jacoby*: 72; I, *frg. 17 Jacoby*: 72; I, *frg. 18a Jacoby*: 72; IV, *frgs. 31a e 34 Jacoby*: 120; *frg. 32 Jacoby*: 120; V, *frg. 65a Jacoby*: 72; VII, *frg. 57 Jacoby*: 72.
 Sobre o estilo, *frg. 6 Jacoby*: 77.
 Epicuro, *frgs. 131 e 105 Usener*: 77.
 Esopo: 91; 92.
 Ésquines: 78.
 Contra Ctésias, 157: 68.
 Contra Ctesifonte: 75.
 Contra Timarco: 127-131: 75; 160: 122.
 Da falsa embaixada: 75; 23 e 88: 77.
 Eurípides: 65; *frg. 1018 Nauck*: 87.
 Filisto: 102.
 Histórias da Sicília: 68; I, *frg. 1 Jacoby*: 72; *frg. 6 Jacoby*: 71; VIII, *frg. 28 Jacoby*: 73; *frg. 52 Jacoby*: 126; XI, *frg. 40 Jacoby*: 74;
 Hegésias: 77.
 Heraclito: 104.
 Hermágoras: 143.
 Heródoto: 127, 130.
 Histórias: I, 8, 3: 115; 31: 72; 32, 4: 115; 98: 73; 141: 71; II, 45: 72; 55-57: 119; 68-70, 71 e 76: 125; 104, 3: 105; III, 1: 109; 2: 117; IV, 42: 72; V, 71: 72, 75, 106.
 Héron, filósofo: 136.
 Hesíodo: 91.
 frg. falsa 11: 117.
 Trabalhos e Dias, 203 e 210: 93.
 Hipérides: 74, 75.
 Homero: 65, 74, 79, 91, 127.
 Ilíada: II, 24-25: 81; 270: 104; 217-219: 125; 547-548: 104; V, 387: 156; IX, 593-594: 67; XVIII, 20: 101; 478-613: 126.
 Odisseia: 109; XI, 146: 78; XVIII, 136-137: 67, 87; XIX, 246: 125.
 Iseu, *Contra a violência de Diócles*: 68.
 Isócrates: 80, 82, 83; 85, 87, 88, 89, 116.
 Encómio de Helena: 121.
 Encómios: 74.
 Panegírico: 68; 54-55, 68: 116.
 Leôncio, filósofo: 136.
 Licurgo, *Contra Lícofron*: 73

- Lísias: 74, 76, 78.
Contra Díocles: 75.
Discursos da violência: 68.
Discurso fúnebre: 68.
Do aborto: 74.
Dos presentes de casamento: 74.
Olímpico: 68.
Menandro: 74.
Menandro, A herdeira honesta, frg.
164 Edmonds: 111, 116.
Dárdano e Recrutador de mercenários, frg. 354 Edmonds: 115.
Paléfato, *Das coisas incríveis*: 120.
Pitágoras: 82.
Platão: 74, 81, 83, 136, 151.
Banquete, 203b: 71.
Da alma (Fédon), 60c-d: 92.
Fédon: 107d-114c: 71; 229c: 119.
Pedro, 230e-234c, 237a-241d, 242e sqq: 76.
República: 149; I, 329b: 71; II, 359d-360b: 71; II, 367e sqq.: 76; X, 614b-621b: 71.
Timeu, 21e-25d: 73.
Simónides: 89.
Sócrates: 74, 81, 83, 88, 89, 93, 136.
Sófocles: 71.
Sólon: 147.
Teano, filósofa pitagórica: 80.
Teodoro de Gádara: 143.
Teofrasto: 74.
Téon: 114.
Teopompo, *Encómio de Filipe*: frgs.
255-257: 74; frg. 256 Jacoby: 135.
Filípicas: 102; frg. 395 Jacoby: 68;
VIII, frg. 74 Jacoby: 71; IX, frg. 78
Jacoby: 73; XX, frg. 127 Jacoby: 71;
XXV, frg. 153 Jacoby: 73.
Histórias Helénicas: 75.
Tópicos para teses: 74.
Tucídides: 68, 101, 104, 114.
Tucídides, *Histórias*: I, 20, 2: 72, 117;
24 sqq: 109; 37-43: 76; 126, 1-12:
72, 75, 106; II, 2, 1: 110; 2-6: 107;
3-4: 126; 35-46: 74; 45, 1: 68; 47-
54: 73; 68, 1-9: 72; III, 21: 73, 126;
37-40 e 42-48: 76; V, 100, 2: 126;
VII, 42-44: 126.
Turo de Sísbaris: 91.
Xenofonte:
Agesilau: 74.
Banquete, VIII, 12: 74, 142.
Histórias Helénicas: 75.
Memoráveis, I, 1, 15 e IV, 3, 3-9:
151; II, 7, 13-14: 71.
Zenão: 151.

ÍNDICE TERMINOLÓGICO

As referências aos termos são feitas no original grego, com indicação, para cada uma das suas ocorrências, da respectiva tradução portuguesa ou uma breve explanação conceptual e remetendo para a página da nossa tradução.

- αἰνίγματα, adivinhas: 92.
 αἶνοι, contos: 92.
 ἀκρόασις, audição: 66, 70.
 ἀλληγορία, tom alegórico, alegoria: 102
 ἀμφιβολία, ambigüidade: 82, 83, 84, 103, 104, 105.
 ἀμφισβήτησις, controvérsia: 143, 155.
 ἀμφισβητούμενα (τὰ), pontos em controvérsia: 70.
 ἀνάγνωσις, leitura: 66, 70.
 ἀνακεφαλαιοῦσθαι, recapitular: 97.
 ἀνακεφαλαίωσις, recapitulação: 97.
 ἀνασκευή, refutação: 70, 72, 75, 76, 89, 98, 117, 127, 149, 153, 155.
 ἀνασκευάζειν, refutar: 64, 70, 85, 88, 89, 92, 95, 96, 108, 117, 118, 119, 127, 145, 146, 153, 155.
 ἀναστροφή, inversão (da ordenação): 109, 110.
 ἀντιγραφά, contraditas: 69.
 ἀντιλέγειν, objectar: 76, 87.
 ἀντιλογία, objecção: 70, 76.
 ἀντίρρησις, réplica: 69, 70, 75, 76.
 ἀπαγγελία, recitação: 84, 85, 92, 101, 108, 109, 126, 127.
 ἀπαγγέλλειν, recitar: 64, 76, 77, 92, 93, 96, 107, 108, 113, 114, 126.
 ἀποδεικνύναι, demonstrar: 70.
 ἀπόδειξις, demonstração: 70, 82, 121.
 ἀπολογεῖσθαι, proferir uma defesa: 75, 76, 137.
 ἀπολογία, defesa, discurso de defesa: 65, 137
 ἀπομνημόνευμα, memória: 79.
 ἀποφαίνεσθαι, enunciar: 66, 80, 110, 114.
 ἀπόφασις (de ἀποφαίνεσθαι), afirmação: 72.
 enunciação: 80, 81, 82, 84, 86, 89.
 enunciado: 79.
 ἀπόφασις (de ἀποφάναι), negação: 80.
 ἀπόφθεγμα, sentença: 64, 144.
 ἀρχαῖα ὀνόματα, termos arcaicos, arcaísmos: 102 103
 ἀσάφεια, obscuridade: 95, 107, 156, 157, 158.
 ἄσκησις, prática, exercitação: 76.
 ἀσύνδετος τρόπος, assíndeto: 114.
 αὐξάνειν, amplificar: 64, 70, 155.
 αὔξειν, amplificar: 123.
 αὔξησις, amplificação: 70, 76, 90, 97, 122, 124, 143, 146, 152.
 ἀφορμαί, fontes (de argumentação): 63, 75, 90, 94, 117, 121, 124, 127, 130, 131, 132; 145, 153.
 γνώμη, aforismo: 72, 79, 89, 114, 144, 153.
 opinião: 126.
 γνωμικά (τὰ), ditos aforísticos: 115.
 γυμνάζεσθαι, exercitar-se, fazer exercícios: 70, 84, 117, 127, 132.
 γυμνασία, exercício: 70, 74, 108, 129; exercitação: 64, 74, 75.
 τρόποι τῆς —, modalidades do exercício: 116.
 γύμνασμα, exercício: 63, 65, 70, 71, 76, 92, 98, 122, 126, 132.
 δεικνύναι (vd. ἀποδεικνύναι): 89, 96.
 δευτερολογίαι, segundos discursos: 69.
 διαίρεσις, divisão de palavras: 156, 157.
 διάλεκτος εὐρυθμος, linguagem rítmica: 77.
 διασύρειν, depreciar: 64, 97, 140.
 διατύπωσις, descrição minuciosa: 124.
 διηγεῖσθαι, narrar, contar: 95, 101, 108, 109, 112, 115, 116, 119, 122, 136.

διήγημα, narração 64, 72, 92, 94, 95, 98, 99, 101, 106, 107, 108, 114, 116, 117, 119, 122, 127.

μυθικά __, narrações fabulosas: 72.

διήγησις, narrativa: 64, 70, 71, 78, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 127, 144.

ιστορικάι __, narrativas históricas: 70.

μυθικάι __, narrativas fabulosas: 70, 119.

πραγματικάι __, narrativas de factos: 72.

διόρθωσις, correcção: 78.

δύναμις, competência oratória: 64, 70, 76; __ ἰδίᾳ, competência oratória individual: 70.

sentido, significado: 83; __ ἀπλῆ, sentido denotativo: 94.

ῥητορική __, empresa da oratória: 64.

ἐγγυμνάζεσθαι, fazer exercício, exercitar-se: 63, 64, 66, 147.

ἐγκύκλια μαθήματα, estudos gerais: 63.

ἐγκωμιάζειν, produzir, dirigir, compor, fazer encómios: 133, 134, 135.

ἐγκώμιον, encómio: 65, 66, 70, 74, 78, 121, 133, 135, 137, 139, 140, 144.

ἐκφρασις, descrição: 65, 70, 78, 125, 126, 127.

ἐκφράζειν, descrever: 73, 94, 124, 126, 127.

ἐλέγχειν, provar: 70, 96.

ἐλεγχος, prova: 64.

prova refutativa: 117.

ἐναλλάττειν, inverter (a ordenação): 108.

ἐνάργεια, vividez (qualidade da descrição): 127.

ἐνθύμημα, entimema: 82.

raciocínio (dedutivo): 78.

ἐξεργασία, elaboração: 70, 76.

ἐξεργάζεσθαι, elaborar: 75, 78.

ἐπαυξάνειν (vd. αὐξάνειν): 140.

ἐπέκτασις, expansão: 109.

ἐπεκτείνειν, expandir: 79, 84, 88, 92, 94, 108.

ἐπιλέγειν, acrescentar epílogo: 91, 92, 94, 114.

ἐπίλογος, epílogo: 94, 97, 122.

ἐπιτάφιος, discurso fúnebre: 74.

epitáfio: 133.

ἐπιφανεῖν, acrescentar a aprovação, aprovar: 87, 108, 114, 115, 116.

ἐπιφώνησις, aprovação: 84.

ἐπιχειρεῖν, argumentar: 89, 96, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 131, 135, 137, 145, 146, 148, 152.

ἐπιχείρημα, argumento: 64, 76, 89, 95, 118, 121, 132, 146, 149, 153.

ἐπιχειρήσις, argumentação: 90, 95, 122, 131.

ἐπωνυμία, sobrenome: 135.

ἐργασία (vd. ἐξεργασία): 69.

ἐργάζεσθαι (vd. ἐξεργάζεσθαι): 66, 78.

ἐρμηνεία, expressão: 69, 77, 92, 103, 127, 130.

ἐρμηνεύειν, interpretar, expressar: 85.

εὐπρέπεια, propriedade: 77.

ἐφοδος, método, procedimento: 133.

ἥθος, carácter, caracterização: 64, 7, 78, 90, 97, 132, 133, 147, 153.

θέσις, tese: 65, 70, 74, 78, 90, 132, 143, 144, 145, 146, 149, 152, 153.

ἱαμβικόν (τὸ), iambo, metro iâmbico (sc. o trímetro): 77.

ἰδιωτισμός, vulgarismo: 107.

ἱστορεῖν, relatar, contar, histórias: 117, 119.

ἱστορία, história: 64, 96, 101, 102, 106, 114, 144, 146.

texto histórico: 75, 76.

κατασκευάζειν, confirmar: 64, 70, 85, 92, 95, 97, 108, 119, 127, 144, 145, 146, 149, 155.

κατασκευή, confirmação: 70, 72, 75, 76, 89, 98, 117, 127, 155.

κατηγορεῖν, acusar, proferir discurso de acusação: 69, 75, 123; criticar: 155.

κατηγορία, acusação: 76, 121; crítica: 65.

κεφάλαια, tópicos, princípios de argumentação: 76, 144.

sucessos, acontecimentos capitais (na narrativa): 108.

τὰ ἀνώτατα ou ἀνωτάτω, tópicos principais de argumentação: 95, 145.

Θετικά κεφάλαια, Tópicos para teses: 74.

κεφάλαιον, ponto capital (da narrativa): 106.

θετικόν __, tópico para uma tese: 75.

__ ἐν ὑποθέσει, tópico de argumentação num discurso: 143.

κλίνειν, declinar: 85, 92, 93, 108.

κλίσις, declinação: 84, 85, 109, 113.

κρινόμενον, ponto em juízo: 143.

- λέγειν, relatar: 92.
λέξις, estilo: 66, 101, 102, 105, 106, 107.
— ἔμμετρος καὶ εὐρυθμος, estilo métrico e rítmico: 77; expressão: 105, 157.
letra, fonema: 156.
λόγοι, argumentos: 64, 95, 117, 124, 127, 131, 133, 152, 153.
λογοποιός, relator: 92.
λόγος, composição: 75, 98, 99, 105, 119, 125, 133, 139, 142, 153.
discurso: 64, 65, 66, 68, 69, 74, 75, 76, 78, 115, 118, 122, 129, 130, 131, 135, 146.
locução: 107.
relato: 63, 91, 92.
texto: 76, 77.
ἀποδεικτικὸς —, discurso demonstrativo: 70.
αὐξητικὸς —, discurso ou composição amplificadora: 70, 121.
δικανικὸς —, discurso forense: 65, 98.
γνωμικὸς —, dito aforístico: 91, 92, 94, 116.
πολιτικὸς —, discurso político: 114.
[λόγων] ἐπιστολικῶν εἶδος, discurso epistolar: 129.
[λόγων] πανηγυρικῶν εἶδος, discurso panegírico: 129.
[λόγων] προτρεπτικῶν εἶδος, discurso exortativo: 129.
μεθοδεύειν, proceder metodicamente: 141.
μέθοδος, método: 139.
μείωσις, diminuição: 97.
μετάληψις, mudança de assunto: 82, 84.
μεταξυλογίαι, observações parentéticas, digressões: 104.
μιμεῖσθαι, imitar: 66, 76, 130.
μυθεῖσθαι, contar fábulas: 92.
μυθεύειν, criar, inventar relatos fabulosos: 72.
μυθολόγημα, conto fabuloso: 119.
μυθολογίαι, contos fabulosos: 119.
μῦθος, fábula: 63, 64, 70, 71, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 108, 109, 116, 117.
νόμος, lei: 65, 70, 75, 155, 158.
ξένα ὀνόματα, termos importados, estrangeirismos: 102, 103.
ὁμολογούμενα (τὰ), pontos geralmente aceites, que gozam de acordo: 70.
ὁμώνυμα ὀνόματα, termos homónimos: 102, 103.
ὁμωνυμία, identidade dos nomes, homonímia: 135, 156.
πάθος, emoção: 78, 132, 153.
estados de espírito: 100.
sofrimentos: 119.
παραίνεσις, exortação moral: 92.
παράφρασις, paráfrase: 66, 67, 70, 75.
παρέκβασις, digressão: 76, 90, 97, 102, 152.
παροιμία, provérbio: 63, 144.
πεζόν, prosa: 77.
πεποιημένα ὀνόματα, termos forjados, neologismos: 102.
περίστασις, circunstância: 80, 100, 143, 153.
πιθανότης, verosimilhança (qualidade da narrativa): 100, 101.
ποιήματα, poesia, composições poéticas: 146.
ποίησις, poesia: 74.
ποιητικὰ ὀνόματα, termos poéticos: 102.
πολωνυμία, polionímia: 156, 157.
προαποδεικνύναι (vd. ἀποδεικνύναι): 122.
πρόβλημα, problema: 76, 78, 145, 149.
προγυμνάσματα, exercícios preparatórios: 66, 71.
προοίμιον, próemio: 64, 90, 95, 121, 122, 135, 144, 155.
προφέρειν, pronunciar: 156.
προφορά, entoação: 113.
pronúncia: 156.
προσενθυμεῖσθαι, deduzir: 83.
προσῳδία (vd. προφορά), acentuação: 156.
προσωποποιία, prosopopeia: 65, 70, 74, 94, 129, 131, 132, 144.
σαφήνεια, clareza (qualidade da narrativa e da descrição) 95, 100, 101, 104, 117, 127.
στοιχεῖα, elementos: 99, 107, 118, 119.
συγκρίνειν, comparar: 65, 123, 139, 140, 141, 142.
σύγκρισις, comparação: 65, 70; 74; 123; 139; 140; 141.
συλλογισμός, silogismo: 82.
συλλογίζεσθαι, deduzir: 158.
συμπλέκειν, ligar: 92, 94, 108, 116.
συμπλοκή, ligação, união: 109.
συναγορεῖν, defender: 155.

σύνθεσις, organização (sintáctica, periódica e rítmica das palavras na frase): 66, 77.

junção de palavras: 156; 157

σύνταξις, sintaxe: 156, 157.

συντομία, concisão (qualidade da narrativa): 100, 101, 105, 107.

συνώνυμα, sinónimos: 106.

συνωνυμία, sinonímia: 156.

συστέλλειν condensar: 85, 87, 92, 94, 108.

συστολή, condensação: 109.

τάξις, ordenação, disposição: 70, 76, 90, 95, 96, 102, 108, 109, 110, 117, 118, 146, 149, 150.

τεχνολογία, tratamento ou discussão teórica: 66.

τόποι, lugares de argumentação: 89, 90, 95, 96, 97, 98, 107, 117, 118, 119, 121, 131; 132, 135, 137, 144, 145, 146, 148, 149, 152, 155.

ἀνασκευαστικοί τόποι, lugares refutativos: 97.

τόπος (κοινός), lugar comum: 65, 70, 73, 78, 121, 122, 124, 126, 143, 144.

τροπικά ὀνόματα, termos figurados: 102.
local: 156

ῥῆμα, matéria, tema: 129.

ὑπερβατόν, hipérbato 104.

ὑπόθεσις, discurso: 63, 64, 65, 95.

hipótese: 65, 76, 140.

— δημηγορική, discurso deliberativo ou político: 63.

— δικανική, discurso forense: 63, 64, 97.

[ὑποθέσεως] δικανικὸν εἶδος, discurso forense: 66.

[ὑποθέσεως] ἐγκωμιαστικὸν ἢ ἐπιδεικτικὸν εἶδος, discurso encomiástico ou epidíctico: 65.

[ὑποθέσεως] συμβουλευτικὸν εἶδος, discurso deliberativo: 66.

ὑπόκρισις, apresentação: 78.

encenação: 89.

φαντασία, imagem configurada no espírito: 66.

φαντασθέν (τὸ) (vd. φαντασία): 67.

φράσις, frase, enunciado: 104, 108, 114, 127.

χρεία, cria: 64, 70, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 144.

ψέγειν, censurar: 137.

ψόγος, censura: 121, 133, 144.